



UFAM

**Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia - PPG/CASA
Doutorado Acadêmico**



**TEIAS DE VIDA: UM ESTUDO AMBIENTAL DA REDE
AGROUFAM**

Linha de Pesquisa: Dinâmicas Socioambientais
Doutoranda: Jozane Lima Santiago
Orientadora: Profa. Dra. Therezinha de Jesus
Pinto Fraxe

Manaus/AM
2017



UFAM

**Universidade Federal do Amazonas
Centro de Ciências do Ambiente
Programa de Pós-Graduação em
Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia - PPG/CASA
Doutorado Acadêmico**



PPG/CASA

JOZANE LIMA SANTIAGO

TEIAS DE VIDA: UM ESTUDO AMBIENTAL DA REDE AGROUFAM

Tese apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

Manaus
2017

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S235t Santiago, Jozane Lima
Teias de vida : um estudo ambiental da Rede AGROUFAM /
Jozane Lima Santiago. 2018
225 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Therezinha de Jesus Pinto Fraxe
Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. teias. 2. governança. 3. território. 4. redes. I. Fraxe, Therezinha
de Jesus Pinto II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

JOZANE LIMA SANTIAGO

TEIAS DE VIDA: UM ESTUDO AMBIENTAL DA REDE AGROUFAM

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, da Universidade Federal do Amazonas como parte dos requisitos para obtenção de título de Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Área de concentração: Dinâmicas Socioambientais.

BANCA EXAMINADORA

Manaus (AM), 26 de julho de 2017.

Comissão Julgadora

Neliton Marques da Silva
Prof. Dr. Neliton Marques da Silva
CPF nº 050.830.862-55

Francimara Souza da Costa
Profa. Dra. Francimara Souza da Costa
CPF nº 596.405.202-58

Cloves Farias Pereira
Prof. Dr. Cloves Farias Pereira
CPF nº 607.137.292-48

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão
Profa. Dra. Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão
CPF nº 323.366.532-49

Jocilene Gomes da Cruz
Profa. Dra. Jocilene Gomes da Cruz
CPF nº 385.055.922-04

Therézinha de Jesus Pinto Fraxe
Profa. Dra. Therézinha de Jesus Pinto Fraxe - Presidente
CPF nº 187.534.102-97

Jozane Lima Santiago
Jozane Lima Santiago
Doutoranda

Fernanda Mendes Miranda
Fernanda Mendes Miranda
Secretária em exercício do PPG/CASA.

PPG/CASA, Av. Gen. R. Octavio Jordão Ramos, 3600 - Coroado - Campus Universitário/UFAM
Setor Sul Bloco "T" Fone: (92) 3345-4069 CEP 69.077-000, Manaus-Amazonas-Brasil

A Minha mãe Naiza Lima Santiago (*in memoriam*), mulher amazônica que me ensinou a amar e conhecer as comunidades amazônicas, dentre elas, as comunidades do ambiente de várzea.

DEDICO

As organizações sociais da rede ambiental AGROUFAM que colaboraram na elaboração da tese, pela vivência no espaço coletivo de troca de saberes.

Aos sobrinhos Vinícius, Alix Valentina, Benjamin e Pedro, dádiva divina!

OFEREÇO

Produzir antídotos contra a amnésia biocultural é, portanto, um elemento chave para a construção de um paradigma alternativo que permita criar atalhos para a saída da crise. Utilizando a imagem empregada por Sousa Santos, trata-se, antes de tudo, de dilatar o presente por meio do reconhecimento e da revalorização das experiências sociais desenvolvidas a partir da coprodução natureza-cultura. Essas experiências vêm sendo literalmente desperdiçadas como fontes de sabedoria e inspiração para a superação dos críticos impasses civilizacionais.

Paulo Petersen

AGRADECIMENTOS

Ao Deus de muitos nomes, pelo dom da vida e ao chamado à vida para colaborar na construção de um mundo justo, fraterno e solidário.

A toda minha família, em especial ao meu pai Wilson, irmãos Jone e Jander e minha irmã Lany.

À Congregação de Nossa Senhora-Cônegas de Santo Agostinho, família missionária com quem compartilho o “Fazer crescer”, dentre elas, Alzira, Anne, Arizete, Fátima Guaracema e Gleide.

À comunidade Nossa Senhora de Nazaré, família de fé e missão na Compensa.

Ao Núcleo de Socioeconomia da Universidade Federal do Amazonas e a toda equipe de pesquisadores, pesquisadoras que constroem novas práticas de pesquisa e extensão com as comunidades amazônicas.

Agradeço as pesquisadoras Mônica, Marília, Gislany, Lany e Carol por terem auxiliado no fechamento desse trabalho.

A amiga, Profa. Dra. Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, pelas orientações e colaborações em toda fase da pesquisa.

A amiga, Profa. Dra. Albejamere Pereira de Castro, pelo apoio e colaborações durante o período de afastamento.

À Universidade Federal do Amazonas – UFAM, e ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA.

Aos Professores e aos colegas doutorandos do Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPG-CASA.

À rede ambiental AGROUFAM, agricultoras e agricultoras, artesãos, cuidadores da vida, protagonista dos novos saberes, com a qual vivenciei um projeto coletivo. Minha gratidão!

RESUMO

A presente tese analisa a formação da rede ambiental AGROUFAM, resultado das demandas originadas da agricultura familiar a partir de projetos de extensão e pesquisa do Núcleo de Socioeconomia em comunidades amazônicas e da articulação, mobilização e organização social dos sujeitos sociais, agricultoras e agricultores, artesãs e artesãos, pesquisadoras e pesquisadores, em torno da criação de espaços de socialização entre pessoas, instituições e demais seguimentos envolvidos com a produção familiar, visando a valorização não apenas da produção de pequena escala e do patrimônio cultural a ela vinculada, mas também a uma dinâmica positiva de produção em consonância com a lógica da sustentabilidade em suas diversas dimensões. A abordagem adotada para a obtenção das informações à pesquisa, foi a abordagem de multimétodos, na perspectiva da pesquisa qualitativa. A sistematização foi feita com as informações presentes em relatórios técnico-científicos, pela pesquisa documental, pela observação em eventos temáticos e das reuniões da rede ambiental AGROUFAM. As análises da pesquisa foram realizadas a partir da contextualização das categorias escolhidas, procedendo-se a análise descritiva, teórica e interpretativa das informações. Os resultados da pesquisa revelam o quanto a criação de espaços de comercialização para a agricultura familiar e artesanato, do incentivo ao cultivo e consumo de produtos agroecológicos, no âmbito da rede ambiental AGROUFAM, são relevantes no esforço de instigar pesquisadores, consumidores ou gestores públicos a observá-las no sentido de ver o que há por trás do fato de comprar e vender produtos, mas nas suas interfaces e diversas relações que perpassam nestes espaços. Os princípios que regem a rede ambiental AGROUFAM se fundamentam por meio da economia solidária, objetivando a geração de renda para agricultores familiares, calcada nos princípios agroecológicos, do desenvolvimento sustentável, na segurança alimentar e nutricional, na inovação tecnológica e extensão universitária. Além disso, permite ser um espaço de socialização entre pessoas, instituições e demais seguimentos envolvidos com a agricultura familiar. Ademais, é uma oportunidade de estímulo ao intercâmbio de conhecimento entre as agricultoras, os agricultores, artesãs e artesãos, comunidade acadêmica e outras instituições.

PALAVRAS-CHAVE: agricultura familiar; sustentabilidade; organização social, rede

ABSTRACT

The present thesis analyzes the formation of the AGROUFAM environmental network, a result of the demands of family agriculture, based on extension and research projects of the Socioeconomics Nucleus in Amazonian communities, and the articulation, mobilization and social organization of social subjects, and artisans, researchers and researchers, around the creation of spaces of socialization between people, institutions and other segments involved with family production, aiming at valuing not only small-scale production and cultural heritage linked to it, but also to a positive dynamics of production in line with the logic of sustainability in its various dimensions. The approach taken to obtain the information to the research, was the approach of multimethods, from the perspective of qualitative research. The systematization was done with the information present in technical-scientific reports, documentary research, observation in thematic events and meetings of the AGROUFAM environmental network. The analyzes of the research were made based on the contextualization of the chosen categories, proceeding the descriptive, theoretical and interpretative analysis of the information. The results of the research reveal how the creation of marketing spaces for family agriculture and handicrafts, encouraging the cultivation and consumption of agroecological products, within the framework of the AGROUFAM environmental network, are relevant in the effort to instigate researchers, consumers or public managers to observe them in order to see what is behind the fact of buying and selling products, but in their interfaces and diverse relationships that permeate these spaces. The principles governing the AGROUFAM environmental network are based on solidarity economy, aiming at generating income for family farmers, based on agroecological principles, sustainable development, food and nutritional security, technological innovation and university extension. Besides, it allows to be a space of socialization between people, institutions and other followings involved with family agriculture. In addition, it is an opportunity to stimulate the exchange of knowledge among women farmers, farmers, artisans and artisans, the academic community and other institutions.

KEY-WORDS: family farming; sustainability; social organization, network

LISTA DE SIGLAS

- ABCAN** – Associação dos Beneficiários Comercializadores de Anori
- ACAMO** – Associação Cacaualista do Município de Urucurituba
- ACIC** – Associação Comunitária do Cuxiuara
- ACRMSMA** – Associação Comunitária do Médio Solimões
- ADAF** – Agência de Defesa Agropecuário e Florestal do Estado do Amazonas
- ADERPROM** – Associação de Desenvolvimento Rural dos Produtores do Membeca
- ADS** – Agência de Desenvolvimento Sustentável do Amazonas
- AFEAM** – Agência de Fomento do Estado do Amazonas
- AGROUFAM** – Feira da Produção Familiar
- ALE** – Assembleia Legislativa do Estado
- APOAM** – Associação de Produtores Orgânicos do Amazonas
- APROARTES** – Associação dos Produtores Agroecológicos e Artesãos do Estado do Amazonas
- ARAFNA** – Associação Rural de Agricultores Familiares e Criadores de Pequenos Animais de Nova Aliança
- ASDECOSAM** – Associação de Desenvolvimento Comunitário de Santo Antônio de Murituba
- ASPA** – Associação Profissional dos Pescadores de Anori
- ASPEAM** – Associação de Pescadores e Pescadoras do Município de Anamã
- ATER** – Assistência Técnica e Extensão Rural
- AUTALAC** – Indústria de Laticínios de Autazes
- CAR** – Cadastro Ambiental Rural
- CETAM** – Centro Estadual de Tecnologia do Estado do Amazonas
- CIGS** – Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército Brasileiro
- COMATRA** – Cooperativa Mista Agrícola dos Trabalhadores Rurais de Anori
- COMAPEM** – Cooperativa Mista Agropecuária de Manacapuru
- CONAB** – Companhia Nacional de Abastecimento
- COOPBOR** – Cooperativa dos Produtores Rurais de Borba
- COOPERATIVA UNIAGRO** – União dos Agricultores de Iranduba
- COOPERJUTA** – Cooperativa dos Juticultores do Amazonas
- COOPFRUTAS** – Cooperativa dos Produtores Rurais e Beneficiadores de Frutas

do Município de Anori – AM

COOPLAM – Cooperativa dos Produtores de Leite da Região de Autaz - Mirim

COOTEMPA – Cooperativa dos Técnicos e Multiprofissionais em Agropecuária

CASSAM – Clube dos Suboficiais e Sargentos da Aeronáutica

DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EXPOAGRO – Exposição Agropecuária

FEART – Feira de Artesanato da UFAM

GTZ – Agência de Cooperação Técnica Alemã

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDAM – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IFAM – Instituto Federal do Amazonas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MUSA – Museu da Amazônia

NUSEC – Núcleo de Socioeconomia da UFAM

OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras - Amazonas

ONG – Organização Não Governamental

ONBP – Organização Indígena do Médio e Baixo Purus

OSIM – Organização Social e Identificação de Mercados

PANCs – Plantas Alimentícias Não-Convencionais

PAS – Programa Agroecológico Integrado Social

PGE – Procuradoria Geral do Estado

PIB – Produto Interno Bruto

PRONAF – Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRÓ-RURAL – Programa Estratégico de Transferência de Tecnologia para o Setor Rural

REMA – Rede Maniva de Agroecologia

SAF – Sistema Agroflorestal

SEPROR – Secretaria de Produção Rural do Estado do Amazonas

SINIMA – Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente

UEA – Universidade Estadual do Amazonas

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UPA – Universidade de Produção de Alivinos

UPITA – Associação União dos Povos Indígenas do Tarumã Amazonas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa da área de abrangência do projeto	63
Figura 2 - Culturas agrícolas de maior produção no município de Anamá	83
Figura 3 - Efetivo pecuário no município de Anamá	84
Figura 4 - Reunião e entrevista com comunitários da Vila do Arixí, em Anamá.....	84
Figura 5 - Culturas agrícolas cultivadas na comunidade de Perpétuo Socorro, Anamá.....	85
Figura 6 - Culturas agrícolas de maior produção no município de Anori	86
Figura 7 - Efetivo pecuário no município de Anori.....	87
Figura 8 - Espécies cultivadas nas propriedades visitadas da comunidade.....	87
Figura 9 - Formas de aquisição das sementes e mudas das espécies cultivadas	88
Figura 10 - Culturas agrícolas de maior produção do município de Autazes.....	89
Figura 11 - Efetivo pecuário no município de Autazes.....	89
Figura 12 - Produção agrícola nas comunidades visitadas em Autazes.....	90
Figura 13 - Produtos de maior comercialização, segundo produtores de Autazes....	91
Figura 14 - Gargalos produtivos segundo os produtores de Autazes.....	92
Figura 15 - Culturas agrícolas de maior produção do município de Caapiranga.....	93
Figura 16 - Efetivo pecuário no município de Caapiranga.....	94
Figura 17 - Espécies cultivadas nas propriedades dos produtores	94
Figura 18 - Reconhecimento do local para a primeira feira de produtores de Caapiranga.....	95
Figura 19 - Reconhecimento do espaço do Caródromo	96
Figura 20 - Reunião da equipe com os representantes do Município	97
Figura 21 - Visita à Feira Coberta do Município de Caapiranga.....	98
Figura 22 - Reunião na sede do IDAM.....	98
Figura 23 - Culturas agrícolas de maior produção do município de Careiro da Várzea.....	99
Figura 24 - Efetivo pecuário no município de Careiro da Várzea	99
Figura 25 - Espécies cultivadas nas propriedades dos produtores	100
Figura 26 - Área de cultivo e forma de acondicionamento do quiabo.....	101
Figura 27 - Formas de aquisição das sementes e mudas das espécies	102
Figura 28 - Formas de aquisição das sementes e mudas das espécies	102
Figura 29 - Reunião com a presidente da comunidade São Sebastião.....	103
Figura 30 - Atrativos turísticos na Cachoeira do Castanho, em Iranduba	105
Figura 31 - Culturas agrícolas temporárias e permanentes, em toneladas, de Tabatinga.....	108
Figura 32 - Efetivo pecuário em cabeças do município de Tabatinga	109
Figura 33 - Mapa das comunidades rurais do município	111
Figura 34 - Feira Provisória dos Ticuna, fachada e parte do interior	113
Figura 35 - Mercado municipal, fachada e seu interior.....	114
Figura 36 - Instalações no Museu da Amazônia – MUSA	117

Figura 37 - Visita a agricultores e suas produções.....	118
Figura 38 - Visita as propriedades rurais.....	119
Figura 39 - Reunião com os produtores.....	120
Figura 40 - Visita à área produtiva de um agricultor.....	121
Figura 41 - Visita a produção agrícola e atividades de meliponicultura.....	122
Figura 42 - Reunião de planejamento no PA Tarumã-Mirim.....	123
Figura 43 - Mapeamento e representação territorial da REDE AMBIENTAL AGROUFAM.....	137
Figura 44 - Feira AGROUFAM realizada em Manaus, na UFAM.....	148
Figura 45 - Oficina “Cultivo de hortaliças em pequenos espaços”.....	150
Figura 46 - Hortaliças prontas para o transplântio, demonstradas na oficina.....	151
Figura 47 - O cultivo de hortaliças em diferentes locais e espaços.....	152
Figura 48 - Exposição da AGROUFAM, edição jan/2014.....	153
Figura 49 - Municípios de origem dos produtores da AGROUFAM.....	157
Figura 50 - Diversidade dos ramos produtivos ofertados na AGROUFAM.....	158
Figura 51 - Quantidade média de produtos comercializados no setor agrícola.....	158
Figura 52 - Faturamento total do quadrimestre de 2015.....	159
Figura 53 - Faturamento total do quadrimestre de 2016.....	159
Figura 54 - Percentual de agricultores convencionais e agroecológicos da AGROUFAM.....	161
Figura 55 - Visita técnica dos alunos de logística da UEA Itacoatiara.....	163
Figura 56 - Edições da AGROUFAM.....	164
Figura 57 - Setor de artesanato da AGROUFAM.....	166
Figura 58 - Relação de produtos comercializados pelo setor artesanato na AGROUFAM.....	166
Figura 59 - Zonas de origem dos consumidores da AGROUFAM.....	169
Figura 60 - Preferências de consumo dos visitantes da AGROUFAM.....	170
Figura 61 - Prof ^a Therezinha Fraxe entrega placa comemorativa da XX AGROUFAM.....	173
Figura 62 - Desfile de peça de uma artesã feirante.....	174
Figura 63 - Grupo Puxirum e David Assayag.....	175
Figura 64 - Palestras na organização da APROARTES.....	183
Figura 65 - Assembleia de organização da APROARTES.....	184
Figura 66 - Utilização do método de análise SWOT.....	186
Figura 67 - Construção do Mapa Estratégico.....	187
Figura 68 - Indicadores e metas.....	188
Figura 69 - Identidade visual da Rede Poranga.....	192
Figura 70 - Proposta do portal de comercialização da Rede Poranga.....	195

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Categorias de contextualização	36
Quadro 2 - População recenseada, por situação do domicílio e sexo.....	64
Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Humano do território dos municípios	66
Quadro 4 - Produção agrícola temporária no território dos municípios, em toneladas.....	68
Quadro 5 - Área plantada de lavoura temporária no território dos municípios, em toneladas.....	70
Quadro 6 - Produção agrícola temporária no território dos municípios, em toneladas.....	72
Quadro 7 - Área plantada de lavoura temporária no território dos municípios, em toneladas.....	72
Quadro 8 - Efetivo de rebanho animal nos municípios de abrangência	74
Quadro 9 - Efetivo de vacas ordenhadas municípios de abrangência	77
Quadro 10 - Produtos de origem animal nos municípios de abrangência	78
Quadro 11 - Produção de piscicultura nos municípios de abrangência, em quilos	79
Quadro 12 - Produção extrativa vegetal alimentícia, por tipo de produto em toneladas.....	80
Quadro 13 - Quantitativo da extração vegetal madeireira	82
Quadro 14 - Potencialidades da comunidade Cachoeira do Castanho	106
Quadro 15 - Demanda da comunidade por cursos de capacitação.....	106
Quadro 16 - Levantamento da produção de artesanato da comunidade	107
Quadro 17 - Calendário de atividades planejadas.....	107
Quadro 18 - Hortaliças comercializadas na Feira.....	154
Quadro 19 - Quadro de componentes da Diretoria da APROARTES.....	185
Quadro 20 - Municípios e comunidades que integram a Feira AGROUFAM e APROARTES	185
Quadro 21 - Atividades planejadas e desenvolvidas no contexto de realocação	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Contagem populacional e área territorial dos municípios	63
Tabela 2 - Infraestrutura da comunidade de São Sebastião.....	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	20
CAPÍTULO 1: PROCESSOS METODOLÓGICOS - SABERES E PRÁTICAS	24
1.1 Hipóteses de trabalho.....	24
1.2 Referência teórica	24
1.2.1 Do fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil à transição agroecológica como garantia de segurança e soberania alimentar .	24
1.2.2 Transição agroecológica	30
1.2.3 A abordagem de redes.....	32
1.2.4 Parâmetros metodológicos.....	35
1.2.4.1 Categoria de contextualização – agroecossistemas amazônicos	36
1.2.4.2 Categoria de contextualização – participação ambiental.....	38
1.2.4.3 Categoria de contextualização – redes sociais comunitárias	40
1.3 Tipos de abordagens teórico-metodológicas adotados para o estudo da rede ambiental AGROUFAM	43
1.3.1 Abordagem multimétodos.....	44
1.3.2 Abordagem sistêmica.....	45
1.3.3 Método etnográfico e dialético ambiental	46
1.4 Tecendo os fios da rede metodológica.....	47
1.5 Caracterização e local do objeto de pesquisa	49
CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	51
CAPÍTULO 2: AGROUFAM E SEUS TERRITÓRIOS PRODUTIVOS	56
INTRODUÇÃO	56
1.0 Projetos de extensão universitária: a feira da produção familiar (AGROUFAM)	58
2.0 Pressupostos teórico-metodológicos.....	61
3.0 Municípios envolvidos: territórios físicos e humanizados	61
4.0 População rural e densidade demográfica	64
5.0 Indicadores de Desenvolvimento Humano	65
6.0 Agricultura	66
6.1 Lavoura Permanente	71
6.2 Rebanho Animal.....	73
6.3 Rebanho Bovino e Bubalino	73

6.4 Rebanho Suíno	73
6.5 Rebanho Caprino e Ovino	73
6.6 Rebanho Equino, Asinino e Muar	73
6.7 Efetivo de Aves (Galos, Galinhas, Frangos, Frangas e Pintos).....	74
6.8 Vacas Ordenhadas (cabeças)	77
7.0 Produtos de Origem Animal	78
7.1 Pesca	79
7.2 Pesca nos Municípios	79
8.0 Extrativismo Vegetal.....	80
8.1 Extração Vegetação - Alimentícios.....	80
8.2 Extração Vegetação - Oleaginosas e Látex Coagulado	81
8.3 Extração Vegetação – Carvão Vegetal, Lenha e Madeira.....	81
8.3.1 Município de Anamá.....	83
8.3.2 Município de Anori.....	86
8.3.3 Município de Autazes	88
8.3.4 Município de Caapiranga.....	93
8.3.5 Município do Careiro da Várzea	99
8.3.6 Município de Iranduba	102
8.3.7 Município de Tabatinga	108
8.3.8 Municípios de Manaus e Entorno	115
9.0 A construção de um novo espaço coletivo – AGROUFAM.....	124
9.1 Território Produtivo da rede ambiental AGROUFAM.....	137
CONCLUSÃO	139
REFERÊNCIAS	140
CAPÍTULO 3: A PARTICIPAÇÃO AMBIENTAL TRADUZINDO AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REDE AMBIENTAL AGROUFAM.....	142
INTRODUÇÃO	142
1.0 Metodologias participativas	144
2.0 Desenvolvimento rural.....	145
3.0 A formação de sujeitos sociais para a emancipação social (a construção do conhecimento agroecológico).....	146
CONCLUSÕES	175
REFERÊNCIAS	176

CAPÍTULO 4: TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A ARTICULAÇÃO DA GOVERNANÇA DA REDE AMBIENTAL AGROUFAM	178
INTRODUÇÃO	178
1.0 Transição agroecológica na rede ambiental AGROUFAM	179
2.0 A construção da rede ambiental AGROUFAM: A criação da Associação Central dos Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas (APROARTES)	181
3.0 Planejamento estratégico da AGROUFAM – potenciais mercados Análise SWOT ou FOFA e da estrutura de referência de um novo modo de governança	186
3.1 Construção do Mapa Estratégico	187
3.2 Indicadores e metas	188
4.0 Rede Poranga – um espaço distinto da governança ambiental	190
5.0 Implantação do fundo solidário: caminhando para a economia ecológica .	197
CONCLUSÕES	198
REFERÊNCIAS	199
CONSIDERAÇÕES FINAIS	202

INTRODUÇÃO GERAL

O modo de vida específico dos grupos sociais da região amazônica, bem como sua complexidade organizacional, envolve relações de sociabilidade que promovem o aproveitamento múltiplo e comum dos recursos naturais disponíveis e a percepção na compreensão de um território marcado por representações materiais e simbólicas. Tais relações são permeadas por uma racionalidade coletiva, conservacionista e de adaptabilidade às sazonalidades que marcam seus modos de vida e suas ações socioambientais enquanto sujeitos políticos, porém carecem de protagonismo político participativo.

A preocupação acerca de políticas públicas para o desenvolvimento no plano regional trouxe, historicamente, reflexões em torno de modelos que possibilitassem desenvolvimento social e econômico, este último como sendo, essencialmente, o processo histórico de crescimento sustentado da renda – implicando na melhoria do padrão de vida da população de um determinado território – que corrobora para a sistemática acumulação de capital e incorporação de conhecimento ou progresso técnico ao modo de produção (BRESSER-PEREIRA, 2006). Nestes termos, a inquietude acerca do desenvolvimento regional se dá sob a prerrogativa de articular progresso de tecnologias adequadas ao meio amazônico e modos de produção, apropriação e gestão dos recursos naturais locais.

Para Little (2000), abordar o desenvolvimento local deve corresponder às necessidades específicas de cada espaço, o que acaba nos remetendo a outra questão de suma importância que é considerar os conhecimentos tradicionais em cada etapa do processo desenvolvimentista. Tal atitude de reconhecimento se dá no sentido de se buscar a dinamização das organizações sociais e sua produção de forma coerente com suas especificidades e modos de vida e trabalho.

Assim se deu a proposição desta tese refletindo em novas estratégias que potencializem a apropriação dos recursos naturais de maneira a incorporar outra racionalidade, que articula a capacidade de produção e desenvolvimento

em correlação com a criação de mercados locais, aliado ao crescente fortalecimento da organização social de moradores rurais e cidadãos da região.

A importância do fomento aos mercados locais ou aos denominados circuitos curtos de comercialização para o desenvolvimento regional converge a um movimento contrário à hegemonia salientada por Santos (2001), em que o mercado que é reconhecido como global, sob o contexto da globalização mundial, e nos é apresentado como sendo capaz de homogeneizar, em sua essência, acaba por aprofundar as diferenças locais. A expansão das redes de supermercados nas grandes metrópoles brasileiras e o forte apelo midiático destes grupos modificaram padrões de consumo e também de alimentação. Da mesma forma, a chegada dos *fast foods* entre os anos 80 e 2000 no Brasil, introduziram novos hábitos alimentares em convergência a um estilo de vida urbano-industrial, onde as pessoas tem pouco tempo para preparar suas refeições ou cuidar das compras de casa.

Desta forma, a conveniência dos supermercados e *fast foods* redefiniu o consumo nas grandes metrópoles e, conseqüentemente, o modo de produção dos alimentos, que passaram a seguir uma lógica industrial aliada à tecnologia de ponta para melhoramento genético de sementes e controle de pragas a fim de aumentar a produtividade para atender às demandas de mercado a custo de monoculturas e desmatamento de grandes áreas para pastagem – para não citar outros efeitos devastadores sobre a conservação de recursos naturais essenciais, a saúde humana e aumento das desigualdades sociais e da insegurança alimentar no mundo. Apesar da alta concentração de renda e poder do agronegócio, a agricultura familiar é a principal responsável por 70% dos alimentos consumidos pelas famílias brasileiras, sendo que esta produção é comercializada em feiras-livres nas zonas urbanas. São as feiras as principais responsáveis em abastecer as cidades e a conectar o mundo rural e o urbano.

A origem das feiras remonta à expansão do mercantilismo europeu ao final da Idade Média, consolidando-se no século XI. Remete também à origem das cidades conhecidas como burgos e ao desenvolvimento do comércio no Mar Mediterrâneo devido à abertura de grandes rotas comerciais entre o Ocidente e o Oriente (ANJOS et al 2005).

No caso brasileiro, a origem das feiras confunde-se com a própria história nacional. Desde o período do “Brasil colônia” elas multiplicaram-se assumindo papéis fundamentais, não apenas no abastecimento alimentar dos primeiros adensamentos humanos, mas como elemento fundamental que estrutura a própria organização social e econômica das populações (Idem, p. 17, 2005).

Apesar da consolidação das redes de varejo no Brasil a partir da década de 60, as feiras persistem no tempo. De acordo com Anjos et al (2005) a persistência das feiras nas sociedades contemporâneas justifica-se a) pelas relações sociais mais próximas e afetivas estabelecidas entre consumidores e feirantes; b) pelo atendimento a um extrato da população com menor poder aquisitivo; c) possibilidade de negociação de preço. Logo, não apenas a comercialização, mas as mais variadas formas de sociabilidade contribuem para a existência das feiras. Destaca-se também a função social das feiras ao incentivarem o fortalecimento da agricultura familiar, tendo em suas cidades de realização o apoio de secretarias municipais e estaduais de produção e abastecimento, gerando oportunidades de emprego e renda.

A partir dessas inferências, refletimos coletivamente e construímos os elementos que compõem a tese “Teias de vida: um estudo ambiental da rede Agroufam”, objetivando novas estratégias que potencializem a apropriação dos recursos naturais a partir da sustentabilidade ambiental, articulando a capacidade de produção e desenvolvimento em concomitância com a criação de mercados locais, a partir do crescente fortalecimento da organização social de sujeitos coletivos do ambiente rural e urbano.

O primeiro capítulo traz uma descrição dos processos metodológicos, os quais resultam em uma rede para coletar os dados da tese. Nele são contextualizados o lugar e o objeto da tese, os referenciais teórico-metodológicos e a inter-relação entre a pesquisadora e os sujeitos sociais da pesquisa.

O segundo capítulo destaca os territórios produtivos, seus aspectos socioeconômicos, evidenciando as potencialidades dos municípios e apresenta-se uma discussão sobre desenvolvimento rural, resultado da convergência da abordagem territorial do desenvolvimento.

O terceiro capítulo traz uma análise das organizações sociais da rede ambiental AGROUFAM, com foco para a produção familiar e da participação dos sujeitos no espaço de interação. As discussões feitas neste capítulo traduzem o espaço de socialização entre pessoas, instituições e demais segmentos envolvidos com a agricultura familiar, bem como o intercâmbio de conhecimento entre os agricultores, comunidade acadêmica e outras instituições.

O quarto capítulo, apresenta os elementos da transição agroecológica e a articulação da governança na rede ambiental AGROUFAM. Vale reiterar que o foco da AgroUfam é a agricultura familiar sob premissas de práticas agroecológicas. Assim, as feiras dos produtos da agricultura familiar surgem como um espaço estratégico de mercado e divulgação da diversidade de produtos oriundos do extrativismo, dos agroecossistemas familiar e da diversidade cultural das populações rurais. Desse modo, potencializar, ações para o estabelecimento dessa forma de mercado popular, contribui para o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais do estado do Amazonas.

CAPÍTULO 1: PROCESSOS METODOLÓGICOS - SABERES E PRÁTICAS

1.1 Hipóteses de trabalho

Um dos modos de compreender a Amazônia é por meio dos povos e comunidades tradicionais que nela habitam e configuram-se segundo uma organização social particular, com aspectos únicos e comuns em cada lugar. Essas organizações sociais podem contribuir para a participação ambiental na reconstrução das redes sociais comunitárias de auto-eco-organização dos territórios amazônicos.

1.2 Referência teórica

1.2.1 Do fortalecimento de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil à transição agroecológica como garantia de segurança e soberania alimentar

Sabidamente, em grande parte da história econômica e agrícola brasileira, desde o Brasil colônia até o presente, a agricultura familiar foi um segmento abafado pela economia primária exportadora, esta privilegiada não somente por sua extensão, influência política e herança fundiária, como também pelas políticas de governo que subsidiam e incentivam os mais capitalizados e produtivos, visando o mercado internacional para fins de ajustes ao equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

Somente a partir de meados da década de 80, após a redemocratização do país, é que passa a ser possível acompanhar as declaradas reivindicações dos movimentos sociais de agricultores e agricultoras pela criação e implementação de políticas públicas voltadas ao setor. O movimento mais emblemático surgido desta época, oficialmente em 1984, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, dentre outras demandas, reivindicam historicamente a realização da sonhada reforma agrária no país.

O Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do mundo. Tal concentração, juntamente com a improdutividade das mesmas, possuem raízes históricas, que remontam ao início da instalação definitiva dos portugueses no século XVI, onde a combinação do plantio de monoculturas para exportação às metrópoles e regime escravocrata de trabalho estabeleceu as raízes da desigualdade socioeconômica característica do país até o presente (MST, 2014).

Uma tentativa, ainda que embrionária, de conferir maior força e protagonismo ao segmento da agricultura familiar se deu a partir de 1985 com a criação do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário. Classifica-se como tentativa pois apenas quatro anos mais tarde, em 1989, este fora extinto e teve suas competências relegadas ao Ministério da Agricultura.

Somente após dez anos, em 1999, é que se retoma o projeto de implantação de um órgão federal específico para lidar com as questões de reforma agrária e agricultura familiar, tendo sido criado o Ministério da Política Fundiária e Agricultura Familiar, que se tornaria, após um ano, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tal qual é conhecido atualmente.

Paradoxalmente, neste meio tempo em que não houve organismo federal voltado especificamente a atender este segmento, em 1996 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar¹, o PRONAF. A partir de sua popularização, o cenário político dos pequenos agricultores começa a se fortalecer de forma efetiva.

O MDA tem como competências, segundo seu regimento, os assuntos relativos à “reforma agrária, a promoção do desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, além de exercer competências extraordinárias relativas à regularização fundiária na Amazônia Legal”. (BRASIL, 2003). Compete à ele ainda as ações de fomento à assistência técnica e

¹ Decreto nº 1.946, de 28/06/96.

extensão rural, ao crédito e financiamentos rurais, à comercialização, ao seguro produtivo, e à agroecologia e produção orgânica.

Como um passo ainda maior para o reconhecimento do valor econômico e social da agricultura familiar, o Estado brasileiro sanciona a Lei nº 11.326/2006, que estabelece a conceituação e princípios base para a formulação de políticas públicas direcionadas ao segmento (BRASIL, 2006). Uma vez que 74,4% da mão de obra rural se encontram empregadas na agricultura familiar (IBGE, 2009), esta medida governamental representa suma importância não somente aos trabalhadores da agricultura e suas condições, como também à autossuficiência da produção de alimentos consumidos pelo país, que tem garantida sua soberania alimentar.

Políticas que defendem o apoio à agricultura familiar trazem consigo implícitas ao menos dois argumentos: a garantia de segurança alimentar e de oferta global de alimentos na região, o que implica em produção para o autoconsumo e de excedentes adequada ao nível do produtor individual, e a melhoria do padrão de vida da população rural (KITAMURA, 1994).

A crise paradigmática do desenvolvimento rural e da qualidade de vida no campo tem sido objeto de políticas públicas e debates jurídicos a nível internacional a partir de reflexões sobre o direito à alimentação adequada nos principais organismos internacionais que visam à redução das desigualdades sociais e o combate à fome, como a ONU, o IICA, o BID, dentre outros. A garantia deste direito básico e universal dos cidadãos do mundo passa pelo debate da segurança e soberania alimentar. De acordo com a FAO, o ápice da produção agrícola não implica na redução da pobreza rural. Da mesma forma, a maioria das pessoas que sofrem de insegurança alimentar e nutricional costumam viver nas regiões rurais onde se produzem alimentos.

Os conceitos de segurança e soberania alimentar são multidimensionais. Em linhas gerais, a segurança alimentar é um conceito que evoluiu por conta da crise alimentar mundial na década de 70 do século passado. A ocorrência da Revolução Verde e o aumento da oferta de alimentos não contribuíram, no entanto, para melhorar a segurança alimentar da população. Após a Revolução

Verde houve o aumento do consumo em massa de agrotóxicos e dos casos de câncer, além de desequilíbrios ambientais.

De acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) cunhada na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996, pode-se considerar seguro qualquer indivíduo que tenha acesso físico e econômico em tempo integral a alimentos em quantidades suficientes, não nocivos e com qualidade nutricional para satisfazer suas necessidades e preferências (BELIK & SILIPRANDI, 2010).

Neste sentido, os fatores que incidem sobre a segurança alimentar e nutricional são as condições de acesso aos alimentos considerando sua condição salutar e nutricional, além de incorporar dimensões de preferências, fazendo alusão às questões culturais que envolvem os hábitos alimentares de cada sociedade. Por trás desta definição, portanto, envolvem-se questões de mercado, política de preços dos alimentos, poder aquisitivo da população, oportunidades de emprego e renda, a utilização biológica dos nutrientes a começar pelas boas práticas de higiene e saneamento.

A soberania alimentar, por sua vez, é um processo de construção social pautada nos princípios de tratar a comida como algo além de mera mercadoria. Sendo assim, os produtores de alimentos devem ser valorizados e respeitados a partir de seus modos de trabalho e seus conhecimentos tradicionais. O controle da alimentação deve ser feito a nível local, opondo-se à privatização dos recursos naturais, contribuindo com a natureza e melhorando a capacidade de maximização na utilização destes recursos para atuais e futuras gerações.

A soberania alimentar também prevê a redução da dependência dos agricultores com relação a insumos e agentes externos, diminuindo a distância entre produtores e consumidores. Os princípios agroecológicos vêm casar com esta visão holística da segurança e soberania alimentar em busca de superar os padrões convencionais de produção que empurram aos pequenos produtores pacotes tecnológicos ineficazes que os tornam consumidores dependentes do grande capital agropecuário mundial.

Embora o pequeno produtor brasileiro cultive em uma área proporcionalmente menor a dos latifundiários, a agricultura familiar é responsável direta pelo abastecimento do mercado interno, produzindo, por exemplo, 87% da produção nacional de mandioca – alimento base de muitas regiões do país –, 70% da produção de feijão, 46% do milho e 58% da produção de leite. Em contrapartida, a cultura que possui menor participação na cesta de produtos da agricultura familiar é a soja, representando 16% da produção nacional (IBGE, 2009).

Este fato nos apresenta de forma clara a real intenção e compromisso da agricultura familiar, que é o de produzir alimentos em detrimento de *commodities* para a pauta exportadora. Tal opção traz consigo responsabilidades que, em face à economia de mercado exigente em produtividade e que se estende na sua forma agressiva até mesmo aos produtos agrícolas, pesam sobre o segmento dos pequenos agricultores. Uma vez que a produção familiar representou 9,6% do PIB total brasileiro, ela fácil e injustamente pode ser definida como sendo um setor de baixa produtividade, sobretudo frente à contribuição do setor do agronegócio no PIB de 27,9% (GUILHOTO et al., 2007).

Os avanços da agricultura familiar em torno do reconhecimento de sua importância e conquistas, contudo, não foram suficientes para mitigar os obstáculos ainda persistentes quando focamos as análises para a etapa de escoamento dos produtos desta cadeia. Não que as demais barreiras estejam resolvidas, tais como assessoria técnica, regularização fundiária e crédito rural por exemplo. Porém, problemas com relação a escoamento e acesso a mercados são os mais graves e surgem de forma recorrente entre as reivindicações.

Tal etapa da cadeia é um fator preocupante para agricultores de quaisquer dimensões produtivas, do pequeno ao grande, pois são nas dificuldades de escoamento e comercialização que se encontra embutido o maior risco de perda de produção e, por consequência, de prejuízos. Esta aversão ao risco, ainda que existente de forma inconsciente, acomete em maior medida, por razões óbvias, os pequenos produtores. É neste momento em que

se faz presente a figura do atravessador, detentor de informações de mercado que, em muitos casos, são assimétricas aos produtores, e de recursos materiais e financeiros, tais como condições adequadas de mobilidade para a logística do escoamento e fluxo de caixa para o pagamento à vista. Nesta etapa, o produtor tem seu ganho reduzido quase a zero, uma vez que o intermediário possui poder de barganha de proporções desleais.

Neste sentido, Von der Weid (2001), ao explanar sobre a grande concorrência entre o produtor agroecológico e o que ele chama de *grande produção*, acredita que o produtor agroecológico somente terá possibilidade de minar este embate quando sua multifuncionalidade for reconhecida legalmente como forma de se valorizar o trabalho da agricultura familiar.

O autor reforça o argumento de que a agroecologia permite produzir alimentos de forma mais barata, e em maiores quantidade e diversidade de produtos, diminuindo o risco mercadológico e aumentando a segurança alimentar. Porém, faz a ressalva de que não seria possível sua sobrevivência mercadológica em um cenário de permanente desvalorização dos produtos agrícolas. A grande produção somente é lucrativa por ser valorizada e ter uma extensa quantidade disposta no mercado, mesmo sua produção se configurando como dispendiosa.

A opção pelo consumo de alimentos mais saudáveis tanto ao organismo humano, quanto à saúde ambiental e social, é mais barato em longo prazo transferir maiores recursos aos agricultores por meio da valorização do seu trabalho. Nesta linha, possibilitar uma transição agroecológica aos produtores com menos recursos e/ou informações requer maiores e mais prolongados investimentos financeiros (VON DER WEID, 2001) e de tempo, por meio da educação no campo ofertada por meio da extensão rural.

As técnicas agroecológicas de produção, bem como os sistemas agroflorestais como fruto destas técnicas, possuem grande potencial de contribuir com o desenvolvimento socioeconômico regional do Amazonas, além de poder contribuir ambientalmente com a recuperação de solos e o fortalecimento da biodiversidade de sementes nativas e cultivos. De acordo com

Castro et al (2006), especialmente na Amazônia, tais técnicas são utilizadas há muito tempo, sobretudo pelas comunidades indígenas, as quais plantam uma grande diversidade de cultivos anuais em consórcio com árvores em seus quintais.

Como convenientemente afirma Moruzzi (2010), a defesa conferida à agricultura tradicional e suas técnicas naturais de cultivo não nos corresponde a um regresso ao passado, tal como supõem os defensores ao modelo dominante atual, considerado moderno. Sugere-se, ao contrário, uma retomada de certos valores de modo a contestar as contradições do presente a fim de reconstruir o futuro (MORUZZI, 2010).

1.2.2 Transição agroecológica

O modelo de desenvolvimento, prioritariamente adotado hoje no mundo, está baseado na extração e exploração insustentável dos recursos naturais, priorizando o lucro imediato para os seus protagonistas. É um modelo fundado na apropriação do espaço e na exploração das riquezas, que muitas vezes desconsideram culturas locais existentes e dinâmicas naturais que regem os ecossistemas. Assim sendo, “Hoje, mais do que nunca, sabe-se que a defesa da floresta é um pressuposto indispensável para a manutenção da biodiversidade. Qualquer forma de exploração humana que não leve em condições essa variável está condenada ao seu malogro” (WITKOSKI, 2010).

No Brasil, sobretudo, na região amazônica este estilo de desenvolvimento traz transformações rápidas com sérias consequências socioambientais e culturais de médio e de longo prazo. A extração predominante das riquezas naturais reflete-se em pobreza econômica, exclusão social e degradação ambiental, e isso tem aumentado tanto no meio rural quanto no meio urbano. Assim, a dinâmica e a intensidade com a qual estão se dando os impactos socioambientais nesta região, é necessário, urgentemente, a reversão desta situação (SILVA, 2014).

Diante de tais questões, a Agroecologia vem se constituindo na ciência

basilar, como um novo paradigma de desenvolvimento rural, que tem sido construído ao longo das últimas décadas. Isto ocorre, entre outras razões, porque a Agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas. É tanta a importância desta ciência no mundo atual, esta passou a ser o principal enfoque científico neste século entre as Ciências Agrárias e Ambientais. Onde o objetivo primordial do desenvolvimento é a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura insustentáveis para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis (CAPORAL & COSTABEBER, 2004).

No entanto, não se constrói e desenvolve-se a Agroecologia, sem reconhecer e se nutrir dos saberes tradicionais dos sujeitos sociais (caboclos-ribeirinhos, pescadores, extrativistas, indígenas, dentre outros) envolvidos nos processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. No enfoque agroecológico o potencial endógeno constitui um elemento fundamental e ponto de partida de qualquer projeto de transição agroecológica, na medida em que auxilia na aprendizagem sobre os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural ou de desenho de agroecossistemas que visem alcançar patamares crescentes de sustentabilidade.

Portanto, à Agroecologia corresponde o desafio de encontrar estratégias que permitam entender a natureza da agricultura como uma coevolução entre cultura e ambiente natural desde uma perspectiva histórica, para assim manter ou recuperar, conforme o estado do agroecossistema em questão, o equilíbrio original. Assim, a Agroecologia não pretende eliminar a intervenção humana nos ecossistemas, e sim entender a complexidade inerente. Desta forma a Agroecologia é de fundamental importância para a agricultura amazônica, pois procura resgatar a complexidade presente nos agroecossistemas tradicionais restaurando o saber fazer dos povos da floresta permeados por novas técnicas agroecológicas possibilitando a sustentabilidade das unidades produtivas e a conservação dos recursos naturais.

Neste sentido, torna-se proeminente e indispensável o desenvolvimento sustentável rural, buscando a implementação de técnicas de manejo de produção de base ecológica apropriadas para cada agroecossistema amazônico, o qual apresenta singularidades entre si. Pois conforme Brasil (2007), povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, pois possuem formas próprias de organização social, que ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

A UNESCO (2003) afirma ainda que na região amazônica, o modo de vida dos povos da floresta é formado por um conjunto de práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas, assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados, fazendo parte integrante de seu patrimônio cultural.

Desse modo, baseado nos princípios da Agroecologia com vistas à transição agroecológica e buscando a melhoria da qualidade de vida de populações tradicionais amazônicas, que o Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), vem buscando contribuir de uma forma mais pragmática junto aos povos amazônicos. E alicerçada ao NUSEC, a Rede Ambiental AGROUFAM surge como objetivo primordial no que tange a ampliação e consolidação das práticas agroecológicas.

1.2.3 A abordagem de redes

Tendo em vista que o conceito de redes e a metodologia de análise de redes sociais têm sido muito privilegiados, pois tem por base as conexões sociais. Dessa forma, além de configurar as sociedades contemporâneas, o conceito de rede vem ganhando força analítica e conceitual. Inclusive para muitos autores integraria um terceiro paradigma de análise, em relação ao holismo e ao individualismo metodológico, podendo ser considerado compatível com a evolução do novo paradigma sistêmico-complexo (CHRISTAKIS e FOWLER, 2010; MARCON e MOINET, 2001; PORTUGAL, 2006; BARABÁSI,

2009; ADULIS, 2011).

Para Silveira (2013), o conceito de rede faz referência a horizontalidade, pois as redes de organizações são espaços de mobilização, articulação política, troca de informação, compartilhamento de propostas, enfim visa fortalecer os atores e potencializar suas ações em torno de uma meta, uma pauta, um objetivo comum.

A rede compreende um sistema aberto, de trocas dinâmicas entre os seus integrantes que contribui para potencializar os recursos disponíveis. Dessa forma, a rede tem por fundamentos básicos a participação, os valores compartilhados, a gestão compartilhada, conectividade, a descentralização, a capilaridade e o dinamismo.

As redes apresentam uma grande diversidade em suas tipologias, podendo ser mais formais, informais, locais, regionais, nacionais, internacionais, tendo diferentes objetivos e atividades diversas.

Embora as raízes desse conceito estejam na sociologia e na antropologia, em especial com a Sociometria de Moreno e com a Antropologia Britânica, as redes sempre existiram e foram fundamentais para a própria sobrevivência da espécie humana. Isso porque estar inserido em uma rede propiciava uma diversidade de estratégias de coexistência, contribuindo para maior adaptação a riscos e oportunidades (CHRISTAKIS & FOWLER, 2010; REQUENA SANTOS, 1996). Em latim “rete” significa rede ou teia, sendo que em termos de etimologia refere-se a uma rede de pesca, a um arrastão, de captura de pequenos peixes, ou pequenas aves. Em função disso, muitos autores têm destacado a importância da rede como estratégia de ação.

A rede oferece à inteligência um extraordinário meio de ação estratégica: a ligação. A rede é, pois, comparável ao filet do pescador: diante das presas ágeis, quase inatingíveis, o filet envolve seu campo de ação, fechando sua armadilha até capturá-las (MARCON & MOINET, 2001, p. 20).

A rede nasce do apoio, do compartilhamento de projetos existente em determinado grupo, sendo essa interação denominada de *networking*, a qual não se restringe a troca de informações, mas pressupõe a interação mútua, o

diálogo, enfim o empenho em fortalecer as interações por parte dos integrantes da rede. É através disso que emerge condições propícias para a cooperação e a sinergia, pois se não existir *networking* a rede será uma estrutura sem conteúdo, tendo pouco significado para os seus componentes.

Para tanto, embora as redes sejam consideradas uma maneira de melhor integrar e articular diferentes sujeitos para um propósito comum se faz necessário um esforço significativo para manter essas estruturas, das quais requer o engajamento de todo o coletivo e não a mera integração dos sujeitos. Caso contrário, a própria articulação da rede estará comprometida.

Inojosa (1999), apresentar o conceito de rede: “rede é parceria e redes são tecidos sociais que se formam a partir do estabelecimento de relações entre entes independentes, mobilizados por uma questão ou objetivos comuns que, de alguma forma, concorram para os objetivos específicos de cada ente”. Esta definição, segundo a própria autora, privilegia, entre outras coisas, a relação entre as pessoas e os objetivos compartilhados.

A rede é entendida como um espaço de relacionamentos onde se constroem diferentes saberes com diferentes propósitos interligados, onde os sujeitos individuais e coletivos, ao construírem o saber constroem, também, a si mesmos, uns aos outros e ao coletivo substituindo as relações hierárquicas e de dominação por um olhar mais sistêmico e cooperativo.

Um trabalho de rede é, antes de tudo, a construção de um imaginário comum aos participantes. Nas experiências tratadas, um imaginário contra-ideológico, o que não é algo fácil. Parte dos conflitos e das desistências que temos, talvez, apontem para a dificuldade de inserir certos desejos dentro de contextos que se tornam muito rígidos, mesmo quando a intenção é boa.

Dando prosseguimento a essas pesquisas, este trabalho evidencia que a estrutura organizacional em rede contribui para quebrar com esses vícios, embora não os elimine totalmente. Isso porque, diferente de um movimento social, de uma ONG, ou entidade, a rede não tem um centro, uma coordenação que detenha o controle das suas dinâmicas, mas vários centros, ou nós, caso contrário deixa de ser uma rede. Mesmo existindo os hubs (nós mais

conectados), a rede pela sua natureza precisa ter vida própria, distribuída, esparsa pelos territórios. Isso dificulta que um nó da rede, mesmo na condição de mediador, assegure o controle desse processo. Isso até pode ocorrer nas redes que não atuam de fato como rede, considerando que a estrutura de uma rede, segundo os *experts*, é a distribuída, em que mesmo sendo retirado nós estratégicos a rede é capaz de se auto-organizar (FRANCO, 2008a, 2012; UGARTE, 2008).

1.2.4 Parâmetros metodológicos

Para o presente estudo, foram definidas categorias de contextualização (Quadro 1), as quais historicizam, contextualizam, enquadram, comparam, mostram os determinantes e interesses envolvidos no objeto principal: Agroecossistemas amazônicos, Participação Ambiental e Redes Sociais Comunitárias.

As categorias de contextualização compreendem agroecossistemas amazônicos - base epistemológica que reconhece a existência de uma relação estrutural de interdependência entre o sistema social e o sistema ecológico; a participação ambiental – capacidade de auto-eco-organização - processo de autocriação dos sistemas em uma contínua produção de si mesmos; redes sociais comunitárias – interdisciplinaridade -complexidade das questões socioambientais; sistemas sociais como redes de comunicação – a autopoiese social.

Essas categorias estão em conexão com os objetivos específicos da pesquisa e foram inseridas no quadro abaixo como eixo orientador do estudo.

Quadro 1 - Categorias de contextualização

CATEGORIAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO	VARIÁVEIS	REFERENCIAL TEÓRICO
AGROECOSSISTEMAS AMAZÔNICOS	Elementos dos agroecossistemas; A formação do modo amazônico de produção; Agrobiodiversidade;	GLIESMAN, S.; ALTIERI, .; SANTILLI, J.,; FRAXE, T.J.P.; WITKOSKI, A.C.; BOEF, W.S.
PARTICIPAÇÃO AMBIENTAL	O caráter da totalidade e de complexidade do mundo real; Desenvolvimento e ambiente; Emancipação Social; Justiça ambiental; Ecologia dos saberes; Processos de auto-eco-organização.	MORIN, E.; SANTOS, B. S.; PETRAGLIA, I.C.; MENDONÇA, R.
REDES COMUNITÁRIAS	Interdisciplinaridade como prática a ser construída nas ciências ambientais; A transversalidades das questões socioambientais. O pensamento sistêmico – paradigma da ciência; A complexidade da sociedade; ; Redes Sociais; Metodologias participativas;	MORIN, E.; LEFF, H.; SACHS, I.; NASCIMENTO, E.P.; VEIGA, E.; ROMEIRO, A.R.; RAYNAUT, C.; VASCONCELOS, E.M.; MORIN, E.; MARIOTTI, H.; VASCONCELLOS, M.J.E.; CAPRA, F.; MATURANA, H. e VARELA; MERTENS, F.

Fonte: Organização, Santiago, 2015

1.2.4.1 Categoria de contextualização – agroecossistemas amazônicos

A agricultura familiar, na Amazônia, se caracteriza como uma importante forma de organização da produção que associa família, produção e trabalho nos diversos ambientes de produção terrestres e aquáticos. Os critérios utilizados pelos agricultores amazônicos para direcionar as decisões relativas às atividades agrícolas na agricultura familiar não visam apenas à rentabilidade, mas principalmente atender as necessidades básicas da família. Os agricultores familiares amazônicos se caracterizam por exercerem uma pluralidade de atividades produtivas que são fundamentais para complementar seus rendimentos e suas necessidades de reprodução social.

A agricultura na Amazônia é baseada em sua maioria, na unidade de produção assentada na mão-de-obra familiar. Para compreender os aspectos socioeconômicos da agricultura familiar é necessário conhecer os tipos de famílias existentes. Para compreendermos a tipologia das famílias amazônicas, recorreremos à tipologia descrita por com Wolf (1970), que considera a existência

de diversos tipos de famílias, mas que estão estruturadas basicamente em nucleares (compostas exclusivamente pelos cônjuges e sua prole) ou extensas (que agrupam em uma única estrutura outras famílias nucleares em número variado).

Desta forma, o modo de vida dos agricultores familiares da Amazônia constituído por indígenas, caboclos e ribeirinhos advém do seu conhecimento sobre os ecossistemas de várzea e terra firme do uso e manejo dos recursos naturais da região, este conhecimento foi adquirido por meio de um processo adaptativo e renovado através do seu cotidiano e repassado pelas sucessivas gerações.

As populações indígenas desenvolveram sistemas de produção de manejo que integram a agricultura aos diversos ambientes e recursos da região, denominado atualmente de sistemas agroflorestais. Os sistemas agroflorestais tradicionais na Amazônia são caracterizados pelo sítio, roça, capoeira e floresta ferramentas importantes para a agricultura familiar que, permeadas pela polivalência de trabalhos (extrativismo vegetal e animal e a criação animal), são responsáveis pela sobrevivência dos agricultores e a sustentabilidade dos agroecossistemas amazônicos.

Ao se considerar o agroecossistema como unidade metodológica (CAPORAL & COSTABEBER, 2000), (é impreterível que se adote uma metodologia onde se considere toda a cadeia trófica, bem como as relações de manutenção de energia, os conhecimentos locais e as dimensões que pautam a sustentabilidade: econômicas, sociais, ambientais, culturais, éticas, estéticas e políticas. Para isso, devem-se adotar metodologias participativas, que se utilizam dos conhecimentos locais na geração de elementos demonstrativos, através das trocas de experiências, e da formação de agentes multiplicadores, com objetivo de ampliar a autonomia dos agricultores, e diminuir, de forma gradativa, a dependência de insumos externos à unidade produtiva.

O planejamento e condução de metodologias adequadas e apropriadas ao ambiente amazônico pode ser o elemento diferenciador na caminhada em direção à sustentabilidade.

1.2.4.2 Categoria de contextualização – participação ambiental

Sabemos que em toda a região Amazônica, a organização social nas comunidades rurais dá-se de forma tradicional. Concretiza-se por meio da atuação de diversas instituições e se expressa por meios de sociabilidades que podem ser exemplificadas pelas festas religiosas e ainda pela formação de associações. Observa-se que as comunidades buscam a organização social por meio dessas instituições para promoverem o desenvolvimento local. Contudo, há certa dificuldade destas comunidades rurais em ampliarem suas redes de relações externas no que tange a diversificação produtiva, o acesso a novos mercados, a autonomia e a auto-sustentabilidade.

Para Little (2002), trabalhar o desenvolvimento local significa responder às necessidades específicas de cada lugar, porém, nos remete a outra questão, que é promover um desenvolvimento local capaz de valorizar os conhecimentos tradicionais. A compreensão do conhecimento das populações rurais pressupõe a integração de diversos conhecimentos e saberes capazes de levar ao fortalecimento e dinamização dos tipos de organização social e suas produções materiais coadunadas com a simbologia e percepção de seus modos de vida.

O desenvolvimento local costuma refletir um forte sentido de pertença à comunidade: “a identidade territorial, onde oportunamente valorizada, pode contribuir ao desenvolvimento e à implementação dos processos inovadores em escala local” (POLLICE, 2010, p. 11).

Essa identidade local é fruto de interações coletivas nem sempre apreendidas em sua exterioridade ou mesmo nas limitações geográficas, mas nos meandros das sociabilidades. Dessa forma, o desenvolvimento local é tanto a expressão das representações sociais locais quanto o reflexo do agir político dessas populações e suas organizações societárias.

As metrópoles urbanas estão em crise, assim como as regiões rurais. As comunidades amazônicas encontram-se em um extremo desta crise global, que transcende as unidades territoriais e os limites dos Estados Nacionais. O urbano e o rural interagem contínua e incessantemente, representando as duas faces do

mundo “globalizado”². Desta forma, as políticas públicas voltadas ao mundo rural são concebidas a partir da lógica urbana, perpassando importantes elementos do mundo material e simbólico das populações rurais levando à compreensão de processos de ressignificações e resistências que são relevantes para a formulação de estratégias políticas conectadas, não apenas com a esfera global, mas, sobretudo com a local.

Vejamos como Morin, apresenta o tema da organização:

A organização é o conceito crucial, o nó que liga a idéia de inter-relação à idéia de sistema. Saltar diretamente das inter-relações ao sistema, retroceder diretamente do sistema às inter-relações, como fazem os sistematistas que ignoram a idéia de organização, é mutilar e desvertebrar o próprio conceito de sistema. A organização, portanto: transforma, produz, religa, mantém este sistema (Morin, 2008: 164).

A partir desse pressuposto e da reflexão da associação do termo participação ambiental, organização e sistema, remete-nos o autor, à compreensão das noções de sujeito, autonomia e auto-eco-organização. Esta capacidade do sujeito o torna auto-organizador do seu processo vital e não exclui a dependência relativa ao mundo exterior, aos grupos, à sociedade e ao ecossistema. Então a auto-organização é na verdade auto-eco-organização, porque a transformação extrapola o seu ser (PETRAGLIA, 1995, p.61).

Trazendo para o contexto das organizações societárias nas regiões do Médio e Alto Solimões, um dos princípios, como pré-condição da existência das organizações societárias, seria a participação ambiental. As pessoas participam das organizações sociais quando querem, sem imposição, sem obrigação.

Entretanto, é necessário compartilhar de um projeto que tenha um caráter coletivo. Para acreditar e investir neste projeto é preciso despertar no participante o sentido de pertencimento, que pode fluir naturalmente, quando esse mesmo participante se reconhece como elemento indispensável no processo da participação ambiental.

² Neste texto, a referência à globalização é feita no sentido de questionar a lógica do sistema capitalista neoliberal (SANTOS, B.S.; MENESES, M.P., 2010, p.175).

O sujeito emerge ao mesmo tempo em que o mundo, a partir de sua auto-organização, que é a capacidade que o ser humano tem de transformar-se, sempre. Essa capacidade pressupõe outras características fundamentais para o desenvolvimento do processo auto-organizador, como autonomia, individualidade, incerteza, ambiguidade e complexidade (PETRAGLIA, 1995).

1.2.4.3 Categoria de contextualização – redes sociais comunitárias

Segundo Morin (2008), a complexidade da ciência foi pouco discutida por autores do passado, a não ser Bachelard em *“o novo espírito científico”*. Warren Weaver apud Morin escreveu: *“o século XIX tinha presenciado o desenvolvimento das ciências da complexidade desorganizada e o século XX deveria presenciar o desenvolvimento das ciências da complexidade organizada.”*

A ideia de complexidade tenderia *“ao sinônimo de complicação”*. No entanto, Morin ressalta que a complexidade não é somente complexa. Ainda falando de complexidade, a mesma não é somente complexa por ser *“complicada”*, o autor ressalta que autores do passado que vão desde Heráclito a Hegel *“viram que, na relação entre a parte e o todo, não é apenas a parte que está no todo, mas o todo que está igualmente na parte.”* (MORIN, 2008, p. 158)

A dimensão da complexidade chega a natureza, chega a humanidade, seres vivos tão complexos que não se pode imaginar. Nesse sentido, a complexidade assume forma e tamanho na moldura política, cultural, econômica social e ambiental.

Mas o que é a complexidade (*complexus*)? Segundo Morin (2008), em um primeiro olhar, a complexidade *é um tecido de constituintes heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo*. Num segundo momento, a complexidade *é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico*.

Nesse sentido, a complexidade da ciência se torna tão importante que já não se pode observar a ciência como sendo algo solitário, que simplesmente

acontece. Morin então percebe que a complexidade da ciência se torna densa e impar quando a objetividade dos dados de uma pesquisa vem acompanhada de um diálogo conciso, justo, verdadeiro e que a partir deste diálogo a objetividade se revele no resultado de um processo crítico desenvolvido por atores da sociedade científica.

Leff (2010) revela que umas das principais causas da complexidade ambiental foi atribuída ao processo histórico do qual emerge a ciência moderna e a Revolução Industrial. Este processo deu lugar à distinção das ciências, ao fracionamento do conhecimento e à compartimentalização da realidade em campos disciplinares confinados, com o propósito de incrementar a eficácia do saber científico e a eficiência da cadeia tecnológica da produção.

A partir dessa premissa, iniciou-se a busca por um método capaz de reintegrar esses conhecimentos dispersos num campo unificado do saber. Desta forma a análise da questão ambiental exigiu uma visão sistêmica e um pensamento holístico para a reconstituição de uma realidade “total”. Daí propôs um projeto para pensar as condições teóricas e para estabelecer métodos que orientem as ciências ambientais.

A primeira característica do pensamento sistêmico, e a mais geral, é a mudança de perspectivas das partes para o todo. Os sistemas vivos são totalidades integradas cujas propriedades não podem ser reduzidas às partes menores. A visão sistêmica da vida nos ensina que todos os sistemas vivos compartilham um conjunto de propriedades e princípios de organização comum.

Tal como a complexidade, o conceito de redes vem sendo empregado em diferentes áreas do conhecimento, com acepções diversas como, por exemplo, no campo da Biologia em que as redes passam a ser entendidas como sendo o padrão de organização de todos os sistemas vivos. Entre os principais autores que entendem as redes nesse sentido destacam-se Fritjof Capra, Humberto Maturana e Francisco Varela.

Para Castells (2010, p. 565) as redes - embora tenham existido em outros tempos e espaços – são a nova morfologia social das sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os

resultados dos processos produtivos, poder e cultura. Para este autor, uma rede é um conjunto de nós interconectados. Um nó é um ponto de intersecção de uma curva por ela mesma. O que define um nó, concretamente falando, é o tipo concreto de rede ao qual ele pertence.

Podemos citar a rede como um exemplo estimulador das inter-relações, dentro de uma perspectiva de pertencimento a um grupo. A rede sugere vínculos, conexões, formas de organização e ações definidas na interação entre os indivíduos.

Uma rede é formada por um conjunto de elementos chamados de nós, com conexões entre eles, chamadas de elos. Uma rede social é um conjunto de indivíduos conectados entre si por meio de relações sociais específicas (WASSERMAN E FAUST, 1994). A abordagem de redes sociais estuda os padrões de interações entre os indivíduos e foi amplamente utilizada em diversas áreas do conhecimento para explicar fenômenos relacionados, por exemplo, à saúde, ao trabalho, à organização comunitária e à difusão das inovações (MARIN e WELLMAN, 2010). As redes sociais são analisadas por meio da integração de dados atributivos (as características dos indivíduos) e relacionais (os elos entre os indivíduos). Os dados relacionais são chave na análise de redes sociais, pois são utilizados para revelar o padrão de interação entre os indivíduos.

Nos últimos anos, as redes sociais tornaram-se um dos principais focos de atenção, não só em ciência, mas também na sociedade em geral e ao longo de toda a cultura global que passou a emergir recentemente. De acordo com o sociólogo Manuel Castells (2000), a sociedade no início do século XXI é caracterizada por uma estrutura social que ele chama de “sociedade em rede”.

Trazendo para o contexto da formação de redes solidárias, como é o caso da rede ambiental AGROUFAM, um dos princípios, como pré-condição da existência da rede, seria a participação voluntária. As pessoas participam da rede quando querem, sem imposição, sem obrigação. Entretanto, é necessário compartilhar de um projeto que tenha um caráter coletivo. Para acreditar e investir neste projeto é preciso despertar no participante o sentido de

pertencimento, que pode fluir naturalmente, quando esse mesmo participante se reconhece como elemento indispensável no processo.

Os indivíduos estão vinculados a múltiplas redes, regidas por princípios econômicos e não econômicos que influenciam, de diferentes maneiras, as suas ações. As redes se constituem, nessa ótica, como uma chave de leitura capaz de desvendar os contextos relacionais onde se inserem os atores: indivíduos, famílias, grupos e organizações. São, portanto, fundamentalmente, sociais (SCHMITT, 2011).

A rede nasce do apoio, do compartilhamento de projetos edificados na UFAM, e das ações e atividades do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC) das quais não se restringem a troca de informações, as pressupõe a interação mútua, o diálogo, a construção democrática participativa, enfim o empenho em fortalecer as interações por parte dos integrantes da rede ambiental AGROUFAM. É devido a isso que emerge condições propícias para a cooperação e a sinergia dos sujeitos sociais envolvidos dos quais permite uma melhor análise das suas possibilidades de aquisição de recursos, das suas práticas cotidianas, da participação ambiental e da governança.

Nas redes, as pessoas ou as organizações estão presas em alianças, conflitos e balanços flutuantes de poder cujas características nem sempre são fáceis de perceber. A ferramenta de análise desta pesquisa demonstrou como a rede ambiental AGROUFAM se encontra e como está entrelaçada com os demais sujeitos e como promove conexão, estimula relações de confiança e fomentar cooperação e parcerias.

1.3 Tipos de abordagens teórico-metodológicas adotados para o estudo da rede ambiental AGROUFAM

Devemos fazer tudo para desenvolver nossa racionalidade, mas é em seu próprio desenvolvimento que a racionalidade reconhece os limites da razão e efetua diálogo como o irracional.

Tudo isso implica em endossar tensão dialogal, que mantém permanentemente a complementaridade e o antagonismo entre amor-poesia e sabedoria-racionalidade (Edgar Morin, Amor, poesia, sabedoria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 10-11, 2001)

A pesquisa adotou a configuração das estruturas teóricas em pesquisas complexas e interdisciplinares (VASCONCELOS, 2013), ou seja, assumiu a complexidade e a multidimensionalidade do fenômeno socioambiental particular em foco, as organizações sociais. Desse modo, a pesquisa interdisciplinar será constituída de várias abordagens envolvidas, que contribuirão para a reflexão e uma comparação contextualizada que aponte para as sinergias, possíveis apropriações ou fertilizações recíprocas, diferenças, contradições e paradoxos.

Na perspectiva epistemológica adotada aqui, entendemos que os fenômenos humanos, sociais e ambientais, através do paradigma da complexidade, de forma dialética, como processos complexos. Isso significa que constituem fenômenos multideterminados, multidimensionais e em interação com o seu contexto, frutos de conflitos e contradições, em processo ininterrupto de transformação, e sempre articulados a interesses, sentidos e significações múltiplas. Assim, qualquer pesquisa exige focalizar um fenômeno mais preciso, mas ele apresenta sempre aspectos relacionados com toda a organização e a sociedade onde se localiza.

Nos estudos de fenômenos socioambientais, principalmente quando envolve a relação pessoa-ambiente, é necessário a conjunção de áreas distintas do conhecimento. Portanto, o uso de métodos diferenciados que possibilitem a compreensão mais abrangente da realidade.

1.3.1 Abordagem multimétodos

No âmbito dessa pesquisa, foi adotada a abordagem multimétodos ou triangulação, cujo objetivo é abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do objeto de estudo (GOLDENBERG, 2004) integrando, assim, as contextualizações e identificando os pontos de convergência entre os resultados obtidos, o que permite olhar, simultaneamente, para a mesma questão ou conceito, porém sob vários ângulos, ou seja, articulando métodos qualitativos e quantitativos na mesma pesquisa, direcionando os mesmos para a obtenção dos resultados conforme a peculiaridade de cada objetivo específico a ser alcançado. A adoção da prática de combinação de técnicas quantitativa com qualitativa proporcionará mais

credibilidade e validade dos resultados da pesquisa, evitando dessa forma o reducionismo de uma só opção do real dentro do campo (OLIVEIRA,2007).

Portanto, a pesquisa foi de natureza qualitativa-quantitativa, porém com foco principal nos dados qualitativos, onde o ambiente vem a ser a fonte direta de dados para a pesquisadora, na qual se tenta compreender os fenômenos estudados a partir da perspectiva das pessoas envolvidas. A abordagem qualitativa tem como fundamento a existência de uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, assim uma interdependência entre sujeito e o objeto da investigação, ou seja, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito.

Os métodos centrados no ambiente são mais específicos aos Estudos Pessoa-Ambiente, encontrando-se entre os principais tipos de trabalho. Muitos autores recomendam a adoção de métodos variados na abordagem de um tema, estratégia que, embora possa representar um significativo trabalho adicional na coleta de dados, tem a intenção de diminuir os vieses inerentes à adoção de procedimentos que ressalte apenas um aspecto do problema (viés metodológico), deixando de lado fatores fundamentais que interferem na situação (Bechtel, Marans &Michelson, 1987).

1.3.2 Abordagem sistêmica

A pesquisa também adotou a abordagem sistêmica, a qual procura resgatar e compreender a diversidade e as inter-relações entre os elementos constitutivos de um objeto e o ambiente externo. Além da ênfase na interação das partes constituintes, a abordagem sistêmica busca ressaltar o princípio da organização e a noção de finalidade, baseada no princípio de que todo e qualquer objeto pode ser analisado e compreendido como um sistema. Assim, um sistema pode ser considerado como um conjunto de elementos em interação dinâmica, organizado em função de um objetivo e articulado, em maior ou menor grau, com outros sistemas.

A evolução na direção do pensamento sistêmico tem acontecido em várias áreas das ciências ambientais. Nessa área, o enfoque sistêmico tem se

tornado cada vez mais necessário, devido à complexidade de sistemas organizados e manejados pelo ser humano e da emergência do conceito de sustentabilidade, que lançou vários desafios na área rural, sobretudo na questão ambiental.

Vasconcellos (2012) atribui três pressupostos ao pensamento sistêmico: complexidade, instabilidade e intersubjetividade. Ao contextualizar um fenômeno, o observador pode visualizar as circunstâncias em que esse evento acontece e assim não verá mais um fenômeno isolado, mas uma teia de fenômenos recursivamente interligados; terá diante de si a complexidade do sistema. Ao investigar o dinamismo das relações presentes no sistema, o observador poderá visualizar um sistema em constante mudança e evolução, auto-organizador, sobre o qual deverá assumir a instabilidade, a imprevisibilidade, e a incontrolabilidade. Por fim, ao reconhecer sua participação na constituição da realidade e ao validar as possíveis realidades instaladas por distinções diferentes, o observador se inclui no sistema que distinguiu, passando a atuar num espaço de intersubjetividade que constitui com o sistema com que trabalha.

1.3.3 Método etnográfico e dialético ambiental

Uma vez delineados os desafios teóricos e metodológicos da variante etnográfica e dialético ambiental, cabe fazer uma breve reflexão sobre sua prática e seus usos na sociedade em geral. No intuito de esclarecer o papel que o etnógrafo ocupa no conflito, parto da noção que ele ou ela é um sujeito social que participa ativamente nos conflitos, porém com um papel diferenciado dos demais sujeitos. No processo de pesquisa, equipado com um conjunto de ferramentas analíticas e comunicativas refinadas, o etnógrafo gera conhecimento estratégico que incorpora múltiplos pontos de vista. Em alguns casos, o etnógrafo tem informação a que nenhum dos outros sujeitos sociais tem acesso, o que lhe dá uma cota específica de poder no cenário político do conflito.

Para o etnógrafo não há um lugar indefinido fora do conflito, onde possa

ter uma visão "imparcial" do conflito. Pelo contrário, se situa intencionalmente nos interstícios do conflito para indagar sobre a natureza das conexões entre os grupos em conflito e constrói seu próprio lugar para produzir conhecimento socioambiental sobre o conflito. Sua meta consiste em realizar uma análise ecológica do conflito que: 1) identifica e diferencia os variados agentes socioambientais envolvidos; 2) incorpora seus múltiplos pontos de vista e interesses; 3) mapeia suas relações transníveis; e 4) documenta etnograficamente a história do conflito, com suas alianças políticas *ad hoc*, suas acomodações mútuas, suas negociações e suas rupturas políticas (LITTE, 2006).

1.4 Tecendo os fios da rede metodológica

A presente pesquisa se insere no âmbito de pesquisas do Núcleo Socioeconomia (NUSEC) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), mais especificamente na linha de pesquisa sobre Desenvolvimento Rural Sustentável em comunidades amazônicas. O Nusec, desde sua fundação em 2002, tem privilegiado pesquisas socioeconômicas, a qual vem sendo considerada a sua atuação no Amazonas. Em função da trajetória pessoal e profissional da autora, filha de agricultores familiares e estudiosa de temas do âmbito rural, a inserção nessa região privilegiou as organizações sociais. As pesquisas exploratórias iniciaram em fins de 2011 e início de 2013, tendo por eixo norteador as organizações sociais e comercialização da produção familiar.

Com base na revisão de literatura, em especial aos projetos de extensão, realizados em comunidades amazônicas pelo NUSEC, a princípio o projeto Fortalecimento da Organização Social e Potenciais Mercados foi selecionado para análise. Isso porque além de integrar organizações sociais de base familiar, esse projeto integrava ações que resultaram dos diagnósticos socioeconômicos realizados nos municípios de abrangência da atuação do NUSEC. Esse projeto integrava uma rede, denominada Pro-rural, constituído de nove linhas finalísticas e uma transversal, o projeto OSIM. Dentre suas metas, apresentava a de potenciais mercados com ênfase a proposta de comércio justo e solidário, produção agroecológica, dentre outras, que convergiam com os pressupostos desta pesquisa em termos de priorizar novas modalidades de

desenvolvimento, na perspectiva do Desenvolvimento Territorial Sustentável. Posteriormente, através do acompanhamento técnico as atividades do referido projeto, e especificamente às metas, Fortalecimento das organizações sociais e Identificação de Potenciais Mercados, foi possível tomar conhecimento de uma construção coletiva que nascia a partir da consolidação de um projeto de extensão, denominado Feira da produção familiar, integrante de um outro projeto guarda-chuva, vinculado ao Parque Científico e Tecnológico/UFAM. Vale ressaltar, que a consolidação do projeto AGROUFAM, foi possível, graças a atuação da equipe técnica de residentes, responsáveis pela articulação dos sujeitos sociais, produtores e produtoras, da agricultura familiar e do artesanato.

A partir disso, como referido na introdução desta pesquisa, o direcionamento do trabalho tomou um novo rumo, sendo a Rede Ambiental AGROUFAM, tomada por *locus* de análise.

Após definida a unidade de análise foi intensificado o acompanhamento das atividades da Rede Ambiental AGROUFAM, como participação em reuniões da equipe técnica, da participação nas edições da AGROUFAM, reuniões de avaliação e planejamento das edições posteriores, de visitas aos municípios e comunidades, entre outros.

Com base no material coletado, principalmente das fontes secundárias, caso específico dos relatórios técnico do projeto OSIM, foram selecionados para análise a rede ambiental AGROUFAM, constituída pelos segmentos da agricultura e do artesanato, em função de aspectos já mencionados na problemática desta pesquisa. Desse momento em diante, o trabalho em campo limitou-se a essa rede, com a participação em suas diversas atividades, ordinárias e extraordinárias. Quando não era possível comparecer em alguma reunião da rede ambiental AGROUFAM, era solicitada a ata do encontro, a fim de tomar conhecimento das discussões e atividades propostas. A vivência foi peculiar por proporcionar o diálogo com mais de 100 produtoras e produtores dos segmentos da agricultura e artesanato da AGROUFAM.

A análise dos dados da pesquisa deu-se a partir da codificação e categorização das informações coletadas, procedendo-se posteriormente à análise descritiva, teórica e contextualizada dos conteúdos.

1.5 Caracterização e local do objeto de pesquisa

A importância de estudo de feiras em Manaus como também no Estado do Amazonas, se apresenta como componente indispensável para entendimento das condições e possibilidades de comercialização da agricultura familiar articulado ao desenvolvimento rural do Amazonas, o que esbarra pela pouca produção acadêmica a respeito³, tanto em termos locais, regionais e, se focarmos o objeto no estudo de feiras agroecológicas, esse quadro se acentua mais.

No sentido do desenvolvimento econômico-produtivo, os maiores entraves dos agricultores amazonenses organizados em seus grupos locais são os relacionados à logística de escoamento produtivo e acesso a mercados para comercialização direta, gargalos que, juntos, servem de alibi para a inserção de intermediários em diversas etapas da cadeia produtiva agroextrativista local, os popularmente reconhecidos como *atravessadores*. A fim de mitigar tais dificuldades, uma das principais ações do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), grupo de pesquisa e extensão da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é o Programa de Extensão, denominado Feira da Produção Familiar (AGROUFAM), denominada nesta tese de rede ambiental AGROUFAM.

Além de buscar fortalecer as políticas públicas estaduais para a agricultura familiar e de propor o encurtamento da cadeia comercial e agregação de valor aos produtos agroextrativistas, a rede ambiental AGROUFAM está na convergência de alguns movimentos contra-hegemônicos das sociedades ocidentais, que visam, através de localismos, promover mudanças globais nas formas de consumo, a partir da sustentabilidade econômica e ambiental. Ocorre que, inicialmente, a rede ambiental AGROUFAM é uma feira mista, cujos

³ Se comparado aos estudos sobre feiras e mercados de outras regiões do mundo se constata que no Brasil ainda há pouca produção de estudos sobre feiras, sendo que a maioria foram feitos na região nordeste do Brasil, Mott, (2000).

feirantes realizam tanto a agricultura convencional quanto a ecológica. Um dos principais objetivos do programa no qual esta feira se insere é realizar, paulatinamente, a transição de seus produtores convencionais para uma agricultura com base nas práticas agroecológicas, ou seja, a transição agroecológica.

A Agroecologia é entendida por Caporal e Costabeber (2004) a partir de um enfoque sistêmico, considerando processos minerais, energéticos, biológicos e socioeconômicos para a transformação de ecossistemas em agroecossistemas, isto é, fazer a transição do atual modelo de agricultura convencional para modelos de agriculturas sustentáveis (CAPORAL & COSTABEBER, 2004, p. 11-12). Esta transição ocorre gradualmente de forma multilinear, sendo um processo de transformação social no trato com a conservação e manejo dos recursos naturais (Idem, 2004). Deste modo, para Altieri (2000), a agroecologia envolve não somente a maximização da produção de um componente particular, e sim a otimização do agroecossistema total. Isto, a seu ver, tende a alterar o foco dos estudos agrícolas para além das considerações disciplinares, dando ênfase as complexas interações que envolvem pessoas, cultivares, solo, animais, dentre outros atores (ALTIERI, 2000).

Realizada inicialmente em caráter experimental em 2011, o ideal de estabelecer a AGROUFAM como evento permanente no calendário mensal da Universidade se concretizou em 2014, e desde então as edições ocorrem às primeiras quintas e sextas-feiras de cada mês, nos saguões dos prédios da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA 1 e FCA 2) da UFAM, na cidade de Manaus. A rede ambiental AGROUFAM se configura como um espaço de comercialização direta e valorização de produtos regionais provenientes da agricultura familiar e do artesanato amazonense.

Nesse contexto, tomando por base a realidade amazônica no âmbito da produção familiar, a pesquisa tem por *locus* de análise a rede ambiental AGROUFAM em função de agregar experiências singulares de organização dos agricultores, das agricultoras, das artesãs e dos artesãos em rede. De modo geral, como será ressaltado no decorrer desta pesquisa, essas experiências

ainda são minoritárias ou até embrionárias frente ao paradigma hegemônico de desenvolvimento, carecendo de recursos técnicos, logísticos e de infra-estrutura. Embora esses aspectos devam ser considerados, por si só não explicam a dificuldade de ampliação dessas inovações e nem as suas particularidades em termos de organização e estrutura relacional.

CONCLUSÃO

A escolha do estudo da comercialização da produção familiar a partir da rede ambiental AGROUFAM, levou em conta que o estudo de feiras representa uma maneira privilegiada de se compreender não apenas as condições de realização e o funcionamento de uma feira para não somente observá-la ou compreendê-la, para quiçá melhorá-la, mas igualmente permite entre outras coisas, a compreensão de cadeias produtivas e os dilemas da produção, comercialização, das formas de cooperação, organização social da produção, e das relações sociais, principais conflitos, o papel do Estado e do Município na articulação de políticas públicas para agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

ADULIS, Dalberto. A profusão das redes: gestão e fomento na promoção do desenvolvimento. In: MARTINHO, Cássio [Et al.]. Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. Agroecología: Teoría y práctica para una agricultura sustentable. PNUMA, México: Série Textos Básicos para la Formación Ambiental. Ed. 1, 2000.

ANJOS, F. S. dos; GODOY, W. I. & CALDAS, N. V. As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização: perspectivas e tendências. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

BARABÁSI, Albert-László. Linked: a nova ciência dos networks. Como tudo está conectado a tudo e o que isso significa para os negócios, relações sociais e ciências. São Paulo: Leopardo, 2009.

BELIK, W.; SILIPRANDI, E. Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I., orgs.

Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas: Editora IPES, 2010. 206 p.

BRASIL. Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Lei Nº 11.326, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm.

BRASIL. Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Decreto Nº 4.723, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4723.htm#art6.

BRASIL. Decreto N. 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 7 de fevereiro de 2007.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. 2006. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7conceitohistoricodesenvolvime nto.pdf>

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/ SAF/ DATER-IICA, 2004.

CAPRA, F.; LUISI, P.L. A visão sistêmica da vida: uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas. São Paulo: Cultrix, 2015. 616p,

CASTELLS, M. A sociedade em rede - A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura. Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTRO, A. P. de; FRAXE, T. J. P.; MATOS, R. B. O saber local dos caboclos-ribeirinhos sobre os sistemas agroflorestais: uma alternativa agroecológica para a conservação do meio ambiente. III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Brasília-DF, 2006. 15 p.

CHRISTAKIS, N. A; FOWLER, J. O poder das conexões: a importância do networking e como ele molda nossas vidas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERREIRA, Raquel Corrêa. *Redes na Contramão do Capitalismo – redes e rizomas*. 2002.

FOLLMANN, T. M.; CIPRANDI, Olívio. Perfil dos consumidores da feira agroecológica de Lages. UDESC em Ação, v. 1, p. 1-13, 2007.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C.; ICHIHARA, S. M.; DINIZ, B.P.C.; MOREIRA, G.R.C. PIB da agricultura familiar: Brasil e Estados. Brasília: NEAD/MDA/FIPE, 2007, 172 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário. 2006, revisão 2009.

INOJOSA, Rose Marie. *Redes de Compromisso Social* in: Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro: FGV, 33 (5), set/outubro 1999: 115-141.

KITAMURA, P. C. A Amazônia e o desenvolvimento sustentável. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. – Brasília: Embrapa-SPI, 1994. 182p.

KOIFMAN, S.; HATAGIMA, A. Exposição aos Agrotóxicos e Câncer Ambiental. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C., orgs. *É Veneno ou é Remédio? Agrotóxicos, Saúde e Ambiente* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. 384 p.

LEFF, E. Racionalidade Ambiental: A Reapropriação Social da Natureza. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. 555p.

LEFF, E. Epistemologia ambiental. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010. 239p.

LITLLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: Autonomia cultural na era do neoliberalismo global. *Tellus*, ano 2, n. 3, p. 33-52, 2000.

LITTE, P.E. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. *Horizontes antropológicos*: Porto Alegre, ano 12, n.25.p.85-103, jan/jun, 2006.

LOIOLA, E. & MOURA, S. Análise de rede(s): uma contribuição aos estudos organizacionais. Disponível em <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/nucleos/metodologias-naoconvencionais-para-gestao-social>. Acesso em 02/05/2017.

MARCON, C. & MOINET, N. Estratégia-Rede:ensaio de estratégia. Caxias do Sul: EDUCS, 2001.

MARIN, A.; WELLMAN, B. Forthcoming in: Carrington, P.; Scott, J. (Eds). *Handbook of Social Network Analysis*. Sage, Thousand Oaks, CA, USA, 2010.

MORIN, E. O método 1: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2008. 2.ed. 479p.

MORIN, E. Amor, poesia, sabedoria. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 10-11, 2001.

MORUZZI, P. E. Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes. In: Segurança Alimentar e Nutricional. Campinas: Unicamp, p. 78-87, 2010.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A História da Luta pela Terra. 2014. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>.

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia, Universidade Federal do Amazonas. Fortalecimento da Organização Social e Identificação de Mercados Potenciais, visando Sustentabilidade Econômica em Comunidades Rurais do Amazonas. Relatório Analítico Parcial. 2014, 122 p.

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia, Universidade Federal do Amazonas. Fortalecimento da Organização Social e Identificação de Mercados Potenciais, visando Sustentabilidade Econômica em Comunidades Rurais do Amazonas. Relatório Técnico Parcial. 2015, 190 p.

PETRAGLIA, I.C. A educação e a complexidade do ser e do saber. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 115p.

POLLICE, Fabio. **O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local**. Revista Espaço e Cultura, UERJ, n27, p. 07-23, jan/jun, 2010.

PORTUGAL, S. Quanto vale o capital social? O papel das redes informais na provisão de recursos. In: FONTES, Breno e MARTINS, Paulo Henrique (org.). Redes, práticas associativas e gestão pública. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

REQUENA SANTOS, F. Redes sociales y cuestionários. Colección Metodológicos. N.º 18. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1996

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da globalização. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). Globalização: fatalidade ou utopia? 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SANTOS, M. Por uma Outra Globalização – Do Pensamento Único à Consciência Universal. 6ª edição. São Paulo: Ed. Record, 2001.

SILVA, P. T. de C. Residência agrária na Amazônia: Encontro de saberes? Projeto de Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Programa de Pós Graduação em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazonas. 2014.

SILVEIRA, S. M. P. Redes de agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável: estudo de caso de dois grupos do núcleo litoral catarinense da rede ecovida de agroecologiano período de 2002 a 2012. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Santa Catarina – Centro de Filosofia

e Ciências Humanas – Programa de Pós-graduação em Sociologia Política. Florianópolis, SC, 2013.

UGARTE, David de. O poder das redes: manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas, chamadas a praticar o ciberativismo. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

UNESCO. Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, 17 October 2003. Tradução feita pelo Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2006.

VASCONCELOS, M.J.E. Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência. Campinas, SP: Papyrus, 9ª Ed., 2012. 267p.

VASCONCELOS, E.M. Complexidade e pesquisa interdisciplinar: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 343p.

VON DER WEID, J. M. Qual a estratégia para o desenvolvimento rural? In: Série Textos para Discussão nº 2, José Graziano da Silva, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma estratégia de Desenvolvimento. Brasília: NEAD, 2001.

WASSERMAN, S.; FAUST, K. Social Network Analysis – Methods and Applications. Cambridge University Press, Cambridge, UK. 1994, 857 pp.

WOLF, E. Sociedades camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

WITKOSKI, A. C. Terra, Floresta e Água: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: EDUA, 2010.

CAPÍTULO 2: AGROUFAM E SEUS TERRITÓRIOS PRODUTIVOS

INTRODUÇÃO

O presente capítulo tem como objetivo discutir a experiência vivenciada por agricultores e pesquisadores, no processo de reconhecimento da demanda da produção familiar para a consolidação dos processos de comercialização em rede. Foram realizadas distintas atividades com o intuito de realizar o diagnóstico participativo.

Nesta situação, o elemento-chave foi a comercialização justa da produção familiar, constatada como um caminho pelos produtores e pelos pesquisadores do projeto Fortalecimento da organização social e potenciais mercados (OSIM), como estratégia para potencializar mercados locais que integrem a sociobiodiversidade presente nos agroecossistemas amazônicos. O encontro de saberes evoluiu para uma interação que resultou na identificação da aptidão dos municípios e comunidades envolvidas, os quais passaram a constituir a rede ambiental Agroufam e forneceu elementos empíricos novos, a partir das experiências de projetos inovadores disseminados nas áreas rurais, com ênfase nas definições de território, desenvolvimento e políticas e trazer para a discussão algumas reflexões que buscam propor novos percursos metodológicos e críticos acerca do conceito de território como um elemento estrutural relevante, como redes políticas territoriais.

Nas últimas décadas tornaram-se expressivas as iniciativas e ações voltadas para a gestão de recursos públicos por parte de uma sociedade organizada territorialmente. Apesar da estratégia de um desenvolvimento concebido territorialmente não ser nova, há uma ressignificação do conceito de governança, baseado na capacidade de articulação e cooperação entre sujeitos sociais, econômicos e institucionais. A abordagem territorial assumiu grande importância nas estratégias de desenvolvimento das regiões rurais do país, considerando as dificuldades de compreensão das complexas configurações sociais, políticas e territoriais do Brasil. A região amazônica, por exemplo, foi sempre alvo das políticas de desenvolvimento territorial e integração territorial ao restante do país, dada a extensão e a dificuldade de acesso logístico da região.

Diante das profundas diferenças e desigualdades sociais e regionais ainda predominantes no Brasil, somos confrontados com os desafios de um (des) envolvimento que se faz compartilhado entre grupos sociais. Mas, não podemos deixar de reconhecer que a construção desse desenvolvimento deve prever os problemas das diferenças sociais e regionais, objetivando formas diferenciadas para o seu enfrentamento. Mais que uma preocupação política com a ampliação da eficiência de um programa governamental é preciso explicitar as posições contraditórias e conflitivas na construção dos possíveis consensos, a fim de ampliar a socialização dos sonhos e expectativas de melhoria das condições de vida em um amplo projeto de desenvolvimento, que una forças sociais e políticas.

O desenvolvimento rural não ocorre de forma automática e espontânea, é fruto da dinâmica de forças políticas, econômicas, sociais e culturais que atuam no território. O que justifica a importância da utilização de estratégias governamentais que incluam formas de controle social e de participação de agentes sociais na definição de atividades produtivas, com metodologias participativas de gestão social, tendo como enfoque principal o local do produtor/empreendedor (WITKOSKI, 2014).

Nesse contexto, a abordagem territorial do desenvolvimento toma corpo no Brasil no final dos anos 1990, como resultado da convergência de iniciativas dos movimentos e organizações sociais, da comunidade acadêmica, de instâncias governamentais e da cooperação internacional.

O debate na academia se intensifica e Ricardo Abramovay, é um dos primeiros estudiosos do desenvolvimento rural a adotar em suas análises uma abordagem territorial. Esta abordagem deve levar em consideração as formas de coordenação não formalizadas ou institucionalizadas (redes, relações de proximidade, reciprocidade), os atributos comparativos dos produtos e recursos associados a territórios específicos, social e culturalmente marcados (capital social, valores de uso, valores éticos, valores de prestígio) e, finalmente, as dinâmicas sociais (CAVALCANTI et al, 2014).

Consolida-se, progressivamente, uma visão que acolhe a demanda

oriunda de uma população excluída do processo de desenvolvimento, por intermédio de suas representações sociais, no sentido do fortalecimento das peculiaridades das formas de produção, do reconhecimento do seu enraizamento nos seus lugares de vida e trabalho e do acesso aos bens e serviços socialmente necessários, em geral, instalados nas áreas urbanas.

Começam a chamar à atenção a quantidade e a riqueza das experiências locais ativamente criadas nas comunidades e pequenos municípios rurais, bem como a diversidade de sujeitos sociais comprometidos com essa abordagem. Isto revela que, no Brasil, o desenvolvimento rural sob enfoque territorial foi sendo gradualmente introduzido nos debates acadêmicos e políticos, a partir das próprias experiências disseminadas nas áreas rurais.

Este último conduz à ampliação da perspectiva de análise da abordagem de territórios produtivos numa compreensão dinâmica particular da feira da produção familiar (AGROUFAM), como resultado de uma construção social e política, no qual os sujeitos coletivos e individuais trocam recursos de poder e articulam interesses, formando uma estrutura de oportunidades distinta, na qual a proximidade territorial pode ser uma potencialidade e um elemento estratégico relevante para a elaboração e a implementação de um mercado em rede com enfoque nos princípios agroecológicos e na economia solidária.

O diagnóstico participativo, foi propulsor para a seleção dos sujeitos da rede ambiental AGROUFAM, além de facilitar o diálogo do público participante com a Universidade Federal do Amazonas.

1.0 Projetos de extensão universitária: a feira da produção familiar (AGROUFAM)

Mas, por que a Universidade Federal? Por que a extensão rural? Tais questionamentos puderam orientar uma reflexão sobre a missão da universidade pública diante da sociedade e trazer à tona a ideia central de tal proposta que é a extensão universitária. Para tanto, propor a criação de uma Feira da Produção Familiar (AGROUFAM) mais aparenta ser um programa de governo ou mesmo

uma política pública do que uma ação de extensão universitária, pois o assunto Emprego e Renda é de caráter governamental.

No Brasil, as feiras livres, podem ser descritas como:

[...] modalidade de mercado varejista ao ar livre, de periodicidade semanal, organizada como serviço de utilidade pública pela municipalidade e voltada para a distribuição local de gêneros alimentícios e produtos básicos (MASCARENHAS; DOLZANI 2008, p. 75).

Tedesco (2013), contudo, ressalta que as trocas ocorridas na feira não são apenas materiais e que elas são também um espaço de intercâmbio de saberes.

Assim, as feiras são espaços privilegiados de sociabilidade, de trocas de elementos diversos, muito além das econômicas. Há muita memória, muito conhecimento e saberes que circulam nos processos interativos de compra e venda nas feiras. Há também trânsitos entre o mundo rural e o mundo urbano como construções simbólicas que se encontram fisicamente no espaço das feiras, nas relações entre feirantes e clientes (ZANINI, M.C; SANTOS, M., 2014:8).

A Universidade Pública desenvolve sua missão no tripé Ensino, Pesquisa e Extensão. Esse tripé permite a Universidade desenvolver tarefas que um programa de governo seja no âmbito municipal, estadual ou mesmo federal não conseguiria por uma série de implicações, sobretudo político partidárias. Na Universidade, os projetos a serem desenvolvidos têm caráter de aperfeiçoar os conhecimentos adquiridos, além de devolver à sociedade os investimentos feitos em forma de novas tecnologias e estudos. Para que isso seja efetivado a Universidade e os que nela trabalham e estudam contam com outros pilares importantes: a continuidade, a imparcialidade e a neutralidade das ações.

Quando se propõe uma feira no espaço acadêmico, através de uma ação de extensão universitária é para justamente se evitar o que os projetos governamentais sofrem quando são desenvolvidos como o tempo da governança, que não é o mesmo de um projeto, e os interesses partidários.

Tudo isso colocaria em risco a continuidade e deixaria o projeto a mercê de interesses não compactuados pela comunidade em geral.

A Universidade Pública reúne condições de se evitar a perda de continuidade de projetos de extensão, uma vez que muitos, por respeito à metodologia, têm começo, meio e fim. E porque não dizer também, recomeço. Uma vez que novas ações são propostas dentro dos núcleos e grupos de pesquisas, departamentos etc. Dos conflitos internos, que muitas vezes demandam interesses, a Universidade não está isenta, mas o legado disso é que a rotatividade interna favorece a quebra das hegemonias e com isso, os que entram todo ano trazem consigo o novo e não permitem manter a mesma dinâmica, pois favorecem à provocação a novas dinâmicas e posturas.

Justamente esse “novo” provocador favorece à diversidade de quadros novos, novas ideias de pesquisas, extensão. Fomenta a interdisciplinaridade para a busca do conhecimento como renovadas posturas. Não quer dizer que ela traduza em tudo esse espírito, ela também foge muitas vezes do caminho que ela propõe percorrer. Porém, os processos acontecem e a tradução dos mesmos em ação nunca será efetivada plenamente, mas também nunca será negada plenamente. Algo acontece e o que se executa produz algo mais dialeticamente. A convivência com a diferença permite tal postura, e a autonomia favorece a execução.

É com esse espírito que a comunidade acadêmica consegue ver o “novo” em projetos de extensão como a AGROUFAM, pois identifica no seio a mudança no eixo do conhecimento acadêmico tornando o *campus* um espaço fomentador de novas experiências. Daí é inevitável que os “pares” de outras áreas queiram saber como fazer parte, como contribuir. E num prazo maior do projeto, se contempla outros grupos da universidade interagindo com outros grupos e com a comunidade maior tempo para o projeto de extensão como um *campo* a ser pesquisado.

A Universidade além de ser um espaço que fomenta o novo também é um espaço neutro, embora existam posturas que muitas vezes influenciam e conflitam no dia-a-dia das decisões internas. Mas a legitimidade social permite

uma flexibilização das decisões o que em um governo torna-se quase que impossível, uma vez que este empreende ações pensando na manutenção do poder local, na governança, no êxito da campanha eleitoral. Quando se diz que determinada ação é da Universidade logo se observa nos sujeitos envolvidos uma postura diferenciada de credibilidade que somente é legitimada quando professores, alunos e pesquisadores estabelecem com esses sujeitos relação de confiança e de cumplicidade.

Foi contando com essas características que O Núcleo de Socioeconomia, pertencente a Faculdade de Ciências Agrárias, desenvolve ações de extensão desde a sua formação, datada de 2002. A força dessa ação está em tentar alcançar famílias que historicamente são excluídas da lógica capitalista de produção e são relegadas à exploração econômica e ao subemprego. O cooperativismo popular constitui-se como uma forma de organização social e econômica contra-hegemônica que aponta soluções inovadoras e põe em questão a estruturação econômica vigente.

2.0 Pressupostos teórico-metodológicos

A pesquisa com vista à promoção do desenvolvimento rural pode adotar três mecanismos diferentes para identificar a demanda inicial e formular temas persistentes: a identificação de problemas por conhecedores da realidade contexto da atividade prevista; a realização de um diagnóstico e a identificação de demandas formuladas ou aparentes, diretamente pelo lado dos [sujeitos]. No trabalho participativo seria a própria população rural que determinaria a demanda. Entretanto, sua definição pode ser realizada também pelos outros dois mecanismos acima mencionados, através da integração igualitária dos sujeitos em um processo dialógico (SCHMITZ & SIMÕES, 2008, p.108)

3.0 Municípios envolvidos: territórios físicos e humanizados

A identificação e caracterização socioeconômica dos municípios, foi o primeiro passo para a formação da rede ambiental AGROUFAM. Esse diagnóstico possibilitou o conhecimento das aptidões e potencialidades dos

membros constituintes. O diagnóstico dos municípios foi realizado por meio do projeto Fortalecimento da organização social e potenciais mercados (OSIM), um projeto integrante de uma rede denominada Pró-Rural, constituída de nove linhas finalística e uma linha transversal, o projeto OSIM.

A proposição do projeto OSIM e sua execução, com foco ao desenvolvimento rural, realizou-se por meio de ações que fomentaram a geração de novos postos de trabalhos e de renda entre as famílias que compõe os municípios.

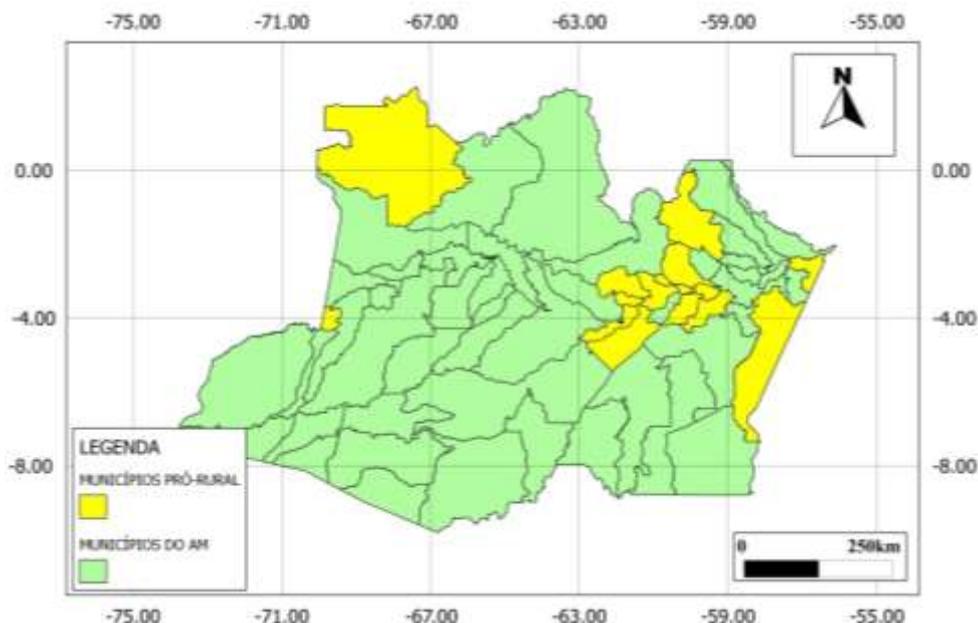
Para este diagnóstico, optou-se metodologicamente pela realização inicial de um levantamento de informações secundárias sobre os municípios de abrangência do projeto, tendo como fontes principais dados do IBGE, artigos, estudos e referenciais técnico-científicos que pudessem subsidiar a constituição de uma primeira leitura da realidade dos municípios. Em seguida realizaram-se visitas aos municípios pólos e comunidades.

Foram identificadas as principais atividades produtivas e extrativistas, a partir de boas práticas de manejo, visando analisar a cadeia de valor, destacando os produtos com potencial, identificando mercado e viabilizando o escoamento (RELATÓRIO TÉCNICO OSIM, 2016).

A análise da cadeia de valor envolve o conceito de sustentabilidade com o intuito de pensar e articular novas possibilidades de desenvolvimento econômico e produtivo da sociobiodiversidade e da agricultura familiar, sendo esta, apontada como melhor forma de valorização na região, tendo as populações extrativistas como guardiãs do patrimônio natural comum: a floresta. A partir disto, os agentes envolvidos têm mais amplas possibilidades de análise de mercado, viabilizando maior segurança para investimentos privados e/ou potenciais parcerias com entes públicos (PORTER, 1989, p.31).

As atividades foram realizadas no período de 2013 a 2015 abrangeram 15 municípios (24% do total) do estado do Amazonas (Figura 1). Estes municípios foram escolhidos como pólos para o desenvolvimento e desdobramentos das atividades planejadas.

Figura 1 - Mapa da área de abrangência do projeto



A contagem populacional de 2010 destes municípios e a área de sua unidade territorial, atualizada em 2015, estão representadas na tabela 1, demonstrando que, em termos relativos, a abrangência do projeto correspondeu a 67,3% da população absoluta do estado e a 18,9% da área da unidade territorial do Amazonas.

Tabela 1 - Contagem populacional e área territorial dos municípios

Municípios	População 2010	Área da unidade territorial 2015 (km ²)
Anamã	10.214	2.453,94
Anori	16.317	6.036,36
Autazes	32.135	7.623,27
Beruri	15.486	17.469,50
Borba	34.961	44.236,25
Caapiranga	10.975	9.456,62
Careiro da Várzea	23.930	2.631,14
Irlanduba	40.781	2.214,25
Manacapuru	85.141	7.330,07
Manaus	1.802.014	11.401,09
Maués	52.236	39.991,64
Parintins	102.033	5.952,37
Presidente Figueiredo	27.175	25.421,25
São Gabriel da Cachoeira	37.896	109.181,24

Tabatinga	52.272	3.266,06
Total	2.343.566	294.665,05
% estado	67,3%	18,9%

Fonte: Adaptado de IBGE, http://cidades.ibge.gov.br/download/mapa_e_municipios.php?lang=&uf=am

4.0 População rural e densidade demográfica

Dos municípios trabalhados, Manaus e Parintins são os de maiores dimensões quando analisados em sua contagem populacional total, com 1.802.014 e 102.033 habitantes, respectivamente. Porém, quando analisado apenas o contingente populacional rural dos municípios, Parintins se torna o primeiro município com maior número de habitantes na zona rural, seguido de Maués e Manacapuru (Quadro 02).

Quadro 2 - População recenseada, por situação do domicílio e sexo

Município	População recenseada, por situação do domicílio e sexo				
	Urbana		Rural		
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total
Anori	5.157	4.843	3.354	2.963	6.317
Anamã	2.169	2.005	3.277	2.763	6.040
Autazes	6.963	6.930	10.026	8.216	18.242
Beruri	3.965	3.813	4.181	3.527	7.708
Borba	7.285	7.148	10.952	9.575	20.527
Caapiranga	2.674	2.466	3.138	2.697	5.835
Careiro da Várzea	481	519	12.207	10.723	22.930
Iranduba	14.662	14.317	6.334	5.468	11.802
Manacapuru	29.977	30.197	13.484	11.483	24.967
Manaus	874.749	918.132	4.993	4.140	9.133
Maués	12.930	12.902	14.353	12.051	26.404
Parintins	34.763	35.127	17.541	14.602	32.143
Presidente Figueiredo	6.622	6.379	7.728	6.446	14.174
São Gabriel da Cachoeira	9.634	9.420	9.829	9.013	18.842
Tabatinga	18.049	18.307	8.310	7.607	15.917

Fonte: Contagem da População, IBGE, 2010. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

5.0 Indicadores de Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) (Quadro 3) - Amazonas é 0,674, em 2010, o que situa essa Unidade Federativa (UF) na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM da UF é Longevidade, com índice de 0,805, seguida de Renda, com índice de 0,677, e de Educação, com índice de 0,561.

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). Na UF, a esperança de vida ao nascer cresceu 6,8 anos na última década, passando de 66,5 anos, em 2000, para 73,3 anos, em 2010. Em 1991, era de 63,7 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

A renda per capita média de Amazonas cresceu 56,09% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 345,82, em 1991, para R\$ 351,63, em 2000, e para R\$ 539,80, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,37%. A taxa média anual de crescimento foi de 0,19%, entre 1991 e 2000, e 4,38%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 45,00%, em 1991, para 48,50%, em 2000, e para 30,78%, em 2010.

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. Na UF, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 80,52%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 75,33%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 42,36%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 28,76%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 53,44 pontos percentuais, 52,63 pontos percentuais, 30,91 pontos percentuais e 20,54 pontos percentuais.

Quadro 3 - Índice de Desenvolvimento Humano do território dos municípios

Município	IDHM Renda 2010	IDHM	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
Anori	0,561	0,540	0,757	0,433
Anamá	0,594	0,537	0,741	0,526
Autazes	0,577	0,539	0,799	0,446
Beruri	0,506	0,512	0,731	0,346
Caapiranga	0,569	0,544	0,775	0,436
Careiro da Várzea	0,568	0,523	0,779	0,450
Irاندuba	0,613	0,607	0,799	0,476
Manacapuru	0,614	0,604	0,795	0,481
Manaus	0,737	0,738	0,826	0,658
Maués	0,588	0,549	0,8	0,464
Parintins	0,658	0,589	0,8	0,605
Presidente Figueiredo	0,647	0,627	0,802	0,538
São Gabriel da Cachoeira	0,609	0,61	0,777	0,476

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. PNUD, 2010.
Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

Os componentes para medir o estágio de desenvolvimento dos municípios têm suas particularidades. Na componente renda o município Manaus está acima do valor referência (0,700). É no componente educação é que o índice mostra maiores déficits quanto se mede o nível educacional da população, principalmente no município de Beruri.

6.0 Agricultura

Para Lavoura Temporária e Lavoura Permanente, utilizamos informações da Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2010) e as variáveis de área plantada (hectares) e quantidade produzida (toneladas e mil frutos) para os anos de 2012, 2013 e 2014.

Algumas das principais lavouras temporárias, em termos de toneladas-abacaxi, feijão (em grãos), mandioca, milho e melancia – são destinadas à subsistência local. Estando por isso dispersas pelo território. Podemos observar no Quadro 03, abaixo, as produções com maiores destaques para cultura temporária em média para os anos 2013 e 2014 foram mandioca, melancia e abacaxi. Essas lavouras são produzidas pela agricultura familiar para a

subsistência das famílias.

De acordo com o quadro 4 a mandioca nesses municípios alcançou uma produção média de mandioca nos de 2012, 2013 e 2014 toneladas. Os maiores produtores de mandioca concentram-se em Manacapuru (207.765 toneladas) Parintins (63.600 toneladas). A quantidade produzida de melancia nos três anos alcançou uma produção de 56.876 toneladas. A quantidade produzida de maior destaque foi para os municípios de Manacapuru e Iranduba.

Com efeito, o restante das principais lavouras temporárias, a produção é bem distribuída entre os municípios.

Quadro 4 - Produção agrícola temporária no território dos municípios, em toneladas.

Cultura Temporária	Anori			Anamá			Autazes			Beri			Caapiranga			Camiro da Várzea			Ianduba			Manacapuru			Manaus			Maués			Parintins			Presidente Figueiredo			São Gabriel da Cachoeira		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014			
Abacaxi (Toneladas)	54	108	84	9	-	-	370	237	252	90	50	-	270	360	704	3.528	5.040	1.225	162	160	261	209	216	270	540	590	507	414	504	639	100	134	289	270	310	455	90	90	90
Feijão (Toneladas)	16	30	84	7	8	-	27	27	-	72	18	-	10	11	-	12	16	-	49	18	22	135	105	24	108	10	13	108	126	39	71	72	64	162	32	44	9	9	-
Mandioca (Toneladas)	2.040	1.440	360	1.800	1.380	153	16.800	19.800	15.000	2.100	3.200	6.000	2.520	2.400	585	440	1.620	1.370	3.420	3.360	3.620	125.748	170.336	207.765	3.135	3.360	-	42.960	58.800	48.360	62.000	63.600	48.472	30.500	35.400	34.800	1.420	4.440	-
Milho (Toneladas)	330	156	600	450	100	70	375	80	-	240	500	-	63	54	80	1008	100	-	345	625	-	2.695	1.405	1.500	100	10	150	225	290	570	237	295	230	374	280	290	20	30	-
Melancia (Toneladas)	180	307	200	324	276	100	1.120	1.536	1.440	595	360	-	540	250	720	1.728	2.100	240	5.220	5.700	4.720	4.680	4.193	6.408	990	1.000	820	1.450	1.480	2.280	400	450	749	1.330	1.020	1.880	425	90	95

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2012 / 2013 / 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

De acordo com o quadro 5, podemos verificar na área plantada nos municípios para fins da agricultura de lavoura temporária totalizou 33.800 hectares em 2012, em 2013 foram 37.877 hectares e 35.872 hectares em 2014.

As lavouras de mandioca destacam-se no município de Manacapuru (17.314 ha) e Parintins (5.500 ha), as culturas de milho (1.100 ha em 2012) e melancia (356 ha em 2014) destacam-se no município de Manacapuru. As menores áreas (hectares) destinadas aos plantios de lavoura temporária são voltadas para as culturas de abacaxi e feijão (em grãos).

Quadro 5 - Área plantada de lavoura temporária no território dos municípios, em toneladas

Cultura Temporária Área Plantada (hectares)	Anori			Anamá			Autazes			Beruri			Caapiranga			Careiro da Várzea			Iranduba			Manacapuru			Manaus			Maués			Parintins			Presidente Figueiredo			São Gabriel da Cachoeira		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014			
Abacaxi (toneladas)	3	6	4	3	-	-	30	15	15	5	4	-	30	30	32	320	350	60	12	11	15	14	14	15	35	35	26	30	30	32	12	15	17	25	25	30	16	6	6
Feijão (em grãos) (Toneladas)	17	40	30	8	7	-	30	30	-	80	20	-	12	14	-	15	18	-	60	20	23	150	131	30	120	12	15	120	150	48	79	85	80	180	36	47	10	10	-
Mandioca (Toneladas)	200	152	120	193	118	125	2.650	3.300	2.000	350	350	500	250	240	210	88	142	130	300	289	301	11.527	15.225	17.314	325	330	-	4.080	5.100	4.030	5.230	5.500	4.921	3.050	3.000	3.226	420	370	-
Milho (Toneladas)	132	56	200	180	37	69	150	32	-	80	200	-	25	22	32	420	40	-	120	250	-	1.100	562	500	40	4	50	100	100	220	100	120	90	187	115	129	8	10	-
Melancia (Toneladas)	9	24	25	20	14	19	90	100	80	30	25	-	30	40	45	90	130	20	300	300	295	250	210	356	50	60	50	80	80	120	25	30	44	80	80	118	25	6	8

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2012 / 2013 / 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

6.1 Lavoura Permanente

Quanto à agricultura de cultivos permanentes podemos destacar as cinco principais culturas frutíferas (banana, cacau, limão, mamão e maracujá) que são cultivadas nos treze municípios (Quadro 6).

A produção com maior destaque em 2013 foi de mamão com 10.925 toneladas no município de Manacapuru e Iranduba produziu neste mesmo ano 2.750 toneladas. A produção referente a 2012, 2013 e 2014 das culturas frutíferas como a banana em cacho representa uma produção de 77.314 toneladas; cacau (em amêndoa) 417 toneladas; mamão 36.338 toneladas e maracujá 39.469 toneladas (Quadro 7).

A área plantada nos municípios para fins da agricultura de lavoura permanente totalizou 6.098 hectares (2012), 20.057 hectares (2013) e 4.496 hectares (2014). No ano de 2013, as lavouras de banana com cacho (3.150 hectares), cacau (em amêndoa) (649 hectares), limão (464 hectares), mamão (14.920 hectares) e maracujá (874 hectares).

Quadro 6 - Produção agrícola temporária no território dos municípios, em toneladas

Cultura Permanente	Anori			Anamá			Autazes			Beruri			Caapiranga			Careiro da Várzea			Iranduba			Manacapuru			Manaus			Maués			Parintins			Presidente Figueiredo			São Gabriel da Cachoeira		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014			
Banana (cacho) Toneladas	128	300	300	178	192	190	840	975	520	375	225	240	403	632	50	144	510	745	150	300	597	7.735	10.800	7.200	554	960	570	658	840	814	2.530	4.500	4.164	8.400	8.960	10.350	67	108	110
Cacau (em amêndoa) Toneladas	5	6	-	50	50	-	61	61	10	5	5	-	5	5	-	-	-	-	-	-	-	40	30	20	10	10	-	-	-	-	21	21	2	-	-	-	-	-	
Limão (Toneladas)	9	-	12	6	10	-	-	-	-	11	10	-	6	10	-	-	-	-	1.000	1.030	1.085	400	410	364	425	580	80	83	98	103	10	20	21	400	300	425	6	6	6
Mamão (Toneladas)	21	125	75	40	260	100	-	-	-	75	60	-	72	45	-	-	-	320	1.115	2.750	2.905	4.375	10.925	10.925	195	480	426	68	100	105	25	25	74	117	100	210	75	75	75
Maracujá (Toneladas)	20	30	20	30	120	90	220	130	210	60	55	-	140	90	142	120	375	384	1.267	2.000	2.200	4.740	12.000	12.000	300	500	490	130	228	233	80	180	150	150	160	265	20	40	100

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2012 / 2013 / 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

Quadro 7 - Área plantada de lavoura temporária no território dos municípios, em toneladas

Cultura Permanente	Anori			Anamá			Autazes			Beruri			Caapiranga			Careiro da Várzea			Iranduba			Manacapuru			Manaus			Maués			Parintins			Presidente Figueiredo			São Gabriel da Cachoeira		
	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014			
Banana (cacho) Hectares	28	22	20	32	21	18	70	80	80	43	25	40	90	80	50	60	60	60	55	50	55	1.546	1.200	600	105	100	60	100	100	106	575	600	594	800	800	750	40	12	14
Cacau (em amêndoa) Toneladas	20	25	-	120	120	-	304	304	160	20	20	-	20	20	-	-	-	-	-	-	-	100	70	50	40	40	-	-	-	-	50	50	8	-	-	-	-	-	
Limão (Toneladas)	2	-	3	1	2	-	-	-	-	3	2	-	3	3	-	-	-	-	157	156	153	70	62	52	150	140	15	14	16	18	4	6	4	80	75	75	2	2	3
Mamão (Toneladas)	3	125	3	4	260	7	-	-	-	5	60	-	7	45	-	-	-	20	114	2.750	120	475	10.925	437	20	480	20	9	100	5	2	25	3	8	100	10	5	50	7
Maracujá (Toneladas)	3	2	1	4	12	9	11	10	20	5	4	-	17	10	8	24	24	24	127	127	122	474	600	600	30	28	35	12	17	18	15	20	18	15	15	15	5	5	6

Fonte: IBGE – Produção Agrícola Municipal, 2012 / 2013 / 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

6.2 Rebanho Animal

O rebanho animal foi analisado a partir da Pesquisa Pecuária Municipal (IBGE, 2010), onde se verificou o efetivo rebanho (cabeças) e a produção de produtos de origem animal nos municípios.

6.3 Rebanho Bovino e Bubalino

O efetivo bovino do estado do Amazonas em 2014 registrou 1.405.208 cabeças. Nos treze municípios, foram registrados 876.423 cabeças de gado nos três anos do total do efetivo bovino do estado do Amazonas. Sendo que o município de Parintins contribuiu com cerca de 346.076 cabeças de gados.

Com relação ao efetivo bubalino no estado do Amazonas, verificou-se a ocorrência de 20.196 (2012), 20.088 (2013) e 22.000 (2014) de cabeças de búfalos no município de Autazes.

6.4 Rebanho Suíno

O efetivo suíno do estado do Amazonas em 2014 registrou 71.008 cabeças. Nos municípios, foram registrados 36.325 cabeças, destacando-se o município de Parintins.

6.5 Rebanho Caprino e Ovino

O efetivo caprino em 2014 no estado do Amazonas registrou 18.709 cabeças. Nos municípios, foram registrados no mesmo ano 8.421 cabeças.

O efetivo ovino dos rebanhos em 2014 no estado do Amazonas registrou 54.606 cabeças. Nos municípios, foram registrados nos três anos 46.013 cabeças.

6.6 Rebanho Equino, Asinino e Muar

No estado do Amazonas foram registrados 22.284 cabeças. O efetivo rebanho

de equino nos municípios foi de 12.732 cabeças, representando 57,14% no estado do Amazonas.

6.7 Efetivo de Aves (Galos, Galinhas, Frangos, Frangas e Pintos)

O efetivo de aves (galos, galinhas, frangos, frangas e pintos) se destaca em todos os municípios no ano de 2012 (Quadro 8). Nos municípios trabalhos, entretanto, esta atividade nos anos de 2013 e 2014 não registrou nenhum rebanho. Em 2014, o Amazonas registrou cerca de 4.084.167 galináceos.

Quadro 8 - Efetivo de rebanho animal nos municípios de abrangência

Municípios	Tipo de rebanho	Ano		
		2012	2013	2014
Anori	bovino	2.126	1.871	1.871
	bubalino	-	-	-
	caprino	-	-	-
	equino	-	-	-
	galinha	1.900	1.396	1.500
	galos, frangas, frangos e pintos	3.500	-	-
	ovino	228	228	200
	suíno	114	156	34
Anamá	bovino	780	630	692
	bubalino	-	-	-
	caprino	-	-	-
	equino	9	3	3
	galinha	250	250	300
	galos, frangas, frangos e pintos	1.380	-	-
	ovino	134	41	40
	suíno	313	148	40
Autazes	bovino	46.404	46.076	53.000
	bubalino	20.196	20.088	22.000
	caprino	2.350	2.600	2.550
	equino	1.000	980	975
	galinha	2.600	2.600	5.000
	galos, frangas, frangos e	3.916	-	-

	pintos			
	ovino	3.761	3.450	3.500
	suíno	2.315	2.400	580
Beruri	bovino	1.010	1.281	1.740
	bubalino	37	79	129
	caprino	30	55	38
	equino	50	40	40
	galinha	1.800	1.563	1.500
	galos, frangas, frangos e pintos	1.600	-	-
	ovino	60	41	41
	suíno	77	83	50
Caapiranga	bovino	1.820	2.282	2.003
	bubalino	34	28	6
	caprino	46	38	74
	equino	35	40	36
	galinha	2.800	3.020	5.800
	galos, frangas, frangos e pintos	3.600	-	-
	ovino	125	135	167
	suíno	345	292	110
Careiro da Várzea	bovino	60.355	62.716	55.406
	bubalino	4.108	4.160	5.774
	caprino	369	322	355
	equino	454	440	126
	galinha	3.206	3.180	3.364
	galos, frangas, frangos e pintos	1.400	-	-
	ovino	373	346	381
	suíno	398	402	87
Iranduba	bovino	7.333	7.598	6.386
	bubalino	80	85	89
	caprino	83	81	92
	equino	41	43	52
	galinha	325.000	317.000	312.000
	galos, frangas, frangos e pintos	150.000	-	-
	ovino	427	402	380
	suíno	471	413	145
Manacapuru	bovino	18.200	21.326	17.503
	bubalino	600	680	575
	caprino	200	160	239

	equino	265	260	406
	galinha	74.000	75.700	78.895
	galos, frangas, frangos e pintos	17.500	-	-
	ovino	1.300	1.040	868
	suíno	800	631	280
Manaus	bovino	6.200	6.178	4.179
	bubalino	773	770	736
	caprino	600	605	537
	equino	220	218	200
	galinha	2.000.000	1.945.000	2.139.500
	galos, frangas, frangos e pintos	460.000	-	-
	ovino	5.000	4.899	4.345
	suíno	3.100	3.126	579
Maués	bovino	16.685	17.102	17.698
	bubalino	649	670	573
	caprino	265	302	352
	equino	-	-	-
	galinha	20.000	20.600	21.500
	galos, frangas, frangos e pintos	91.000	-	-
	ovino	620	638	1.021
	suíno	530	402	180
Parintins	bovino	120.535	124.151	101.390
	bubalino	13.131	13.986	8.228
	caprino	4.100	4.200	3.960
	equino	1.712	1.742	2.585
	galinha	40.000	43.150	42.725
	galos, frangas, frangos e pintos	45.000	-	-
	ovino	5.100	5.224	5.012
	suíno	6.400	7.100	3.024
Presidente Figueiredo	bovino	13.979	14.500	12.907
	bubalino	350	365	412
	caprino	580	573	498
	equino	210	215	230
	galinha	10.000	11.000	16.000
	galos, frangas, frangos e pintos	14.000	-	-
	ovino	2.470	2.455	2.259
	suíno	597	580	157

São Gabriel da Cachoeira	bovino	250	120	140
	bubalino	13	14	20
	caprino	27	70	81
	equino	75	12	15
	galinha	6.000	3.000	4.000
	galos, frangas, frangos e pintos	13.600	-	-
	ovino	20	20	33
	suíno	100	80	31

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal, 2012 / 2013 / 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

6.8 Vacas Ordenhadas (cabeças)

O efetivo de vacas ordenhadas em 2014 foi de 110.518 cabeças. Deste total, 55.226 cabeças estão nos municípios de abrangência do projeto (Quadro 9). Parintins, com 22.000 cabeças, Careiro da Várzea, com 19.000 cabeças, e Autazes, com 15.383 cabeças, são os de maior representatividade com relação a esta atividade.

Quadro 9 - Efetivo de vacas ordenhadas municípios de abrangência

Municípios	2012	2013	2014
Anori	421	320	325
Anamã	102	60	56
Autazes	15.383	13.600	11.130
Beruri	65	55	40
Caapiranga	182	90	80
Careiro da Várzea	18.790	19.000	16.094
Irlanduba	1.370	908	756
Manacapuru	4.066	3.521	2.900
Manaus	1.550	1.525	1.570
Maués	1.680	1.730	2.296
Parintins	20.000	22.000	19.360
Presidente Figueiredo	640	640	610
São Gabriel da Cachoeira	38	10	9

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal, 2012 / 2013 / 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

7.0 Produtos de Origem Animal

O mercado de produto de origem animal nos municípios dá-se principalmente pela produção de leite, ovos e mel de abelha (Quadro 10). A produção de leite se destaca principalmente no município de Autazes, que atingiu em 2012 um equivalente de 9.813 mil litros, gerando uma renda de R\$ 11.285.000 para o município.

Os municípios com maior produção de ovos de galinha são Manaus, com 50.000 mil dúzias, e Iranduba, com 7.744 mil dúzias. A produção de mel de abelha em 2013 foi de 11.100 quilos nos municípios de Manaus, Manacapuru e Maués.

Quadro 10 - Produtos de origem animal nos municípios de abrangência

Municípios	Tipo de produto	Ano		
		2012	2013	2014
Anori	Leite (mil litros)	150	115	120
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	30	17	15
	Mel de Abelha (Kg)	50	40	0
Anamã	Leite (mil litros)	29	21	19
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	1	1	1
	Mel de Abelha (Kg)	237	36	0
Autazes	Leite (mil litros)	9.813	8.533	8.181
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	31	31	41
	Mel de Abelha (Kg)	0	0	0
Beruri	Leite (mil litros)	21	19	16
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	16	14	12
	Mel de Abelha (Kg)	250	80	20
Caapiranga	Leite (mil litros)	65	35	30
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	17	36	39
	Mel de Abelha (Kg)	390	350	350
Careiro da Várzea	Leite (mil litros)	9.611	9.702	8.218
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	20	19	20
	Mel de Abelha (Kg)	300	214	252
Iranduba	Leite (mil litros)	615	425	565
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	7.744	7.291	6.998
	Mel de Abelha (Kg)	655	400	388
Manacapuru	Leite (mil litros)	610	610	580
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	1.712	1.780	1.800
	Mel de Abelha (Kg)	3.200	3.500	3.500
Manaus	Leite (mil litros)	599	588	521

	Ovos de Galinha (mil dúzias)	50.000	48.800	49.000
	Mel de Abelha (Kg)	3.000	3.000	3.300
Maués	Leite (mil litros)	672	692	1.653
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	80	92	214
	Mel de Abelha (Kg)	4.820	4.600	3.760
Parintins	Leite (mil litros)	5.600	6.250	5.625
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	435	520	775
	Mel de Abelha (Kg)	2.600	2.654	1.800
Presidente Figueiredo	Leite (mil litros)	278	280	269
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	80	85	103
	Mel de Abelha (Kg)	500	690	589
São Gabriel da Cachoeira	Leite (mil litros)	25	7	6
	Ovos de Galinha (mil dúzias)	47	21	23
	Mel de Abelha (Kg)	470	70	0

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal, 2012, 2013 e 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

7.1 Pesca

A pesca é tradicionalmente a atividade extrativista mais importante da Bacia Amazônica, sendo o peixe a principal fonte de proteína animal disponível ao longo de todo ano. Cerca de 160.000 t de peixes são comercializadas anualmente em Manaus, capital do Amazonas segundo dados da Secretaria de Estado da Produção Rural do Amazonas – SEPROR (2011).

7.2 Pesca nos Municípios

Os dados pesquisados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informam que a maior produção de pescado alcançado em 2014 foi no próprio município de Manaus, com a produção piscicultura do tambaqui, com a produção de 810.000 kg, e da matrinxã, com 255.000 kg produzidos (Quadro 11).

Quadro 11 - Produção de piscicultura nos municípios de abrangência, em quilos

Municípios	Informações disponíveis sobre a pesca no ano 2014		
	Curimatã	Matrinxã	Tambaqui
Anori	-	8.000	20.000
Anamã	-	-	-
Autazes	-	-	90.000

Beruri	-	1.000	15.000
Caapiranga	-	15.000	40.000
Careiro da Várzea	-	5.000	90.000
Iranduba	10.100	45.800	700.000
Manacapuru	-	120.000	420.000
Manaus	-	255.000	810.000
Maués	-	-	135.950
Parintins	-	10.000	30.000
Presidente Figueiredo	-	90.000	600.000
São Gabriel da Cachoeira	-	11.280	77.322

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal, 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

8.0 Extrativismo Vegetal

8.1 Extração Vegetação - Alimentícios

A produção de açaí no estado do Amazonas alcançou a marca de 66.642 toneladas em 2014, sendo que ao longo dos três anos de análise, os municípios de Anori, Manacapuru e Parintins se destacaram como maiores produtores. A extração de castanha do Brasil, com uma produção total de 2.301 toneladas em 2014, ocorre em todos os municípios representados no quadro 12, sobressaindo-se o município de Beruri.

Quadro 12 - Produção extrativa vegetal alimentícia, por tipo de produto em toneladas

Municípios	Tipo de produto extrativo	Ano		
		2012	2013	2014
Anori	Açaí	3.520	3.225	2.446
	Castanha-do-Pará	45	15	13
Anamá	Açaí	624	480	577
	Castanha-do-Pará	11	7	7
Autazes	Açaí	62	50	55
	Castanha-do-Pará	307	460	480
Beruri	Açaí	490	600	200
	Castanha-do-Pará	1.500	1.350	1.350
Caapiranga	Açaí	1.020	860	880
	Castanha-do-Pará	3	1	1
Careiro da Várzea	Açaí	-	-	-
	Castanha-do-Pará	-	-	-

Iranduba	Açaí	70	128	125
	Castanha-do-Pará	2	-	-
Manacapuru	Açaí	2.237	2.200	2.600
	Castanha-do-Pará	22	22	22
Manaus	Açaí	420	370	358
	Castanha-do-Pará	-	-	-
Maués	Açaí	420	450	290
	Castanha-do-Pará	200	270	187
Parintins	Açaí	2.618	2.858	1.304
	Castanha-do-Pará	19	22	238
Presidente Figueiredo	Açaí	90	280	277
	Castanha-do-Pará	3	3	3
São Gabriel da Cachoeira	Açaí	560	600	600
	Castanha-do-Pará	-	-	-

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal, 2012, 2013 e 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

8.2 Extração Vegetação - Oleaginosas e Látex Coagulado

Com relação à produção de produtos extrativos para fins oleaginosos, destaca-se apenas a extração de óleo de copaíba. Essa atividade alcançou uma produção de 124 toneladas equivalente a R\$ 2.589.000 de receita a partir do óleo em 2014 (IBGE, 2010). Quanto à produção de látex coagulado, a produção do estado em 2014 foi de 1.049 toneladas, equivalente a R\$ 3.781.000 de receita gerada.

8.3 Extração Vegetação – Carvão Vegetal, Lenha e Madeira

A produção de carvão vegetal ocorre nos municípios listados no quadro 13. Em 2014, o município do Careiro da Várzea apresentou a maior produção de 215 toneladas de carvão vegetal. No que tange à produção de lenha em metros cúbicos, o maior registro ocorreu no município de Parintins, com o total de 41.360 m³ produzidos, logo depois aparece Maués, com 24.178 m³ de lenha produzidos. Maués aparece como o principal produtor de madeira em tora por metros cúbicos, com a marca de 25.650 m³ produzidos. A produção total de madeira em tora em todos os municípios listados alcançou os 77.246 m³ de produção em 2014.

Quadro 13 - Quantitativo da extração vegetal madeireira

Municípios	Tipo de produto extrativista	Quantidade Produzida		
		2012	2013	2014
Anori	Carvão vegetal (ton)	0	0	3
	Lenha (m ³)	0	0	0
	Madeira em tora (m ³)	3.118	3.440	4.440
Anamá	Carvão vegetal (ton)	0	0	0
	Lenha (m ³)	0	0	0
	Madeira em tora (m ³)	0	0	0
Autazes	Carvão vegetal (ton)	30	32	29
	Lenha (m ³)	3.000	3.183	3.300
	Madeira em tora (m ³)	0	0	0
Beruri	Carvão vegetal (ton)	0	0	1
	Lenha (m ³)	200	200	100
	Madeira em tora (m ³)	1.811	1.800	0
Caapiranga	Carvão vegetal (ton)	0	0	0
	Lenha (m ³)	0	0	0
	Madeira em tora (m ³)	103	100	500
Careiro da Várzea	Carvão vegetal (ton)	260	200	215
	Lenha (m ³)	0	0	0
	Madeira em tora (m ³)	0	0	0
Iranduba	Carvão vegetal (ton)	0	0	0
	Lenha (m ³)	2.100	3.470	3.560
	Madeira em tora (m ³)	1.874	1.246	1.255
Manacapuru	Carvão vegetal (ton)	0	0	0
	Lenha (m ³)	32.000	33.000	50
	Madeira em tora (m ³)	8.514	8.650	9.000
Manaus	Carvão vegetal (ton)	60	52	49
	Lenha (m ³)	2.750	5.719	6.045
	Madeira em tora (m ³)	18	18.343	16.115
Maués	Carvão vegetal (ton)	0	0	0
	Lenha (m ³)	33.500	32.000	24.178
	Madeira em tora (m ³)	26.942	28.000	25.650
Parintins	Carvão vegetal (ton)	28	32	32
	Lenha (m ³)	40.300	42.520	41.360

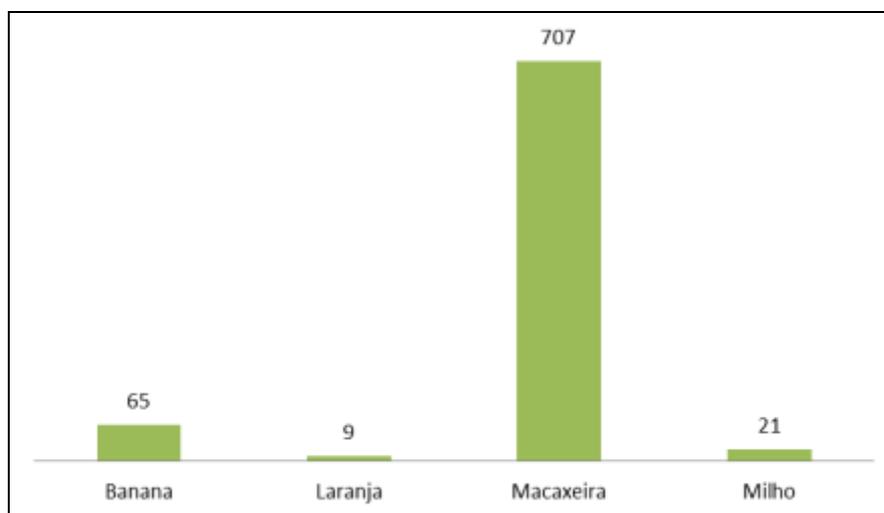
	Madeira em tora (m ³)	20.207	21.600	11.931
Presidente Figueiredo	Carvão vegetal (ton)	0	21	22
	Lenha (m ³)	2.918	1.445	1.220
	Madeira em tora (m ³)	20.962	6.939	6.945
São Gabriel da Cachoeira	Carvão vegetal (ton)	0	0	0
	Lenha (m ³)	0	0	0
	Madeira em tora (m ³)	1.290	1.350	1.410

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal, 2012, 2013 e 2014. Org.: NUSEC/OSIM, 2016.

8.3.1 Município de Anamã

De acordo com o Censo Agropecuário (2013), na produção municipal de Anamã, destacam-se entre as culturas agrícolas, a produção de macaxeira que em 2013 chegou a produzir cerca de 707 toneladas no município. Também se destacam, a produção de banana, milho e laranja (Figura 2).

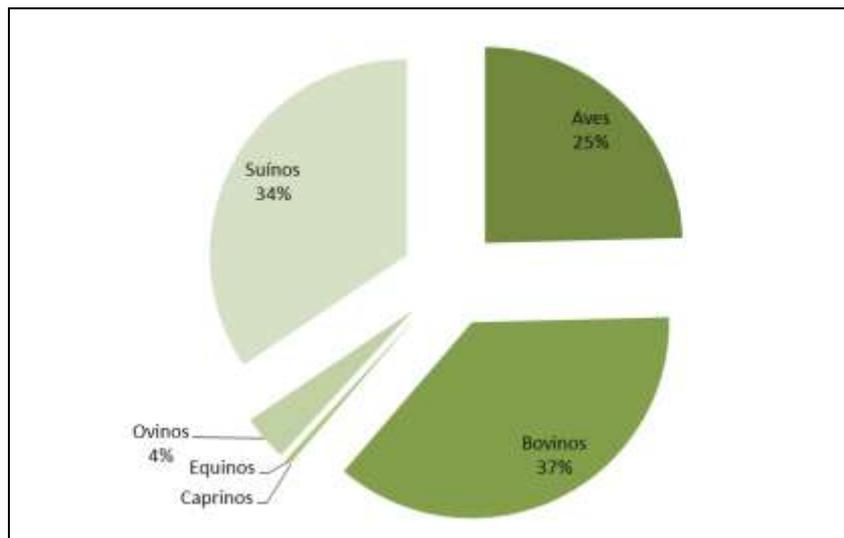
Figura 2 - Culturas agrícolas de maior produção no município de Anamã



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013.
Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

Quanto ao efetivo pecuário (Figura 3), destaca-se no município, o rebanho de bovinos, suínos e aves e são quase inexpressivos os efetivos de ovinos, caprinos e equinos.

Figura 3 - Efetivo pecuário no município de Anamá



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

Das 21 comunidades acompanhadas pelo IDAM em Anamá, foram visitadas seis, comunidades rurais e várias organizações sociais. As comunidades visitadas foram São João (Paraná do Iauara), Vila do Arixi, Vila do Cuiña, Liberdade, Comunidade São Sebastião e Perpétuo Socorro. Em todas as comunidades foram realizadas entrevistas, visitas às propriedades rurais, aplicação de formulários socioeconômicos e reuniões com lideranças das organizações (Figura 4).

Figura 4 - Reunião e entrevista com comunitários da Vila do Arixi, em Anamá

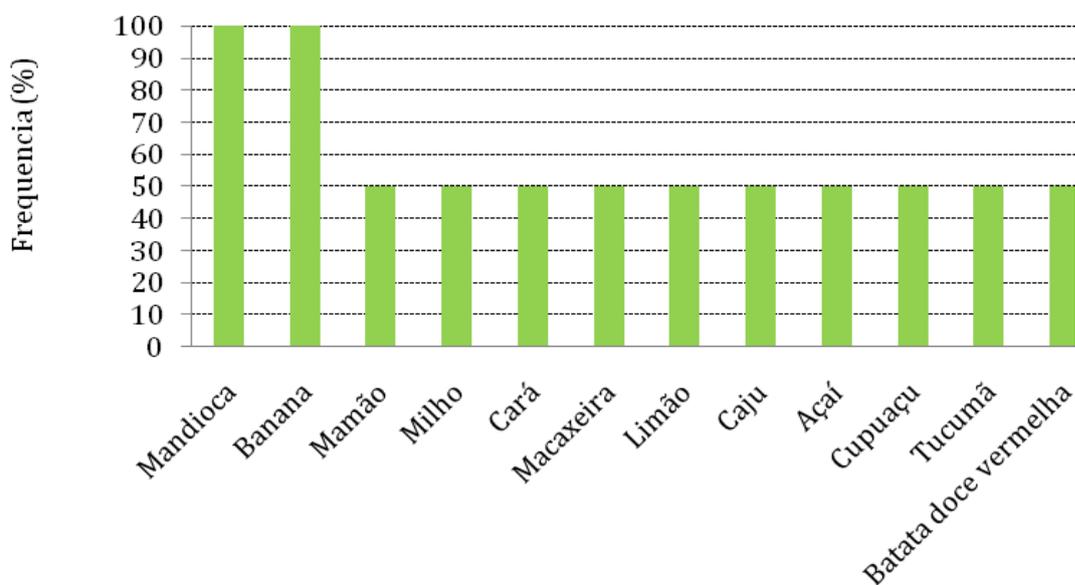


Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

Na comunidade do Perpétuo Socorro, os agricultores familiares cultivam diversas culturas agrícolas, dentre as quais se destacam as culturas de diferentes ciclos vegetativos permitindo o manejo e a colheita, diversificando, a sua produção durante o ano todo. Essa diversificação de culturas agrícolas contribui para a alimentação da família e também complementa a renda, por meio da comercialização do excedente produzido.

As culturas agrícolas mais frequentes, verificadas nas propriedades visitadas foram a mandioca, banana, mamão, cará, macaxeira e limão (Figura 5).

Figura 5 - Culturas agrícolas cultivadas na comunidade de Perpétuo Socorro, Anamã



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

Nota-se que a questão da organização social precisa ser consolidada, embora isto não signifique dizer que os trabalhadores da floresta não possuam sua própria organização social. Há um certo nível de resistência percebido entre as associações e cooperativas, sobretudo quanto ao papel das lideranças. É possível que isto ocorra, em maior medida, devido à falta de apoio e estratégias definidas de gestão.

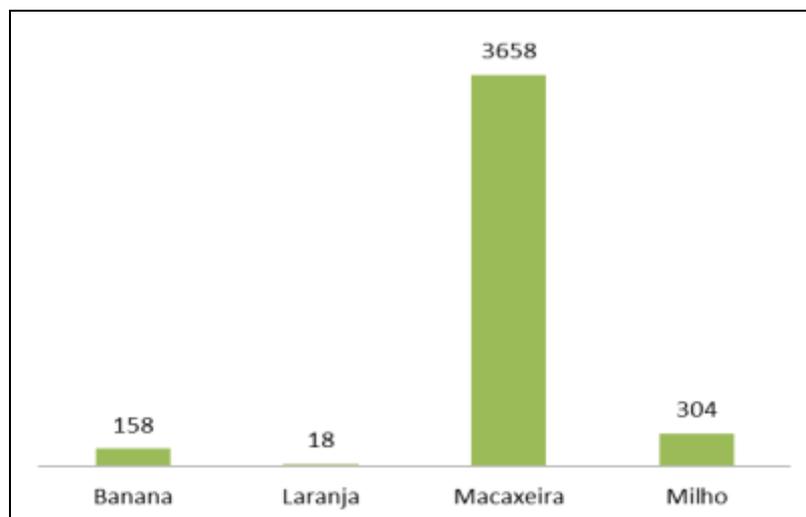
Nestas comunidades, o efetivo de rebanho não foi verificado como uma atividade potencial de mercado. Aves como galinhas e patos, bem como porcos são

criados para consumo próprio. Neste mesmo sentido, a pesca também é um importante meio de complemento na alimentação das famílias e, portanto, a atividade fica mais voltada para o autoconsumo.

8.3.2 Município de Anori

De acordo com o Censo Agropecuário, destaca-se na produção municipal de Anori a produção de macaxeira, que em 2013 atingiu a marca de 3.658 toneladas. Destacam-se ainda as produções de banana, milho e laranja (Figura 6).

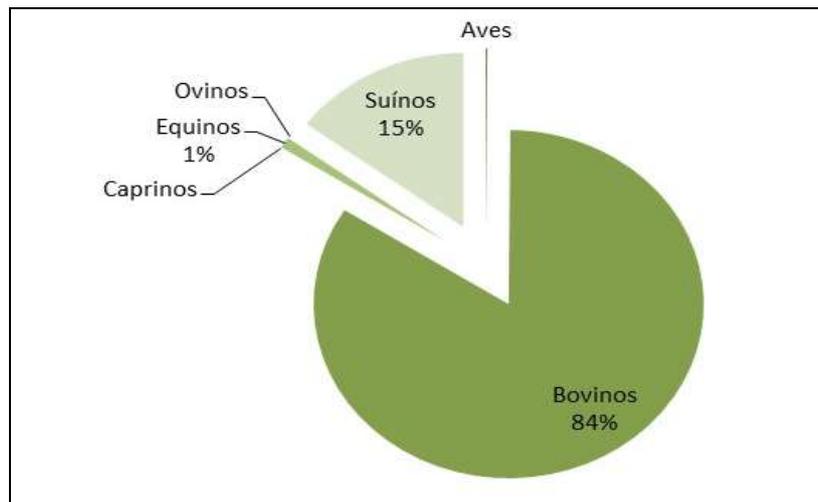
Figura 6 - Culturas agrícolas de maior produção no município de Anori



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

Quanto ao efetivo pecuário (Figura 7), destaca-se no município o rebanho de bovinos, representando 84% do total, e o de suínos, com 15% do total de tipos de rebanhos verificados no município.

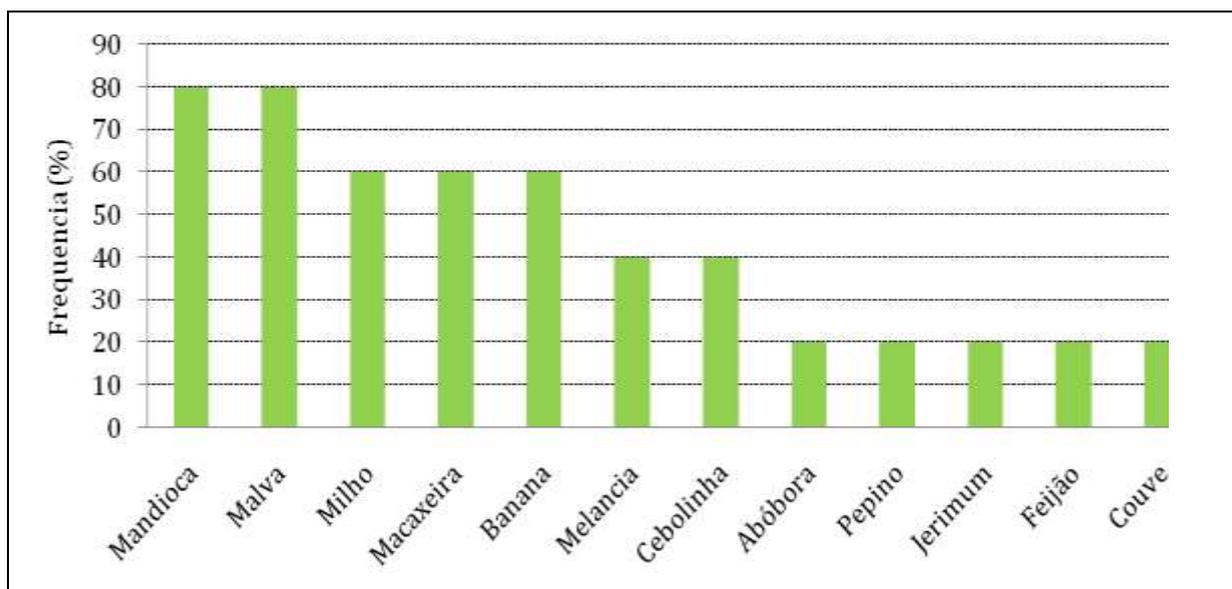
Figura 7 - Efetivo pecuário no município de Anori



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

Na comunidade conhecida como Liberdade II, verificou-se que a maioria dos agricultores familiares cultivam uma variedade de espécies alimentícias, entre as quais destacam-se a mandioca, milho, macaxeira, banana e melancia. Além disso, esta comunidade, produz malva, que juntamente com a produção de mandioca constituem a base econômica na comunidade (Figura 8).

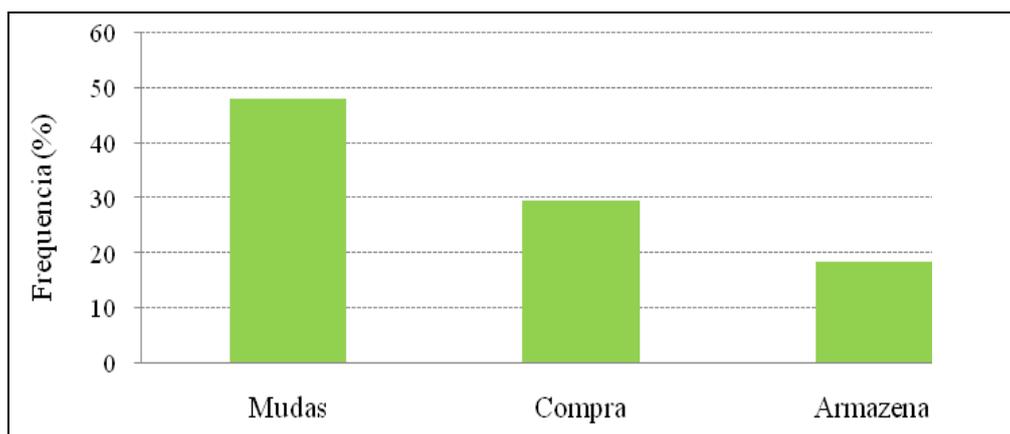
Figura 8 - Espécies cultivadas nas propriedades visitadas da comunidade



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

A propagação de culturas como a mandioca, macaxeira, banana e cebolinha se dá por meio de propágulos ou mudas. As sementes de melancia e pepino são compradas, enquanto que as sementes de feijão caupi e o jerimum são colhidas nas próprias unidades de produção e armazenadas anualmente (Figura 9).

Figura 9 - Formas de aquisição das sementes e mudas das espécies cultivadas



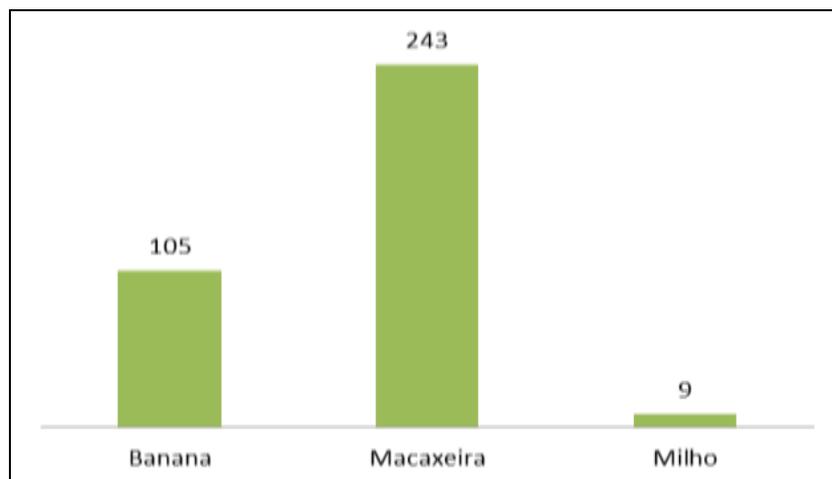
Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

As atividades de pesca e extrativismo nestas comunidades não foram identificadas como potenciais de comercialização, uma vez que estas concentram a oferta de alimentos para o autoconsumo. O efetivo de produção animal, principalmente de aves, é incipiente por ser voltado para consumo da unidade familiar.

8.3.3 Município de Autazes

Com relação à produção agrícola de culturas temporárias e permanentes no município, destacam-se a macaxeira com uma produção de 243 toneladas e banana com 105 toneladas ao ano (Figura 10).

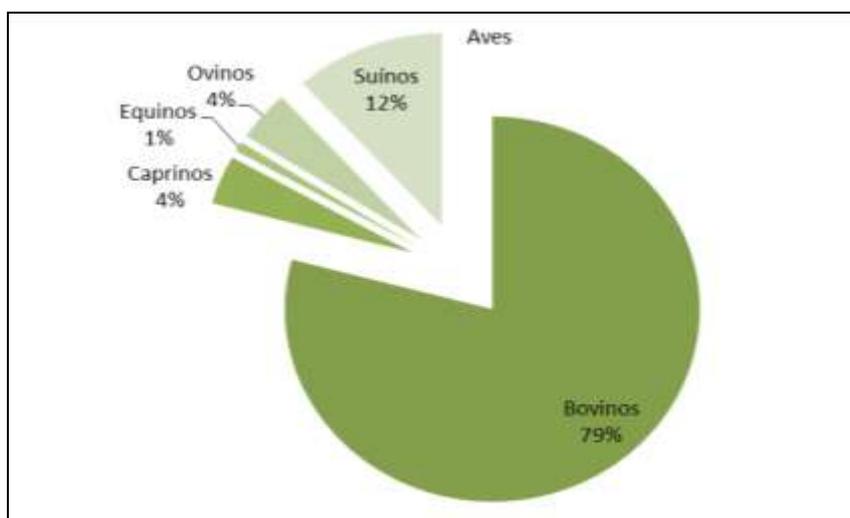
Figura 10 - Culturas agrícolas de maior produção do município de Autazes



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

Quanto ao efetivo pecuário (Figura 11), destacam-se no município os rebanhos de bovinos e suínos.

Figura 11 - Efetivo pecuário no município de Autazes



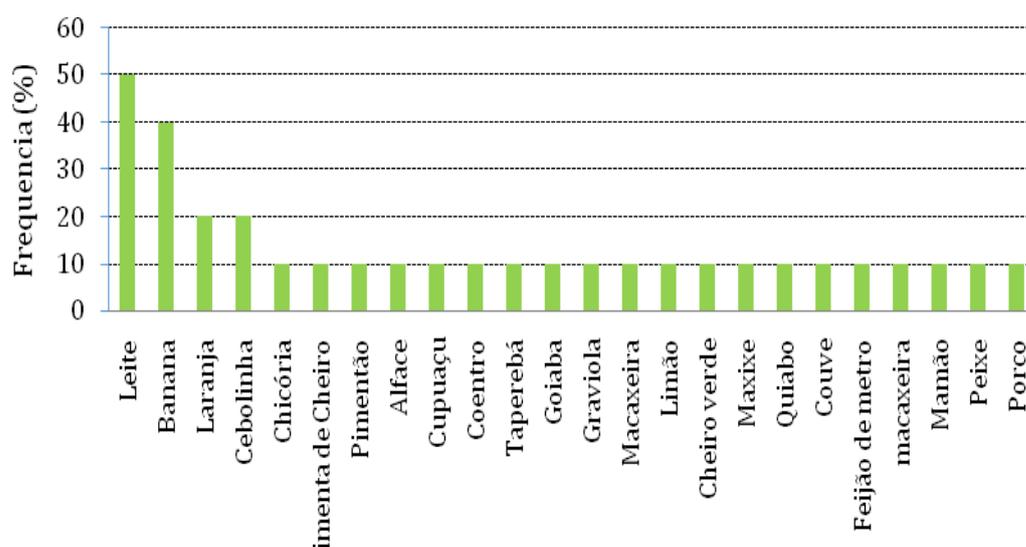
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

No município de Autazes foram visitadas propriedades em 12 comunidades rurais: comunidade Rosa de Saron, Estrada do Sampaio AZ1, Estrada do Sampaio

AZ1, Estrada do Sampaio AZ2, Terra Prometida, Lago do Mastro, Paraná do Limão, Paraná de Autazes, Cidade Nova, Estrada do Rosarinho, comunidade do Rochedo e comunidade Girassol.

Nestas comunidades, destacam-se principalmente a produção de leite, além da produção de banana, laranja e hortaliças (Figura 12).

Figura 12 - Produção agrícola nas comunidades visitadas em Autazes



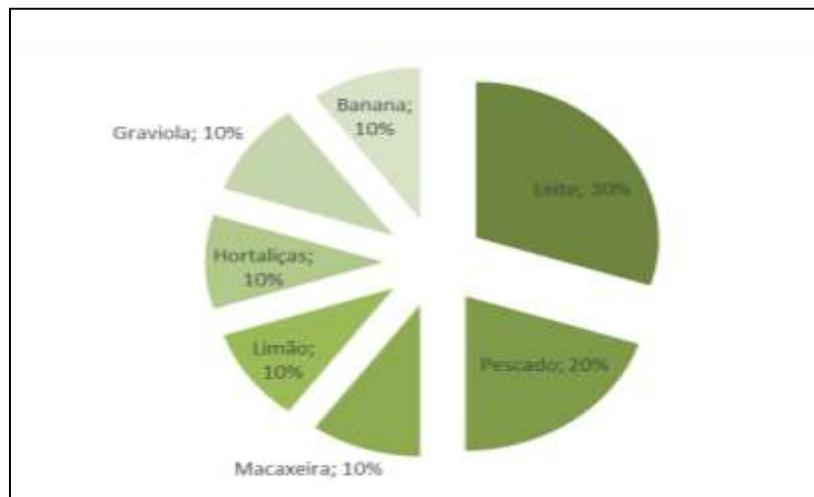
Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

Durante as visitas na comunidade, pôde-se verificar que algumas propriedades rurais desenvolvem práticas agroecológicas, como a utilização de adubação orgânica com esterco de caprino, bovino e aves. A produção agrícola é cultivada em um pequeno espaço de terra, e se concentram nas culturas de banana, mandioca, tomate, quiabo e alface. Tais produtos, dentre outros, são comercializados na feira da agricultura familiar de Autazes, em que o projeto atua como colaborador na organização. Em outra comunidade, a produção de hortaliças como cebolinha (*Allium fistulosum*), coentro (*Coriandrum sativum*), chicória (*Eryngium foetidum*), alface (*Lactuca sativa*), couve (*Brassica oleracea*) e pimenta de cheiro (*Capisicum chinense*), também faz uso dos princípios agroecológicos, como adubação orgânica e controle de pragas com defensivos orgânicos.

Dentre os produtos mais comercializados e lucrativos, de acordo com os

produtores de Autazes, destacam-se o leite e seus derivados, o pescado e produtos oriundos da agricultura (Figura 13).

Figura 13 - Produtos de maior comercialização, segundo produtores de Autazes



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

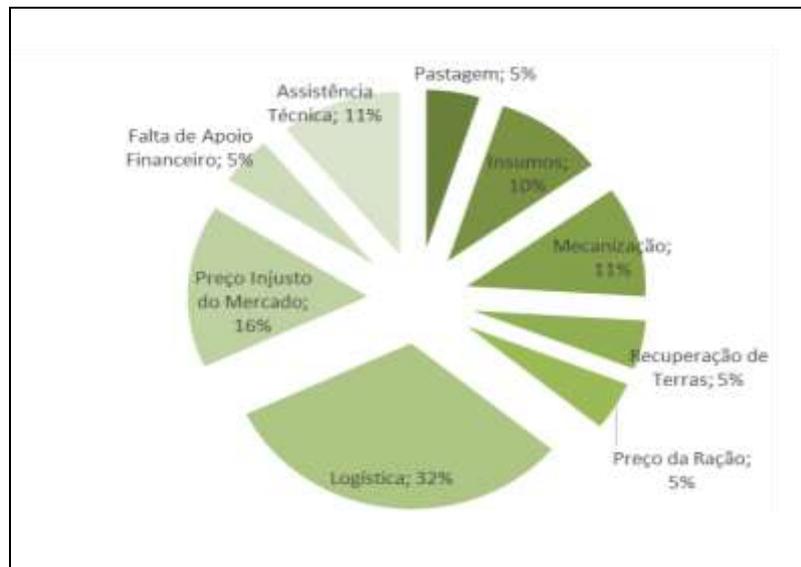
Também foi visitada uma Unidade de Produção de Alevinos (UPA), gerenciada pelo Sr. Petrônio, funcionário da Secretaria de Pesca do município. De acordo com as informações cedidas, verificou-se que o setor da piscicultura constitui atualmente, a segunda maior atividade econômica, depois da pecuária, no município.

A principal fonte de renda do setor primário do município se dá em específico na produção oriunda da pecuária, da qual se tem seus produtos derivados de leite, sendo este município, um dos maiores produtores do estado do Amazonas, contudo, deve-se considerar a produção crescente de hortaliças na região.

A visita, também, permitiu pontuar um dos maiores problemas que enfrentam os produtores. Esse problema é constatado em quase todo o estado do Amazonas e se refere a questão de logística, pois o acesso é um complicador devido as péssimas condições de trafegabilidade dos ramais, principalmente no período de inverno, onde as chuvas são intensas na região. Dentre as principais dificuldades encontradas pelos agricultores de Autazes destacam-se, a logística no

escoamento dos produtos para os mercados comerciais e os elevados preços que são cobrados por atravessadores (Figura 14).

Figura 14 - Gargalos produtivos segundo os produtores de Autazes



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

Outra questão constatada na visita à região se refere a concentração do mercado de compra de leite para seu beneficiamento e processamento em produtos lácteos. O principal, se não o único, agente comprador e processador é a empresa AUTALAC, que pode exercer um amplo poder de barganha sobre o produtor nas negociações, reduzindo o preço do litro do leite a seu favor.

No que tange à comercialização das hortaliças produzidas por algumas comunidades rurais de Autazes, esta é realizada por estrada até o ponto final de venda que é o mercado municipal de Autazes e/ou para os atravessadores que revendem para Manaus.

A produção de leite verificada em uma das fazendas recebe assessoria técnica da linha finalística de pecuária sustentável do Pro-Rural. O empreendimento conta com pelo menos 14 cabeças de vacas para ordenha. A comercialização desse produto é feita por atravessadores, que compram toda produção. O preço médio do litro de leite é vendido por R\$ 1,00.

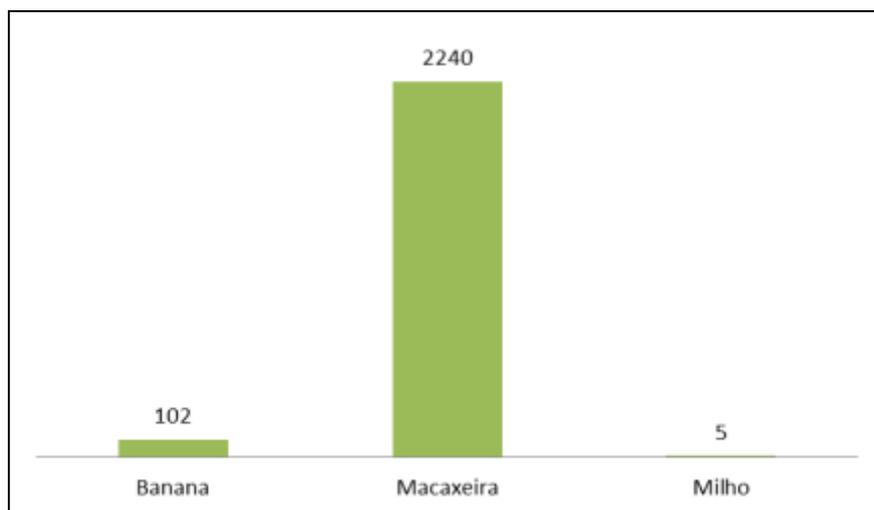
Em relação a identificação e fortalecimento de mercados a visita também

compreendeu um levantamento com os produtores rurais que participaram da feira do município de Autazes, denominada Feira Álvaro F. Reis, que comercializa principalmente hortaliças. Constatou-se que a feira permite que toda a produção seja vendida diretamente ao consumidor, evitando a intervenção do atravessador, o que possibilita a oportunidade de gerar qualidade de vida para a família do produtor rural.

8.3.4 Município de Caapiranga

Na produção municipal de Caapiranga, de acordo com os Dados do Censo Agropecuário 2013, destacam-se a produção de macaxeira com uma produção de 2.240 toneladas e banana com 102 toneladas produzidas (Figura 15).

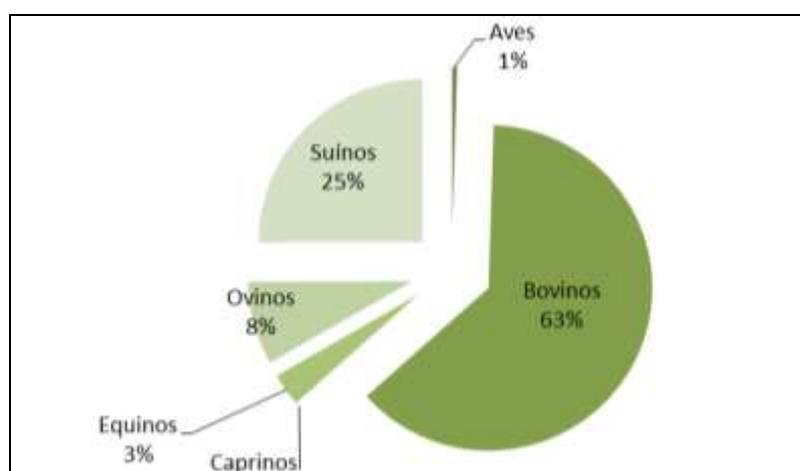
Figura 15 - Culturas agrícolas de maior produção do município de Caapiranga



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

Quanto ao efetivo pecuário (Figura 16) destaca-se no município de Caapiranga, o rebanho de bovinos (63%) e suínos (25%), de acordo com o Censo Agropecuário, em 2013.

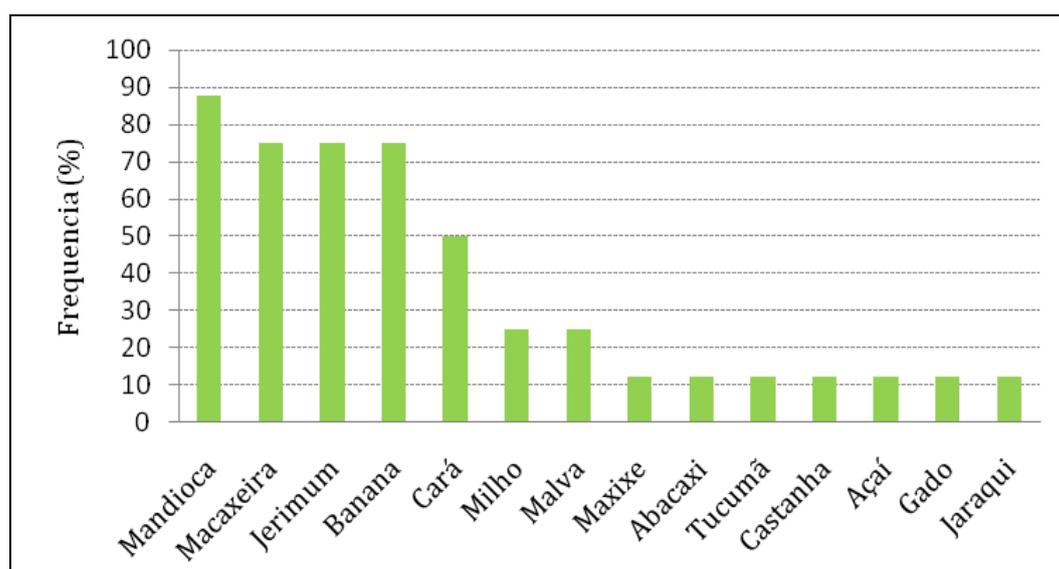
Figura 16 - Efetivo pecuário no município de Caapiranga



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

Com relação as principais atividades econômicas verificadas junto aos produtores rurais, destacam-se o cultivo de mandioca, produzido em quase 90% das propriedades entrevistadas, seguido pelos cultivos de macaxeira, jerimum e banana (Figura 17).

Figura 17 - Espécies cultivadas nas propriedades dos produtores



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

Quanto as iniciativas de mercado no município, foram articuladas, inicialmente com algumas instituições, parcerias atuantes no município de Caapiranga, como a Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Amazonas. Vale ressaltar que o levantamento realizado durante o primeiro ano do projeto abrangeu também outras atividades, como a formação e potencialização de mercados sustentáveis que contribuiram com o desenvolvimento dos trabalhadores do setor primário.

Dentre as estratégias de mercado, foi pensada a realização de uma feira de produtores no município de Caapiranga, com demandas do SEPROR, que visa expandir os feirões da SEPROR pelo interior do estado. Na viagem estiveram presentes o Sr. Antônio Valdo - Presidente do Feirão da SEPROR e o funcionário da SEPROR o Sr. Ribamar Silva.

A próxima etapa foi a verificação de um local apropriado para a realização da feira. Assim foram observadas algumas estruturas como, o ginásio de uma escola que se encontrava deteriorado. O primeiro local apresentado para a possível implantação da feira foi uma rua que se encontra em uma região centralizada (Figura 18).

Figura 18 - Reconhecimento do local para a primeira feira de produtores de Caapiranga



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

A segunda proposta para a realização da feira foi o Centro Cultural do Município de Caapiranga, mais conhecido como Caródromo, onde a equipe do projeto realizou visita de reconhecimento (Figura 19). O Caródromo é um espaço utilizado somente uma vez ao ano, no mês de setembro, para a realização da festa do cará, já que o município é um dos maiores produtores do tubérculo no estado do Amazonas, produz anualmente de 600 a 900 toneladas do tubérculo. O Caródromo é um espaço amplo, propício para a realização de grandes eventos, que faz parte da área central do município, de fácil acesso aos moradores.

Figura 19 - Reconhecimento do espaço do Caródromo



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

Em reunião realizada na Câmara Municipal de Caapiranga, organizada pelo prefeito, onde estiveram 28 pessoas, juntamente com a equipe OSIM, prefeito, vice-prefeito, secretário de produção rural, representantes do IDAM, representantes da ADAF e produtores rurais (Figura 20). Foi apresentada pelo Sr. Ribamar a proposta de feira, e deu início a divisão de tarefas a serem executadas para organização da feira, com previsão para dezembro de 2013. Na mesma ocasião os Residentes da linha finalística OSIM firmaram parceria para apoiar a feira de Caapiranga.

Figura 20 - Reunião da equipe com os representantes do Município



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013

Dentre os gargalos da produção agrícola citados pelos participantes da reunião, destacou-se o escoamento da produção e inexistência de maquinário, o que dificulta a atividade produtiva e comercialização.

Além do cará (*Dioscoreasp.*), o município produz abacaxi, banana, mandioca, melancia, açaí, maracujá do mato, bacuri, entre outras. Portanto, a necessidade de se expandir o mercado para venda destes produtos é urgente. Para isso, a feira se mostrou uma oportunidade singular para o alcance desse objetivo.

Outra área visitada foi a Feira Coberta do Produtor Rural (Figura 21), onde a equipe encontrou uma estrutura física de boa qualidade, no entanto pouco utilizada, havendo na ocasião apenas 4 (quatro) boxes ocupados com peixe, carne e legumes.

Figura 21 - Visita à Feira Coberta do Município de Caapiranga



A) área externa; B) reconhecimento dos espaços internos de boxes. Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

Das visitas institucionais, destaca-se a ida ao IDAM, onde havia sido marcada uma reunião com o secretário de produção rural juntamente com os representantes da ADAF, do IDAM (Figura 22), assim como os técnicos da residência agrária das linhas finalistas Juta e Malva e Culturas Alimentares. Nesta segunda reunião, foi debatido fatos relacionados ainda sobre a feira e sobre as próximas atividades a serem realizadas.

Figura 22 - Reunião na sede do IDAM

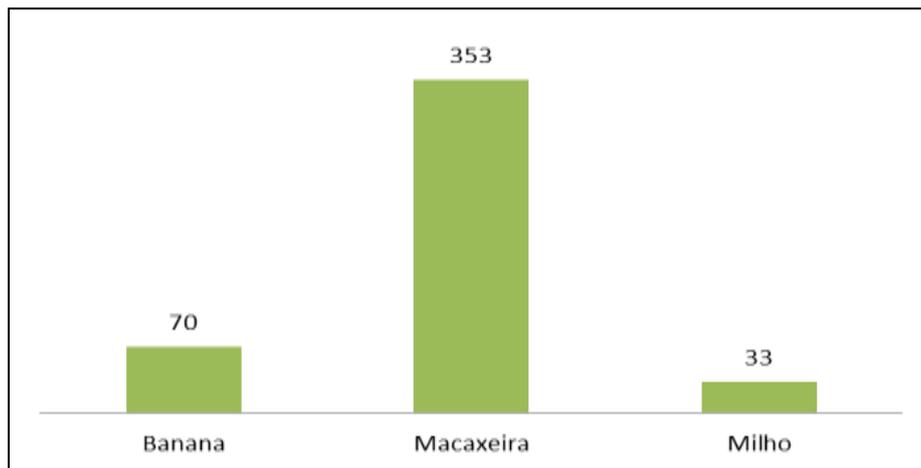


Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

8.3.5 Município do Careiro da Várzea

Na produção municipal, destacam-se a produção de macaxeira com uma produção de 353 toneladas e banana com 70 toneladas produzidas (Figura 23).

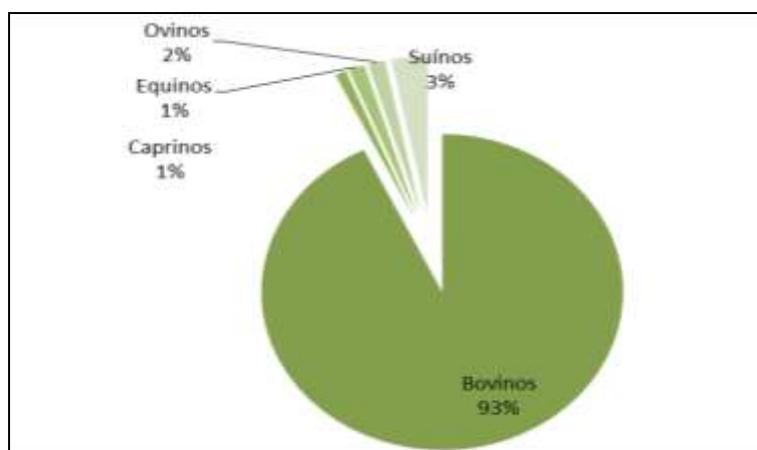
Figura 23 - Culturas agrícolas de maior produção do município de Careiro da Várzea



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

Quanto ao efetivo pecuário (Figura 24), destacam-se os rebanhos de bovinos (93%) e suínos (3%), de acordo com o Censo Agropecuário, em 2013.

Figura 24 - Efetivo pecuário no município de Careiro da Várzea



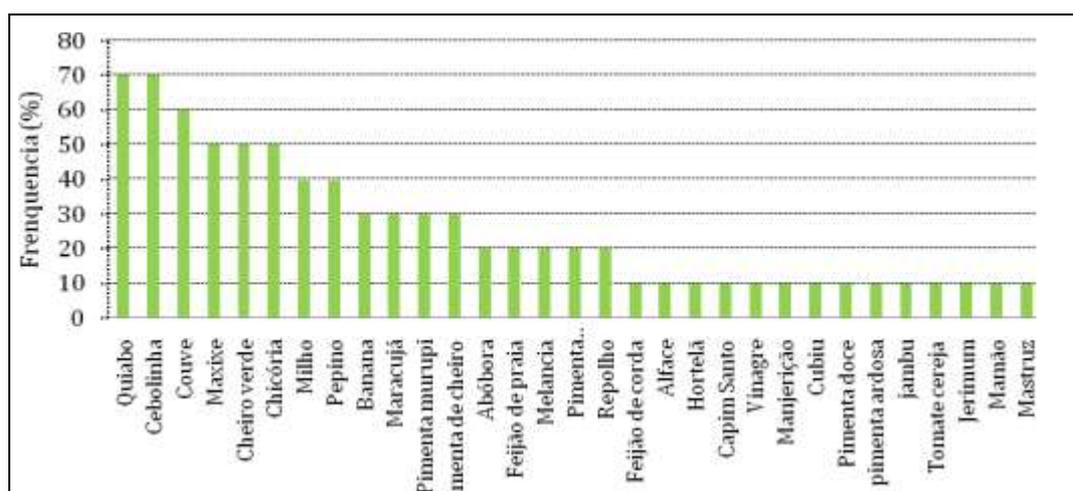
Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: NUSEC/OSIM, 2015.

As comunidades visitadas, no município de Careiro da Várzea, foram as Comunidades São Francisco e São José que estão localizadas na Costa da Terra Nova. Em seus sistemas produtivos, os agricultores cultivam diferentes espécies de plantas. Estas plantas possuem importância alimentícia, extrativista, medicinal, dentre outras. A produção destas contribui ainda para a geração de renda, com a venda do excedente.

Estas culturas apresentam diferentes ciclos vegetativos, permitindo o manejo e a colheita em diferentes épocas, diversificando assim a sua produção. Nesse sentido, os agricultores têm a possibilidade de diversificar a sua produção durante o ano todo. A produção das diversas espécies cultivadas contribui para a alimentação da família e também na geração de renda, através da comercialização do excedente produzido.

As espécies mais frequentes nas propriedades foram o quiabo (*Albemoschusesculentus*), cebolinha (*Alliumfistulosum*), couve (*Brassicaolerracea*), maxixe (*Cucumisanguria*), coentro (*Coriadrumsativum*), dentre outras que apresentam uma frequência menor nas unidades produtivas (Figura 25).

Figura 25 - Espécies cultivadas nas propriedades dos produtores



Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

A área de cultivo de quiabos nas comunidades visitadas é bem expressivo. O transporte para a comercialização do produto é feito em caixa de madeira

identificadas com o nome do produtor (Figura 26).

Figura 26 - Área de cultivo e forma de acondicionamento do quiabo

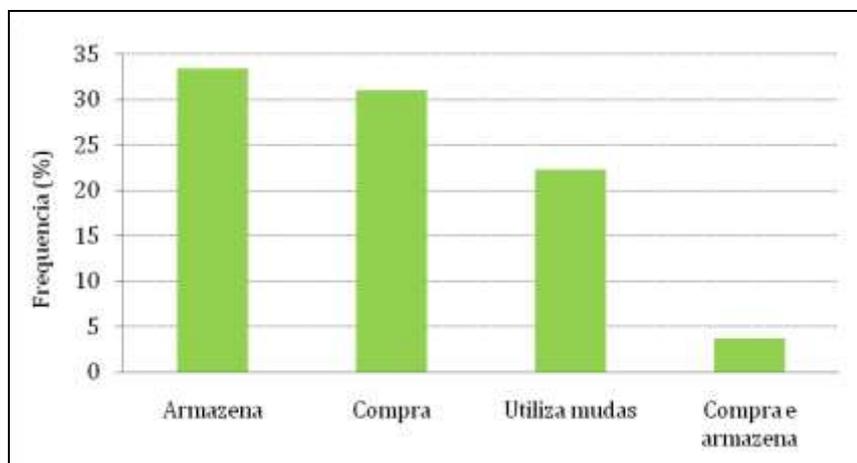


Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

Os agricultores das comunidades mantêm o hábito de guardar suas sementes para o próximo plantio. Dentre todas as espécies cultivadas na propriedade, continua sendo a principal forma de aquisição dos propágulos, o que permite compreender a roça como uma área destinada ao cultivo e domesticação de plantas, onde espécies e variedades adquiridas recentemente vão ser testadas, multiplicadas e, caso correspondam às expectativas dos agricultores, passam a ser incorporadas ao acervo da família, tornando-se disponíveis também para serem doadas ou trocadas com vizinhos e parentes (AMOROZO, 2010).

A conservação de espécies e variedades de culturas temporárias é um dos desafios enfrentados pelos agricultores das comunidades. Entretanto, o costume de armazenar sementes é comum a 33% dos agricultores locais e tem sido a principal maneira de conservar o material que será utilizado no próximo ciclo produtivo (Figura 27).

Figura 27 - Formas de aquisição das sementes e mudas das espécies

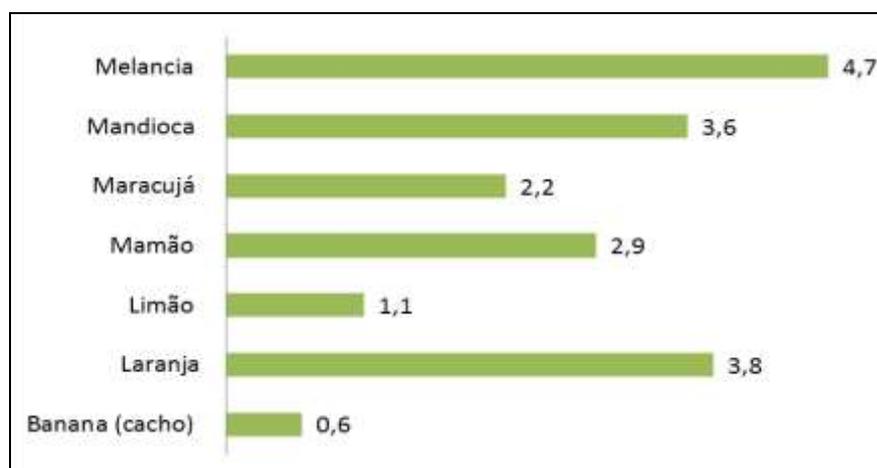


Fonte: NUSEC/OSIM, 2013.

8.3.6 Município de Iranduba

Na produção agrícola municipal de Iranduba, destaca-se a produção de melancia, seguida das de laranja, mandioca/macaxeira e mamão como sendo as quatro principais culturas de maior produção (Figura 28).

Figura 28 - Formas de aquisição das sementes e mudas das espécies



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2014. Org.: OSIM/PRO-RURAL, 2016.

Com intuito de dar continuidade as atividades do projeto, iniciou-se o período das visitas técnicas a produtores rurais participantes da feira da produção familiar AGROUFAM. Pelo fato da ausência de recursos financeiros por motivo da não liberação do montante das parcelas anuais para realização de tais atividades, somente foi possível executar ações junto a produtores que se localizam próximos de Manaus; portanto, iniciamos as nossas atividades pelo município de Iranduba, localizado a 22 km da capital do Amazonas, com população de 45.250 habitantes (IBGE, 2014). A localidade visitada foi a comunidade São Sebastião, situada no Ramal da Cachoeira do Castanho. Na oportunidade, foi realizada reunião com a Sra. Marta Pessin Liloneto, presidente da comunidade (Figura 29), onde residem cerca de 120 famílias. Na comunidade existem duas associações, a Associação de Mulheres para o Desenvolvimento Rural e Social da Cachoeira (ADERSCA), com aproximadamente 16 associadas, fundada em 16/12/2013 pela atual gestão. Já a Associação Comunitária Agrícola Ramal Cachoeira do Castanho, conta com 20 associados, sua data de fundação é de 05/03/1985, a mesma passou por dificuldade de gestão, na qual ficou algum tempo sem sua funcionalidade, segundo a atual gestão, estão em processo de estruturação e ajustes.

Figura 29 - Reunião com a presidente da comunidade São Sebastião



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

No diagnóstico socioeconômico realizado na comunidade, foi possível fazer o

levantamento de sua infraestrutura (Tabela 2).

Tabela 2 - Infraestrutura da comunidade de São Sebastião

Serviços	Presença
Escola	Não
Posto de Saúde	Não
Sede Comunitária	Sim
Campo de Futebol	Sim
Igreja	Sim
Telefone Público	Não
Agente Comunitário	Sim

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

É possível notar nos dados acima que um dos fatores primordiais, a educação, fator requisito para o desenvolvimento de qualquer localidade, encontra-se desassistido pelas instituições competentes, fazendo com que a comunidade busque o acesso em outro lugar. O mesmo caso se dá com a saúde pública na comunidade, causando assim um grande entrave no ponto de vista do desenvolvimento social, econômico e comunitário. No que diz respeito ao potencial produtivo da comunidade vale destacar os principais produtos comercializados, dentre eles a produção de hortaliças, farinha, comercialização de pescado e ovos de galinha caipira. Um destaque diferencial é o turismo rural, pois a comunidade possui um dos mais bonitos cenários naturais do estado: a Cachoeira do Castanho, que atrai milhares de pessoas por sua beleza e os flutuantes que oferecem turismo ecológico com botos (Figura 30). Contudo, um ponto também que merece visibilidade neste relatório é o projeto Nossas Águas executado pela Associação Comunitária. O mesmo busca preservar as nascentes dos rios e lagos na comunidade, trabalhando a questão da conscientização comunitária e a preservação ecológica. Na entrevista com a presidente da comunidade, a mesma demonstrou um intenso interesse a respeito da agroecologia, que sempre pretendeu conhecer profundamente o cultivo sem veneno, e afirmou que a comunidade está aberta para firmar parcerias com a universidade e outras instituições.

Figura 30 - Atrativos turísticos na Cachoeira do Castanho, em Iranduba



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Em novembro do mesmo ano, retornou-se à propriedade da Sra. Marta para visitar sua produção agrícola, esta que, segundo a mesma, encontra-se paralisada devido a uma intoxicação de agrotóxico em seu esposo, que se viu obrigado a parar de plantar com os defensivos químicos. Nesta propriedade produziam-se cheiro verde, alface pimenta de cheiro, abobora e berinjela, frutas banana, pupunha e açaí todos plantados em sistema convencional, em sistema caracterizando assim como policultivo (MAZOYER E ROUDART, 2010) prática frequente na agricultura familiar no Amazonas. Atualmente estão trabalhando com uma mercearia, mais também tem criação de galinha caipira para produção de ovos e um viveiro de matrinxã com uma produção de aproximadamente 200 peixes.

Segundo a Sra. Marta, eles conhecem alguns inseticidas naturais, tais como pimenta malagueta com álcool para defender a lavoura do ataque de lagarta de fogo, além da mistura de urina com fumo para matar formiga. Quanto à comercialização dos produtos segundo os produtores eles vendiam para os atravessadores, na feira do CASSAM e da Manaus Moderna.

Em dezembro de 2015, realizou-se uma nova visita técnica na Comunidade São Sebastião da Cachoeira do Castanho para realizamos um prévio diagnóstico no que diz respeito ao potencial produtivo da comunidade (Quadro 14), obtido por meio da ferramenta Diagnóstico Rural Participativo (DRP).

Quadro 14 - Potencialidades da comunidade Cachoeira do Castanho

ATIVIDADE	QUANDO	COMO	COMERCIALIZAÇÃO	QUEM	ONDE
Turismo	Ano todo	Visita aos botos, artesanato indígena, trilhas, vida indígena, cachoeira, alimentação.	Artesanato, alimentação, hotel, chalé	Turista amazonense e estrangeiro	Comunidade
Agricultura	Tubérculos, frutíferas, hortaliças, legumes, extrativismo.	Ano todo	Individual	Consumo e venda	Produção vendida: na própria comunidade; feiras de Manaus; atravessadores

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Conforme planejamento realizado pela equipe de pesquisadores em conjunto com a comunidade, buscou-se identificar demandas da comunidade por cursos de capacitação, com o intuito de desenvolver atividades que as atendessem. Foi gerada a relação de cursos listadas em grupos de temas como produção orgânica e fortalecimento sociopolítico da comunidade (Quadro 15) que, segundo a comunidade, servirá de base para o desenvolvimento local da mesma.

Quadro 15 - Demanda da comunidade por cursos de capacitação

Produção Orgânica	Fortalecimento Sociopolítico
<ol style="list-style-type: none"> 1. Controle alternativo para hortaliças; 2. Compostagem; 3. Biofertilizante 4. Importância do solo para a nutrição das plantas; 5. Adubação verde; 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Fortalecimento da Associação Comunitária; 2. Educação Ambiental; 3. Turismo Comunitário; 4. Artesanato.

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Outra atividade desenvolvida com os comunitários foi o diagnóstico das aptidões artesanais dos participantes (Figura 16), que se deu forma dinâmica e espontânea, com isso percebeu-se a riqueza do etnoconhecimento comunitário, nesse sentido, estas práticas nos sistemas agrofloretais propiciam a sustentabilidade e a subsistência das famílias (CASTRO et al., 2007).

Quadro 16 - Levantamento da produção de artesanato da comunidade

Nome do comunitário	Produto que faz	O que gostaria de aprender	O que tem na comunidade
Neuza	Jogo americano, abano, vassoura (tala de arumã)	Acabamento dos trabalhos feitos com a palha do arumã.	Palha de arumã; Ouriço de castanha; Carço de tucumã;
Raquel	Guardanapo, Chapéu, Sandália (feito de Crochê, ponto cruz)	Oficina de Costura;	
Graça	Origami, guardanapo, cortina de CD, fuxico (papel, bordados, tecido)	Boneca de Lã;	
Edson e Néia	Carrinho, arranjos de mesa, canoa, anel (material madeira e caroço de buriti)		

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Finalizou-se a reunião com líderes elaborando a agenda de atividades a serem realizadas na comunidade (Quadro 17), de acordo com as demandas apontadas pelos mesmos. Buscou-se priorizar cursos que viabilizassem o fortalecimento das associações existentes, e introduzir de forma prática os princípios agroecológicos e instalação da Unidade Experimental Participativa – UEP.

Quadro 17 - Calendário de atividades planejadas

Atividade	Data
1. Oficina de Artesanato 2. Curso de adubação Orgânica 3. Instalação da UEP	Dia 16 de fevereiro de 2016

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

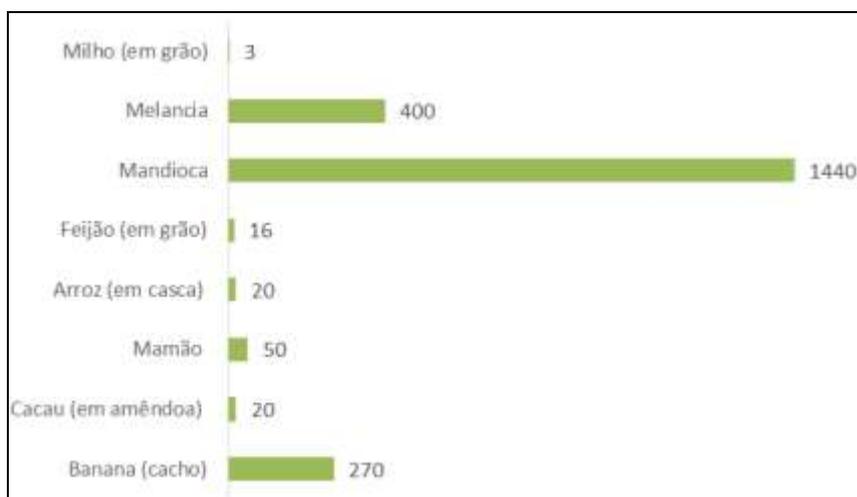
Em suma, a atividade foi de grande relevância, pois por meio dela foram possibilitadas condições de analisar toda a cadeia produtiva, desde sua semeadura, colheita, logística e comercialização. Por outro lado, observou-se o interesse do agricultor e da presidente da comunidade pela transição agroecológica e pelo cultivo orgânico, respectivamente. Diante deste contexto, conclui-se que os resultados obtidos confirmam que é importante incentivar e manter a feira da produção familiar AGROUFAM na medida em que ela contribui consideravelmente para o efetivo desenvolvimento local e regional, devido principalmente pelo fato de incentivar a manutenção do agricultor no campo, onde é possível obter uma boa qualidade de vida.

8.3.7 Município de Tabatinga

Na região do município de Tabatinga estão situadas diversas áreas protegidas representadas por Unidades de Conservação Federais e Estaduais, além de 26 Terras Indígenas de diversas etnias, totalizando mais de 9 milhões de hectares. A área possui uma notável complexidade socioantropológica, devido o fato de possuir 11 dos 66 grupos étnicos do Amazonas, sendo os seis maiores os Ticuna, Kokama, Marubo, Matsé, Kaixana e Kanamari (EUZÉBIO, 2011).

De acordo com o Censo Agropecuário (2013), a produção agrícola municipal conta com a mandioca como carro-chefe, seguido da produção de melancia e banana (Figura 31). Tal dado converge em partes com o explicitado pelo Secretário de Produção Rural do município, que relatou em entrevista ser a mandioca e a banana os cultivos de maior produção no município.

Figura 31 - Culturas agrícolas temporárias e permanentes, em toneladas, de Tabatinga

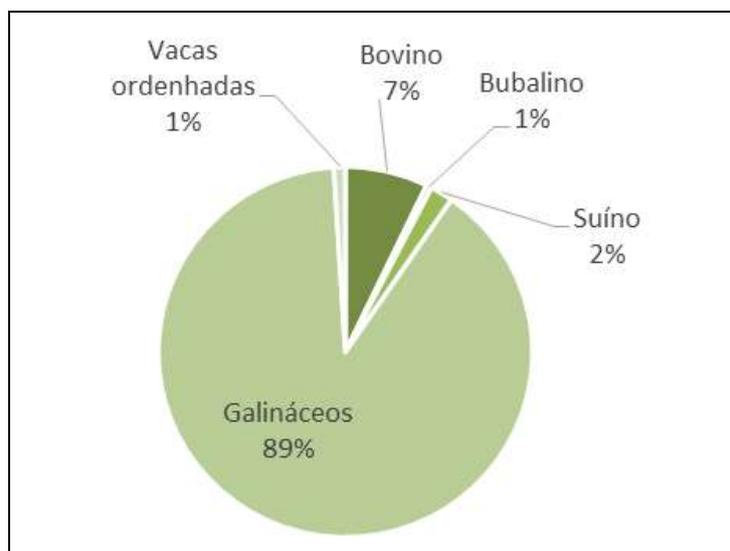


Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Já no que se refere ao efetivo pecuário do município, declarado ao Censo Agropecuário de 2013, a produção de maior destaque em número de cabeças é a de galináceos, seguido da produção bovina de corte (Figura 32). Ressalta-se a importância da produção de tabaqui de 45 toneladas. O comércio de peixes de maior expressividade é o que possui sua produção vindoura das atividades

pesqueiras extrativistas, contudo estes números não são contabilizados pela Prefeitura Municipal, nem mesmo pelo Censo, uma vez que não se inclui como atividade agropecuária.

Figura 32 - Efetivo pecuário em cabeças do município de Tabatinga



Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2013. Org.: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

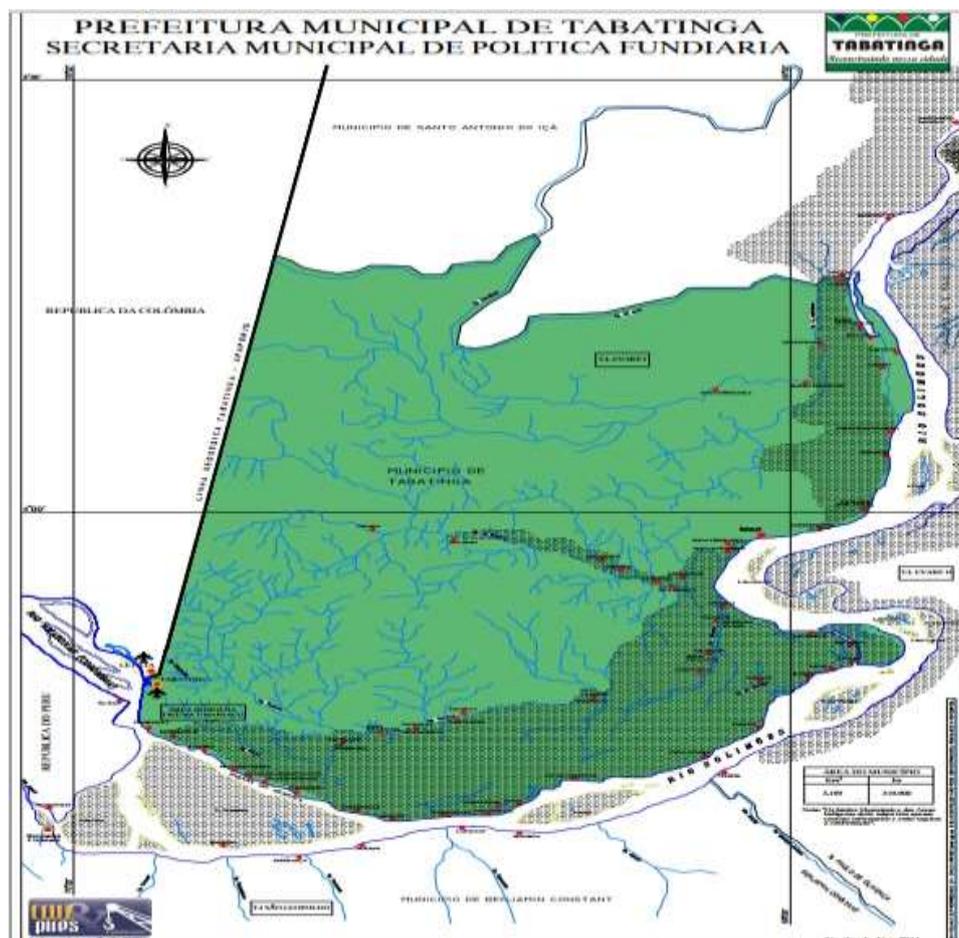
As atividades visaram o mapeamento de instituições potencialmente parceiras ao projeto, aproveitando-se para realizar o contato institucional com as mesmas. Neste movimento, foi realizada aproximação com o Sindicato dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Tabatinga – Sindpesca/TBT, com o Secretário de Produção Rural e Abastecimento do Município, e com as lideranças da Terra Indígena Umariáçu, o cacique da comunidade Umariáçu I, da etnia Ticuna.

Nas visitas institucionais, foi explicado os objetivos do projeto e construído um cronograma de ações a ser desenvolvido em parceria. No caso específico da comunidade indígena, diante do contexto do cronograma somente poder ser construído após as exposições do cacique da comunidade a qual representava. Foram protocoladas duas minutas explicativas do projeto, uma para as comunidades Umariáçu I e Umariáçu II, e outra para a coordenação regional do Alto Solimões da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). O conteúdo da minuta, além de expor sucintamente o projeto, incluindo seus objetivos específicos e metodologia, abordou

a solicitação de parceria técnico-institucional.

Em entrevista com o Secretário de Produção Rural e Abastecimento de Tabatinga, foi informado que o organograma da secretaria é composto por 57 pessoas de formação superior, técnicos e servidores administrativos, dentre estes, um agrônomo e 3 técnicos. Sob afirmação do secretário, o município possui o total de 62 comunidades, sendo que destas a maioria, cerca de 42 comunidades é composta por indígenas. Juntamente com o IDAM, trabalham mais com comunidades não indígenas, porém não deixando de atender as indígenas com a parceria da FUNAI, que foram relatadas como sendo mais produtivas, tanto de trabalho quanto de quantidade produzida, do que as comunidades não indígenas. O mapa disponibilizado pela Secretaria contendo a localização geográfica de todas as comunidades rurais do município se encontra abaixo (Figura 33).

Figura 33 - Mapa das comunidades rurais do município



Fonte: SEPR-TBT, 2015.

A comercialização de cultivos destas comunidades é feita nas feiras e nas comunidades do entorno. Porém, em entrevista informal com feirantes Ticuna e com a própria fiscal da feira, existe ainda a comercialização na rua e do chamado “porta em porta”, sobretudo pelos indígenas.

Os produtos mais cultivados e comercializados no município, de acordo com o secretário de produção rural do município, é a mandioca, banana e macaxeira, pelo fato de serem itens de maior consumo na cesta dos cidadãos de Tabatinga. As frutas e hortaliças de maior importância produtiva e comercial são abacaxi, sobretudo nas áreas indígenas, couve, coentro e pimenta-de-cheiro. No caso das hortaliças, a prefeitura possui projetos de investimento em plantios com coberturas, tais como estufas, em áreas de coletivas de modo a servir como unidade

demonstrativa e favorecer a redução das perdas desta atividade agrícola.

De maneira geral, tanto com relação à cadeia produtiva agrícola como à da pesca, de toda produção comercializada, nenhum produto é escoado rio abaixo: ou é absorvido pelo município e entorno, ou é exportado para municípios para além da fronteira.

Com relação às ações da prefeitura para fomentar as feiras livres do município, o secretário não informou com clareza as políticas efetivas para desenvolvimento das feiras, limitando-se a informar que existem quatro delas e a fazer algumas observações acerca de seu funcionamento. São elas:

- Feira Provisória Ticuna (Figura 34): instalada em 2013, provisoriamente em um prédio cedido pelo Ministério da Agricultura – por isso seu nome –, foi a primeira obra deste mandato da prefeitura. O secretário relatou haver dificuldades em organizar os indígenas devido ao fato de não serem exclusivamente produtores, atuando mais como atravessadores. Tal detalhe, na opinião do secretário, faz com que seus produtos sejam um pouco mais elevados se comparados com os expostos na feira municipal, a “feira da verdura” em suas palavras. Neste sentido, é apontada que a feira Ticuna perdeu competitividade e, portanto, movimento de clientes. A secretaria possui a intenção de trazer indígenas de outras comunidades próximas para comercializarem na feira Ticuna, uma vez que os expositores atuais são pertencentes à TI Umariçu. Ao ser questionado sobre o papel da FUNAI como parceira na organização desta feira, o secretário afirmou ter havido participação da instituição, porém não entrou em detalhes sobre de que maneira tal movimento foi viabilizado.

Figura 34 - Feira Provisória dos Ticuna, fachada e parte do interior



Fonte: OSIM/ PRO-RURAL, 2015.

- Mercado da carne: divide espaço com a feira da verdura no interior do prédio do mercado municipal. Secretário afirma que Tabatinga possui alguns produtores locais de carne, mas que a maior parte da mercadoria vem de fora do município, sobretudo de Apuí.

- Feira da verdura: ocupa grande parte do prédio do mercado municipal (Figura 35). O secretário não informou detalhes sobre a origem destes produtores, o que ressalta a importância de o projeto aplicar formulários rápidos de modo a diagnosticar a origem dos expositores e suas mercadorias. O que foi pronunciado foi a idade e defasagem deste prédio, o que levou a prefeitura prever e planejar a mudança de prédio.

Figura 35 - Mercado municipal, fachada e seu interior



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

• Feira do peixe: realizada em espaço um pouco mais distante que as demais, passando do porto do município, o que se sabe é que grande parte dos expositores são atravessadores, informação essa baseada na entrevista com a liderança da SINDPESCA.

Para os produtores interessados em expor seus produtos, é preciso ser cadastrado junto à secretaria. Nas palavras do secretário, os agricultores que de fato comercializam expondo na feira o fazem de quarta-feira e sábado. Nos demais dias, quem fica nos espaços dos boxes anunciando e vendendo produto são atravessadores. Segundo ele, não há conflitos entre estes dois atores, informação

que precisa ser mais bem investigada e validada pela equipe do projeto por meio de entrevistas com tais integrantes da cadeia de comercialização livre de Tabatinga.

De acordo com o secretário, de maneira geral, a maior dificuldade se resume à organização destes produtores em grupos formais como associações; os empecilhos têm fundamento em face ao caráter individualizado da maioria dos agricultores, diferentemente como a secretaria visualiza as áreas indígenas, onde a organização do trabalho se dá com práticas coletivizadas. A secretaria se diz incentivar os mutirões, áreas de cultivo comunitário, ajuris, mas sente dificuldades quanto à adesão.

8.3.8 Municípios de Manaus e Entorno

Na região de Manaus e Entorno foram visitadas comunidades rurais que vivem principalmente da agricultura familiar. A primeira visita ocorreu na comunidade Uberê, situada Estrada do Brasileirinho Ramal 8, tendo como referência o denominado balneário do Clóvis. A comunidade surgiu a partir do Projeto de Assentamento Água Branca do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA está centralizada entre o igarapé Paraná Uberê e braço do igarapé do Uberê, localidade essa com 37 assentamentos, sendo que em alguns desses possui mais de uma família assentada.

No Uberê, pode ser encontrada a Associação de Agricultores e Agricultoras da Comunidade Uberê Projeto Assentamento Água Branca, fundada em 09 de maio de 1994 e que conta com cinquenta e três agricultores associados. Das famílias que ali residem, somente três são credenciadas como agricultores orgânicos, e outros estão em processo com Associação de Produtores Orgânicos do Amazonas – APOAM e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

A principal igreja na comunidade é a Católica Sagrada Família, a qual realiza o festejo Sagrada Família nos dias 19 e 20 de julho, com a participação de aproximadamente cem pessoas. No entanto, os comunitários participam de outras religiões fora da comunidade como adventistas e evangélicos.

Na sede da associação acontecem reuniões de produtores no 1º domingo de cada mês. Outra instituição existente é o Museu da Amazônia – MUSA, o qual

fornece acompanhamento e assistência técnica aos produtores, haja vista que os objetivos são produções orgânicas e Sistema Agroflorestal - SAF.

O MUSA é uma instituição de educação, extensão e pesquisa, tendo por finalidade valorizar interações sustentáveis do homem com natureza, atrelando a importância socioeconômica das comunidades, com a implantação de áreas demonstrativas de sistemas de produção orgânica, agroflorestal, meliponicultura, coleta de sementes florestais, produção de mudas agrícolas e florestais, incentivos às fruteiras regionais da Amazônia e outros produtos não-madeireiros, entre outras.

Esta instituição atua na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) aos agricultores do Projeto de Assentamento Água Branca, incentivando ou resgatando o cultivo de Plantas Alimentícias Não-Convencionais (PANCs) pelo Projeto “Saberes e Sabores – uma nova mesa amazônica” e nas práticas agroecológicas em geral. Sua área configura-se como um corredor ecológico situado entre duas reservas de interesse ecológico, a Reserva Florestal Adolpho Ducke e o Lago do Puraquequara, que margeia a área preservada do CIGS - Centro de Instrução de Guerra na Selva do Exército Brasileiro.

Suas instalações possuem alojamentos femininos e masculinos, banheiros femininos e masculinos, lavanderia, cozinha industrial, local que funcionará as aulas com todo suporte técnico, retroprojektor e computador (Figura 36).

Figura 36 - Instalações no Museu da Amazônia – MUSA



Fonte: NUSEC/OSIM, 2015.

Na localidade existem vários balneários inclusive nas proximidades da casa da agricultora Joelma, que aos fins de semana vende alimentação como pato e galinha caipira aos que ali frequentam. As primeiras atividades realizadas com o acompanhamento do Sr. José Rodrigues e Sidney Fogassa, técnico do MUSA, se deu na casa da agricultora Joelma e seu esposo José Soares Antão. Em seguida o Sr. José nos levou até seu plantio, durante o trajeto pode-se ver a presença do Sr. Moura, presidente da APOAM que visitava alguns produtores verificando suas produções no que tange a produção orgânica, assim como o Sr. Márcio Menezes da Rede Maniva de Agroecologia (REMA). Foi mostrado aos extensionistas do OSIM o problema com a plantação de *citrus* que não se desenvolve no local, mesmo com tentativas realizadas há oito anos. Relataram que alguns técnicos sugerem a aplicação de agrotóxicos na cultura, porém a comunidade não o faz por seguir os princípios agroecológicos e ser uma Organização de Controle Social (OCS), ou seja, toda a sua produção (Figura 37), é certificada pelo Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Figura 37 - Visita a agricultores e suas produções



Fonte: NUSEC/OSIM, 2015.

A próxima visita ocorreu na casa do Sr. Pedro Maia, vice-presidente da associação, que se mostrou interessado pela criação de pequenos animais, como caprinos e ovinos. O mesmo reside sozinho no local (Figura 38), pois como não possui uma escola na localidade a mulher e os filhos moram fora da comunidade para poder ter acesso à educação.

Logo após os Residentes visitaram o Sr. Osmar de Lima e Sra. Graça, líder religiosa da Igreja Católica Sagrada Família, os mesmos possuem credenciamento do MAPA como produtores de agricultura orgânica, hortaliças convencionais, não convencionais e plantas medicinais, bem como criação de galinhas no sistema semi- extensivo.

Figura 38 - Visita as propriedades rurais



Fonte: NUSEC/OSIM, 2015.

Os extensionistas do projeto OSIM, com o apoio técnico do MUSA, iniciaram as atividades com apresentação do projeto e aplicação do diagrama de Venn. Na reunião foram explanados suas metas, objetivos e atividades realizadas, bem como seu funcionamento (Figura 39). Durante a explanação o Sr. José Rodrigues pediu a palavra e de forma objetiva relatou os agricultores que receberam benefícios do Programa Agroecológico Integrado Social – PAIS, e também dos que estão na lista de espera para serem contemplados, nas linhas de agricultura, fruticultura, sistema de galinheiros ao redor de leiras, tanques de peixes, etc. O objetivo do relato era para que os Residentes tivessem a par das lutas buscadas pela comunidade. Após a reunião alguns comunitários assinaram o termo de cessão para que a comunidade seja contemplada com o projeto. Posteriormente aplicou-se o formulário focal com várias pessoas que ali se encontravam, o qual possibilitou um maior quantitativo de informações.

Figura 39 - Reunião com os produtores



Fonte: NUSEC/OSIM, 2015.

Por conseguinte, as atividades se concentraram na comunidade do Brasileirinho, cujo acesso é por meio da estrada do mesmo nome. A comunidade está localizada entre o bairro João Paulo e o rio Puraquequara, com uma população de 3.500 famílias, porém somente 93 pessoas são associadas.

No Brasileirinho, os extensionistas foram recebidos pela presidente da associação Sra. Maria Auxiliadora, onde foram relatadas as dificuldades encontradas pelos agricultores, principalmente do ramal 11 em que as terras se encontram em processo judicial o que dificulta financiamentos e investimentos nas propriedades.

Dentre outras dificuldades os produtores informaram a falta de técnicos especializados do Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM. Em seguida mostrou suas plantações, ressaltando não saber sobre espaçamentos ou normas básicas de plantio, cultiva suas culturas conforme o saber que possui (Figura 40).

Figura 40 - Visita à área produtiva de um agricultor



Fonte: NUSEC/OSIM, 2015.

Os problemas relacionados a fertilidade do solo são visíveis, uma vez que, algumas culturas como o tomate e graviola apresentam deficiência e suscetibilidade a doenças e ataques de pragas. Os cultivos de hortaliças são complementados com plantio a frutíferas e mandioca. O mesmo relatou que não utiliza qualquer defensivo químico, pois se alimenta desses produtos.

A criação de animais de pequeno porte como galinha e patos complementam a alimentação bem como contribui na renda familiar com a comercialização junto a empresas do Distrito Industrial (Figura 41).

Visitou-se também, a propriedade do presidente da associação, o qual trabalha de forma diversificada, com o cultivo de plantas medicinais, ornamentais, frutíferas, agricultura, criação de galinhas, criação de abelhas, tanto Jandaíra (*Melipona subnitida* duke) quanto Jupurá (*Melipona compressipes* manaosensis).

Figura 41 - Visita a produção agrícola e atividades de meliponicultura



Fonte: NUSEC/OSIM, 2015.

Na comunidade existem organizações formais e informais. Ressaltando as organizações formais, como a Igreja Católica São Francisco e aproximadamente dez evangélicas, sendo em sua maioria, da denominação religiosa Assembleia de Deus. Possui posto de saúde, mas somente para atendimentos referentes a malária. Pode-se constatar também a presença da Escola Municipal Emanuel Rebelo da Cunha. Além dessas, destacam-se ainda dois estaleiros, mini fábrica de gelo, matadouro Frigo Itália e Amazonboi e subestação Manaus Energia.

Na primeira visita, no início de agosto, realizou-se uma reunião de planejamento (Figura 42) das atividades previstas no Projeto de Assentamento Tarumã-Mirim (PA Tarumã Mirim) com os comunitários associados da Associação Agrocomunitária dos Moradores do Ramal do Pau Rosa (ASAMOR). A visita seguinte teve o intuito de apresentar o projeto Fortalecimento da organização social e potenciais mercados (OSIM) aos comunitários, ressaltando o a importância do mesmo para o desenvolvimento do setor primário no estado, fazer o levantamento

do diagnóstico socioeconômico dos comunitários da associação ASAMOR e realizar uma oficina de artesanato.

Figura 42 - Reunião de planejamento no PA Tarumã-Mirim



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

O levantamento de dados socioeconômicos foi realizado, inicialmente, junto aos participantes da oficina de artesanato com corte e costura ofertado na comunidade. Participaram da oficina 18 pessoas, sendo 17 mulheres e um homem, e, portanto, a equipe coletou dados em 18 formulários socioeconômicos. A oficina teve o intuito de contribuir para a inclusão socioeconômica das mulheres desta comunidade, fomentando sua qualificação profissional para a geração de renda.

A faixa etária das participantes, compreendeu entre 18 e 70 anos, onde as pessoas declararam ser agricultoras, estudantes, aposentadas, autônomas e comerciantes, como ocupação principal. O núcleo familiar é composto, em média, por 5 pessoas morando na mesma residência e a principal fonte de renda é a agricultura, seguida dos benefícios de aposentadoria, declarada como sendo de cerca de 1 a 3 salários mínimos. Diante destes rendimentos, percebe-se a importância da possibilidade de fontes complementares à renda.

Quando questionados a respeito do seu conhecimento ou de sua experiência prática com atividades artesanais, três participantes responderam

trabalhar diretamente com artesanato, principalmente enfeites de mesa, puxas-saco e cofres emborrachados. Os principais materiais utilizados na confecção dos produtos são cola, lã, barbantes, tesoura e tinta, estes comprados em Manaus. Quando perguntados se reutilizam algum tipo de material, ou seja, material reciclado, somente uma entrevistada deu resposta afirmativa dizendo que reutiliza garrafas pet, latas e copos descartáveis coletados na comunidade.

A respeito de quais técnicas utilizam, as principais citadas são pintura em tecido, costura, colagem e corte. Apenas uma participante fez curso de artesanato e nenhuma delas é filiada à entidades de classes como, por exemplo, MEI, SETRAB ou registro do SEBRAE. Quando questionados a respeito do custo de produção embutido em cada peça, apenas uma entrevistada soube responder, ainda que com certa incerteza, que gasta uma média de R\$ 20,00. As horas dedicadas ao trabalho variam de 4 a 5 horas e, aparentemente, não são contabilizadas na formação do preço final ao consumidor. Tais dados expressam a necessidade de esclarecimentos e capacitações acerca de questões básicas de planejamento financeiro e formação de preços para projetar a renda advinda do artesanato.

As atividades no Ramal do Pau Rosa foram realizadas em diversas frentes de ação como capacitações, assessoramento técnico e reuniões de organização sociopolítica, todas em parceria com o Núcleo de Estudos em Agroecologia (NEAGRO), outro projeto de pesquisa e extensão do NUSEC, que possibilita por meio das técnicas agroecológica, a formação de multiplicadores da produção agroecológica.

9.0 A construção de um novo espaço coletivo – AGROUFAM

Cabe agora compreender um pouco melhor a racionalidade cooperativa e contextualizá-la no âmbito rural e popular. Esse próximo passo mais teórico nos introduzirá à racionalidade do modelo cooperativo em perspectiva contra-hegemônica a partir das idéias de Luiz Inácio Gaiger em A racionalidade dos formatos produtivos autogestionários ou cooperativos (2006). Os argumentos que acompanham a reflexão de Gaiger são oriundos de uma investigação qualitativa sobre experiências de economia solidária e da produção cooperativa. Intenta-se

contribuir com alguns conceitos e categorias que caracterizam a racionalidade da produção que está baseada no trabalho comunitário, na reciprocidade econômica e social e na minimização dos interesses individuais em vista dos interesses coletivos.

Antes de avançar a reflexão com os argumentos de Gaiger (2006), antes se recorrerá à Boaventura de Souza Santos (2002) para se estabelecer importantes marcos históricos quanto ao pensamento e a prática cooperativistas.

Boaventura Souza Santos descreve, em breves linhas, o começo da prática cooperativa que terá seu lugar na Inglaterra na segunda década do século XIX. O que provocará o surgimento das cooperativas inglesas é a situação de pobreza e miséria que camponeses e pequenos produtores rurais convertidos em recém operários irão encontrar-se diante do trabalho fabril que não irá suprir as demandas sociais e econômicas de cada trabalhador.

[...] as primeiras cooperativas surgiram por volta de 1826, na Inglaterra, como reação à pauperização provocada pela conversão maciça de camponeses e pequenos produtores em trabalhadores das fábricas pioneiras do capitalismo industrial. Foi também na Inglaterra que surgiram as cooperativas que passariam a ser o modelo do cooperativismo contemporâneo – as cooperativas de consumidores de Rochdale, fundadas a partir de 1844, e cujo objetivo inicial foi a oposição à miséria causada pelos baixos salários e pelas condições de trabalho desumanas, por intermédio da procura coletiva de bens de consumo baratos e de boa qualidade para vender aos trabalhadores [...] (SANTOS, 2002, p. 33).

Na França, o cooperativismo surge da iniciativa de operários que reivindicavam melhores condições de trabalho nas fábricas e viram na fundação das cooperativas uma resposta para combater as más condições de trabalho a que eram expostos:

[...] As primeiras cooperativas de trabalhadores que foram fundadas na França, por volta de 1823, por operários que, depois de organizarem uma série de protestos contra as condições de trabalho desumanas nas fábricas em que trabalhavam, decidiram fundar e administrar coletivamente as suas próprias fábricas (BIRCHAL, In: SANTOS, 2002, p. 33).

Essas práticas foram influenciadas por teorias hoje consideradas como pioneiras do pensamento cooperativo. Na Inglaterra destaca-se a contribuição de Robert Owen e ao longo do século XX de Harold Laski, R. Tawney e C. Cole (SANTOS, 2002). Já na França destaque para as ideias associativistas de Charles

Fourier e de Pierre Proudhon (SANTOS, 2002).

Após esse breve histórico cabe expor as características que definem a produção cooperativa ou, *solidária* como expressa Gaiger:

Essas iniciativas, designadas de *solidárias*, assumem em dose variável um caráter coletivo na gestão, na posse dos meios de produção e no processo de trabalho minimizando a presença de relações assalariadas e provocando o envolvimento com os problemas da comunidade e com as questões de cidadania (GAIGER, 2006, p. 514).

O formato cooperativo de produção faz repensar a hegemonia dos formatos produtivos de uma gestão baseada nos princípios eminentemente capitalistas. A *cooperação* quando agregada aos valores internos de uma empresa faz repensar a idéia de *capital e trabalho*; as formas de produção e a relação com os trabalhadores. Para cada realidade um traço específico reelaborado sobre valores não-capitalistas:

[...] a indivisão social entre capital e trabalho, peculiar aos empreendimentos de economia solidaria, somada ao acionamento de circuitos relacionados à autogestão e ao trabalho cooperativo, configura-os como formas sociais de produção não-capitalistas, dotadas de fatores de eficiência singulares; [...] essas formas de produção caracterizam-se pela presença de uma racionalidade assente na comunidade de trabalho, fundada em vínculos de reciprocidade, de forte conteúdo simbólico e projetivo, os quais passam a determinar os comportamentos e a diluir as fronteiras entre interesses individuais e coletivos; [...] em face da sorte ordinariamente reservada aos trabalhadores, a experiência socioprodutiva nos empreendimentos de economia solidária propicia novos processos de subjetivação, com sentido emancipatório (GAIGER, 2006, p. 515).

A cooperação uma vez assimilada como valor no empreendimento marca a cadeia produtiva com traços diferenciados de maneira que o trabalho torna-se eficiente não para a obtenção do lucro, mas para evidenciar os valores éticos escolhidos pelos próprios cooperados em vista deles próprios e de seus empreendimentos.

Se o trabalho permanece como a mola mestra dos empreendimentos cooperativos cabe aqui detalhar melhor que espaço ele ocupa, seu significado ou resignificado na cadeia produtiva e as relações sociais que advém dessa nova concepção.

Primeiro, por que manter a categoria *trabalho*? Gaiger nos afirma que [...] o *trabalho é a razão de ser dessas iniciativas, que nascem para garantir uma*

atividade produtiva a seus interesses e protegê-los da desocupação (GAIGER, 2006, p. 519). Assim como Karl Marx percebe, Gaiger concebe o trabalho como fonte de *humanização* dos sujeitos. Entretanto, o sistema capitalista usurpa tal possibilidade com justificativa do lucro produtivo em vista do consumo, logo o trabalho é tornado fonte de alienação histórica para o trabalhador e não espaço de emancipação social.

Manter os postos de trabalho em vista de promover um espaço de *humanização dos sujeitos e emancipação social* para as economias cooperativas é fundamental porque vai ao encontro do seu projeto ético, comunitário e solidário além de empreendedor.

[...] Manter os postos de trabalho passa naturalmente a ser prioridade maior do empreendimento, mesmo ao preço de menores ganhos individuais, por ser ele obra dos trabalhadores, seu meio comum de subsistência, e porque isso significa preservar a capacidade produtiva do grupo [...] (GAIGER, 2006, p. 520).

[...] garantir o trabalho para todos torna necessário e razoável, portanto, objetivamente e subjetivamente lógico, adotar ou preservar certo conjunto de medidas que fundamentam a política de gestão e de desenvolvimento do empreendimento. Em suma, o fator trabalho é um elemento intrínseco que confere características específicas aos empreendimentos (GAIGER, 2006, p. 520).

A produção numa cooperativa, apesar de exigir força de trabalho qualificada e demandar uma acumulação de capital, não é encarada de *cima para baixo*, numa relação assimétrica de patrão *versus* empregado. Ao contrário, os cooperados sentem-se responsáveis pelo que produzem porque sabem o que estão produzindo e para quê, uma vez que os processos de decisão se dão no interior das relações de trabalho no espaço da cooperativa. O resultado é participação de todos e uma produção de maior qualidade:

Ao saberem que o mister de produzir não é “conversa de patrão” e que o ganho de cada um e o futuro de todos dependem do faturamento final, as condutas de absentismo ou negligência ficam limitadas a casos excepcionais, sem demora coibidos (GAIGER, 2006, p. 521).

Logo, o que vemos é o trabalho como um meio não somente de garantir a renda dos sujeitos, mas também a garantia do exercício do compromisso político na luta por causas comuns onde o trabalhador é visto como um sujeito político. O lugar da *fábrica* é aquele do enriquecimento pessoal e social, do respeito à diversidade,

da participação e da democracia.

[...] o trabalho proporciona uma série de satisfações adicionais, além da renda e dos benefícios econômicos indiretos. Em diversos depoimentos, é enaltecida a experiência de ser sócio-trabalhador em pé de igualdade com os demais, ao mesmo tempo em que sócio-proprietário, gestor de negócio, com direito a voz e voto, para definir os rumos do empreendimento. Da mesma forma, é valorizada a vivência do trabalho como algo edificante, como oportunidade de enriquecimento pessoal (GAIGER, 2006, p. 522).

O *peso* institucional que o trabalho representa nas economias capitalistas cede espaço para à *leveza* das relações sociais provocada pela racionalidade cooperativa. Não há a exigência de produzir devido à sobrecarga da concorrência; os trabalhadores não são alvos do *jogo do poder* exercido pelos *patrões* e os trabalhadores não são vistos como extensão da máquina que manipulam *sem alma e sem coração*. Mas o contrário:

[...] participar de um empreendimento associativo e cooperativo significa colocar em prática os princípios da equidade, justiça e democracia; significa contribuir com a sociedade por meio de bens e serviços honestos e idôneos; significa demonstrar a importância do trabalhador e colaborar para o seu reconhecimento social (GAIGER, 2006, p. 522).

Vale ressaltar que estas relações não estão isentas de conflitos que são vistos como necessários, uma vez que no processo participativo, as divergências são necessárias para se escutar a experiência de todos, pois o que importa é a riqueza da diversidade política, econômica e cultural.

Não resta dúvida que a racionalidade cooperativa que ressignifica o trabalho e suas relações nos apontam para uma concepção maior das relações trabalhistas e para valores desprezados pelo capitalismo. O trabalho é visto como reflexo da identidade de um grupo que se organiza em torno de uma atividade em vista de desenvolver seu potencial para a satisfação coletiva e pessoal. Além de ser expressão política emancipatória e desalienante.

As cooperativas estão na contramão da história da economia e da sociedade capitalista. Em tempos passados a *economia* era uma atividade marcadamente coletiva, mas o capitalismo em vista de expandir a produção em larga escala, individualizou o processo produtivo. A divisão social do trabalho

tornou-se um imperativo a mesma estabelece papéis distintos entre trabalhadores e proprietários do capital. Há um fosso entre os direitos e deveres de cada um seguindo como um dos fortes sinais contraditórios do capital.

Nessa fissura do capital as cooperativas passam fazendo prevalecer o valor da equidade nas relações de trabalho em detrimento a individualização dos sujeitos que estão num patamar de oposição, as cooperativas agem [...] no sentido de eliminar a divisão social entre trabalhadores, gestores e proprietários (GAIGER, 2006, p. 524). A ideia é vincular aos trabalhadores e associados o capital gerado com as atividades de produção das cooperativas.

Para isso, é necessário distinguir elementos que demandam da produção e evidenciar o que deve ser considerado a partir da lógica cooperativa:

[...] em primeiro lugar, distinguir e compatibilizar as necessidades de acumulação e de investimento do empreendimento (isto é, do capital), com as necessidades e interesses dos seus associados (isto é, do *trabalho*), que pressionam por ganhos imediatos, via antecipação ou maior divisão das sobras, etc [...] (GAIGER, 2006, p. 525).

[...] Em segundo lugar, canalizar para o empreendimento os ganhos gerados pelos esforços do conjunto de trabalhadores, tornando tais ganhos essencialmente coletivos, e ao mesmo tempo, reconhecer as diferenças entre os aportes individuais fazendo-lhes jus através de contrapartidas proporcionais. Questão do equilíbrio entre ganhos coletivos e os benefícios exclusivamente individuais (GAIGER, 2006, p. 525).

Tais exercícios somente serão equacionados, na medida em que os sujeitos compreendam e assumam a identidade de cooperados onde os vínculos trabalhistas e de produção estão voltados para o coletivo sem isso, [...] *o empreendimento não alcança a viabilidade social que lhe permitiria transpor suas (as) fragilidades econômicas [...]* (NUNES In: GAIGER, 2006, p. 525).

Num mesmo patamar são socializados entre os sujeitos os mecanismos da autogestão no sentido político organizacional da cooperativa (GAIGER, 2006). Aqui significará assumir novas posturas na compreensão ética da vida social e econômica.

A presença de escolhas éticas indica que os trabalhadores associados, ao superarem a divisão entre capital e o trabalho, ingressam não apenas em uma nova etapa de sua vida econômica, mas em uma nova totalidade, marcada por vínculos indissolúveis entre valores, relações econômicas e relações sociais (GAIGER, 2006, p. 525-526).

Na contramão das relações trabalhistas inspiradas pelo capital, as cooperativas propõem [...] *uma nova racionalidade, positivamente desprovida da apropriação privada do excedente* [...] (GAIGER, 2006, p. 528) e ao mesmo tempo uma nova forma de relação trabalhista que supera toda divisão objetiva do trabalho em vista da equidade nas relações sociais.

Revisitando algumas literaturas sobre o cooperativismo vemos reunidos diversos traços que demonstram a eficácia da prática cooperativista. Dentre eles destacamos: 1 ambiente de trabalho participativo e democrático; 2 zelo, compromisso e eficiência dos trabalhadores cooperados; 3 práticas de democracia participativa; 4 confiança mútua e motivação para o trabalho; 5 poder de opinião e decisão da base e na base; 6 consenso entre os cooperados; 7 decisões legitimadas; 8 adesão às estratégias adotadas; 9 circulação do poder; por fim, 10 participação em igualdade de posições.

Fica claro que a eficácia da *práxis* cooperativa dependerá, sobretudo, da assimilação do pensamento e da identidade *coletiva* entre seus cooperados. Sem isso, uma cooperativa reproduzirá apenas o desejo *ideal* de vir a ser um espaço de produção *autogestionário* (GAIGER, 2006).

[...] da natureza coletiva dos processos de decisão emanam orientações intersubjetivas de conteúdo ético, como o preceito de justiça, tão elementar quanto comumente desprezado, segundo o qual, ao produzir determinada riqueza por sua atividade laboral, cada trabalhador é legítimo merecedor de digna recompensa, o que equivale, em outros termos, a eliminar a injusta exploração [...] (GAIGER, 2006, p. 530).

A remuneração dos trabalhadores é outro ponto que compromete a eficácia do agir cooperativo. Nessa nova racionalidade produtiva os critérios de remuneração do trabalhador não estão baseados na demanda da produção no final de um tempo pré-estabelecido. Valoriza-se o tempo de dedicação do cooperado, seu grau de competência e o emprego do conhecimento que é socializado no processo produtivo com os demais. O resultado está no produto que é o *símbolo* dos esforços do trabalhador e é isso que o fará competitivo no mercado junto aos produtos feitos na cadeia produtiva capitalista.

Mais recentemente, tem-se procurado agregar o valor da equidade, tantas vezes destacado aqui, na remuneração dos trabalhadores para se evitar o desnível na repartição dos ganhos. Assim:

[...] A tendência geral [...] é aproximar as faixas de remuneração, em observância do princípio da equidade, sem cair num igualitarismo pleno, que poderia desestimular o esforço e o aprimoramento pessoal (GAIGER, 2006, p. 532).

Como ficaria o aspecto vivencial, o dia-dia dos trabalhadores cooperados nos seus ambientes de trabalho? Como destacaríamos os traços de uma geografia humana presentes no espaço das cooperativas?

De antemão, para muitos cooperados a cooperativa é o lugar onde se expressam os mais diferenciados vínculos: familiares e de amizade caracterizando o trabalho como um [...] *misto de atividade produtiva, convivência familiar e reunião de amigos* [...] (GAIGER, 2006, p. 533). Isso gera comportamentos de estímulo às atividades e de gratificação aos benefícios recebidos não necessariamente financeiros.

Nas cooperativas de maior quociente financeiro verifica-se no interior de sua organização [...] *a existência de práticas de cooperação no trabalho, de reciprocidade e ajuda mútua e de convivência ou mística grupal* [...] (GAIGER, 2006, p. 533). O cuidado aos *colegas* de profissão gera uma maior atenção às atividades desenvolvidas porque a atenção está voltada para aquele que a desempenha.

[...] Essas características formam um todo sinérgico, no qual a entreatajuda, o espírito fraterno e a satisfação, durante e após a atividade propriamente laboral, reforçam-se mutuamente, contribuindo para a obtenção de benefícios e a consolidação do empreendimento (GAIGER, 2006, p. 533).

A geografia humana presente nas *comunidades de trabalho* está pautada sobre valores que vão bem além do retorno financeiro. Aliás, este é encarado como dependente da relação de reciprocidade, equidade e de justiça estabelecida no interior da comunidade. É necessária uma aproximação dos interesses pessoais aos interesses e necessidades coletivas (GAIGER, 2006), para se estabelecer uma reciprocidade entre as demandas de ambos.

É assim que a *fábrica* é tornada uma *comunidade de trabalho*. Com traços peculiares de produção, gestão e empreendimento, uma comunidade de trabalho socializa entre seus trabalhadores o poder de decisão e a gestão do empreendimento (GAIGER, 2006). A ela cabe somente [...] *organizar o processo produtivo, operar as estratégias econômicas e dispor sobre a destinação dos excedentes* (GAIGER, 2006, p. 235).

Na comunidade de trabalho:

As pessoas se reconhecem como integrantes de um coletivo de que são os principais elementos constituintes e para cujo destino concorrem suas decisões e ações, entre elas a forma como acionam a sua capacidade de trabalho (GAIGER, 2006, p. 535).

Em resumo, as principais teorias do cooperativismo, segundo Santos (2002), são:

Como teoria social, o associativismo (cooperativismo) é baseado em dois postulados: [...] a defesa de uma economia de mercado baseada nos princípios não capitalistas de cooperação e mutualidade [...] a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organizações políticas pluralistas e federalistas [...] (SANTOS, 2002, p. 33).

Como (teoria) prática econômica, o cooperativismo inspira-se nos valores de autonomia, democracia participativa, igualdade, equidade [...] (SANTOS, 2002, p. 33).

E os princípios que regem as práticas cooperativistas partindo das teorias citadas:

Vínculo aberto e voluntário [...] o controle democrático por parte dos membros [...] a participação econômica dos membros [...] a autonomia e a independência em relação ao Estado e as outras organizações [...] o compromisso com a educação dos membros da cooperativa [...] a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade [...] (SANTOS, 2002, p. 34).

Assim, uma vez caracterizada a racionalidade cooperativa e sua práxis, como encarar o futuro das práticas autogestionárias de produção? A indagação que se faz é: *será o modelo cooperativo um novo manifesto econômico?* (SANTOS, 2002).

O modelo cooperativo constitui-se um novo manifesto econômico e quando se agrega a ele o caráter rural e popular o “novo” ganha vigor e diferenciação. Vigor

porque se agrega a ele uma história de vidas de pessoas que possui uma relação muito particular com o meio ambiente onde vivem e diferenciação porque essas mesmas pessoas são oriundas de comunidades populares onde a luta sempre uma marca muito forte.

No meio rural o trabalho é a principal fonte de renda. Quando esse trabalho é tornado cooperativo uma série de mudanças estruturais ocorre no interior das unidades produtivas. Os trabalhadores explicitam aquilo que já vivenciam no cotidiano de suas atividades que é a cooperação e a ajuda mútua. Agora elas são os pilares da produtividade. A quota-parte (montante de capital necessário para a constituição inicial da cooperativa) estabelecida é igual para todos os associados.

Para o bom funcionamento de uma cooperativa rural popular é necessário que a diretoria seja eleita entre os associados periodicamente e que as decisões tomadas em assembleia sejam registradas em ata. Ainda deve haver um conselho fiscal e uma comissão de ética, atuantes.

Os associados de uma cooperativa popular devem conhecer os instrumentos de gestão democrática da cooperativa e ter participação ativa nas assembleias. A cooperativa deve dispor de um fundo de investimento que possibilite seu crescimento como empresa, um fundo social que garanta os direitos de seus associados tais como seguridade, descanso remunerado, gratificação natalina e outros benefícios acordados pelos seus membros.

Em uma cooperativa rural popular todo trabalho é desenvolvido pelos associados não havendo contratação de terceiros. A remuneração é proporcional ao trabalho desenvolvido por cada cooperado, respeitando-se o limite máximo do fator de um para três entre a menor e a maior remuneração e as sobras líquidas devem ser divididas de forma eqüitativa. Além dessas características, espera-se que a cooperativa rural popular tenha participação ativa em sua comunidade, contribuindo com ações para sua melhoria. Essas cooperativas nascem em comunidades rurais, quando vizinhos, amigos, familiares se vêm vivenciando de precarização das relações de trabalho no campo. E decidem por se unir em torno de um objeto comum de trabalho.

Ao se depararem com o mercado capitalista essas cooperativas rurais populares enfrentam grandes desafios sejam eles que o próprio mercado impõe, bem como desafios que o próprio trabalhador traz consigo, como: baixa escolaridade, precária qualificação profissional, inexistência de tecnologia adequada, resistência dos trabalhadores rurais para mudanças nas formas de organização do trabalho, imediatismo produtivo, entre outros. Tais desafios quando não enfrentados geram ou aprofundam mais ainda a desigualdade social e econômica no meio rural. Somente a união dos trabalhadores e das trabalhadoras rurais em cooperativas poderá criar novas relações econômicas mais equitativas e solidárias.

As principais limitações e dificuldades da produção enfrentadas pelos empreendimentos econômicos da agricultura familiar são destacadas pela produção em escala insuficiente frente à demanda, e falta de padrão do produto e apresentação (tamanho, cor, textura, embalagem, etc.), o que prejudicam fortemente a inserção no mercado; dificuldades na gestão administrativa do empreendimento; assistência técnica descontinuada e/ou sem profissionais especializados para assessorar o processo produtivo e a comercialização dos produtos; divulgação insuficiente ou inexistente, principalmente para produtos pouco conhecidos pelo público geral; dificuldade de agregar o valor socioambiental ao preço dos produtos; sazonalidade da produção impedindo que se tenha o produto o ano todo, ou obrigando a formação de estoques, o que implica em necessidade de capital de giro e custos para estocagem; dificuldade de acesso ou ausência de tecnologias de produção apropriadas para escala comunitária e preços incompatíveis e mal planejados dificultando a inserção dos produtos nos mercados (ISPN 2012a).

Essas limitações e dificuldades refletem consideravelmente na capacidade de gestão administrativas dos empreendimentos da agricultura familiar na organização dos produtos. Geralmente, esses empreendimentos estão instalados nas comunidades tradicionais localizadas em áreas distantes da sede municipal, levadas ao isolamento em relação aos agentes econômicos interessados nos seus produtos.

Apesar das fragilidades dos empreendimentos da agricultura familiar surgiram diversas experiências de comercialização que contribuíram substantivamente para a geração de renda, além de viabilizarem economicamente os produtos da sociobiodiversidade na ausência de mecanismos eficientes de valorização dos produtos.

Segundo Becker e Léna (2002), as políticas visando o desenvolvimento sustentável da Amazônia estão provocando o surgimento de múltiplos pequenos empreendimentos, ligados às características dos recursos naturais e dos traços culturais locais. Essas políticas apoiam-se no controle do desmatamento e fortalecimento econômico e social dos agricultores familiares, no intuito de difundir uma nova dinâmica econômica no tecido social.

No âmbito governamental, às medidas de apoio aos empreendimentos agroextrativistas encontram-se dispersas em alguns Ministérios (MDA, MMA, MDS, MIN, MDIC e MTE), destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRF) e Plano Amazônia Sustentável (PAS), Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Política Geral de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Plano Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPSB).

Apesar do avanço na criação de políticas públicas e dos programas de apoio aos agricultores familiares, ainda carecem da priorização de políticas para superar condições adversas precedem a comercialização, como as dificuldades ligadas à dispersão dos lugares de produção, à coleta e transporte, ao armazenamento, à obtenção de informações sobre mercados, à organização e manutenção de circuitos comerciais.

Diante deste contexto, verifica-se a necessidade de se desenvolver projetos de apoio a organização social e mercados dos empreendimentos da agricultura familiar envolvendo a implantação de mecanismos sustentáveis de gestão social e comercialização, priorizando a melhoria da renda.

A realização de atividades de apoio a organização social e mercado deve começar com a identificação de empreendimentos formais (associações e cooperativas) e informais (grupos produtivos não formalizados) que enfrentam dificuldades para agregação de valor e/ou acesso aos mercados, sistematizando programas governamentais, espaços e equipamentos públicos de apoio a comercialização dos produtos da agricultura familiar. A partir dos conhecimentos e técnicas já desenvolvidas implementar uma rede de inovação tecnologia para incubação dos empreendimentos da agricultura familiar.

Destaque deste projeto foi o desenvolvimento de conteúdo agroecológico abordados nas formações, favoráveis ao êxito dos negócios, potencializando alternativas econômicas sustentáveis. A agroecologia é de fundamental importância para a agricultura amazônica, pois procura resgatar a complexidade presente nos agroecossistemas tradicionais, incorporando o saber fazer dos agricultores familiares nos processos de formação e assessoria, possibilitando a sustentabilidade dos empreendimentos, das unidades produtivas e conservação dos recursos naturais.

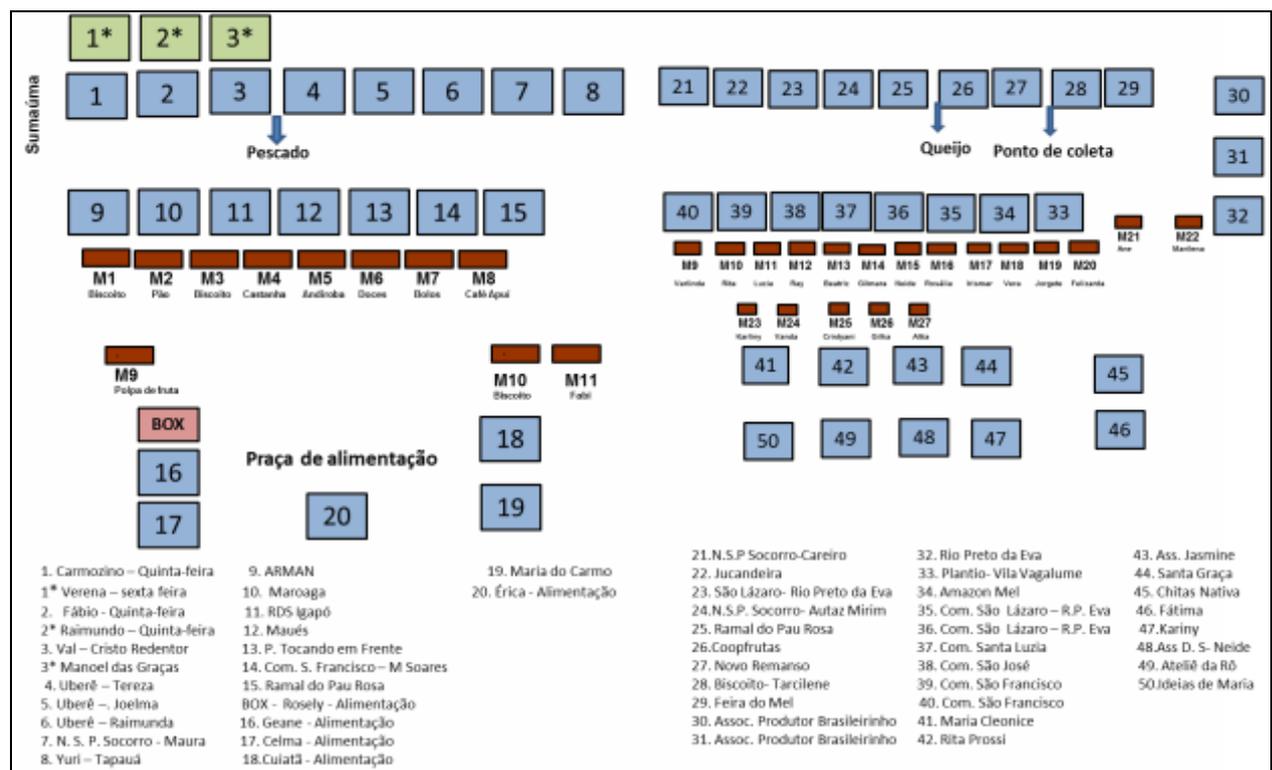
O fio condutor do projeto estava baseado na perspectiva do empoderamento dos agricultores familiares, a incorporação de técnicas que se fazem necessárias a gestão dos empreendimentos que foram implementadas, sobretudo com assessoria dos agentes de transferência tecnológica com conhecimento técnico e reconhecida capacidade de identificar problemas e oportunidades dos empreendimentos da agricultura familiar. Esses profissionais reuniram conhecimento acadêmico e prático que permitiu ações objetivas, articulando informações precisas sobre as áreas de compra governamental, inovação tecnológica, capacitação organizativa e políticas públicas. Exemplo: Programa Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), Programa Nacional de Alimentação Escolar das Prefeituras Municipais e espaços de comercialização.

9.1 Território Produtivo da rede ambiental AGROUFAM

A configuração dos territórios produtivos da rede ambiental AGROUFAM, foi oriunda dos arranjos produtivos locais, identificados no diagnóstico socioeconômicos dos municípios integrantes das ações de extensão do Núcleo de Socioeconomia. Os problemas identificados, detalhados e explicados não se esgotam, assim, as feiras se constituem em espaços não somente para a compreensão do desafio da comercialização da agricultura familiar no Amazonas, mas de várias interações que necessitam serem estudadas.

A implementação da rede ambiental AGROUFAM, apresenta um novo elemento de análise para a compreensão da complexidade das relações estruturais e a dinâmica das forças sociais de um complexo mercado em rede. O elemento é o território (Figura 43).

Figura 43 - Mapeamento e representação territorial da REDE AMBIENTAL AGROUFAM



Fonte: Mônica Suani, Gislayn Sena, 2016.

Tanto que Rhodes & Marsh (1992, p.14) classificam esse tipo de rede como comunidade política (*policy community*) ou comunidade territorial (*territorial community*). A estabilidade, a elevada integração dos sujeitos e dos segmentos

localizados, a interdependência vertical e a alta restrição de membros conectados são as principais características estruturais de uma comunidade política territorial.

E nesse sentido que iniciativas como a AgroUfam são importantes pois tem como horizonte a proposta de mudanças aos dogmas ao paradigma cartesiano para o apoio a “transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agricultura sustentáveis”, (CAPORAL & COSTABEBER, 2000).

Tais princípios são importantes pois, cabe expor que a maioria das hortaliças comercializadas nas feiras de Manaus provem da produção da agricultura familiar, oriunda da microrregião de Manaus- MRM, Pereira, (2012:16). E, em paralelo ao crescimento da capital, verifica-se o aumento do número de feiras para atender a demanda por diversos produtos ofertados nestes espaços, o que por outro lado também exige a preocupação a respeito de sua procedência e qualidade, ou seja revela novos padrões de produção e consumo.

Nessa mesma vertente movimentos alternativos surgem como no caso das feiras de produtos orgânicos, o qual a cidade também é abastecida por esta proposta por algumas poucas feiras como a feira de orgânicos do MAPA e das feiras do CIGs, CASSAM e a AgroUfam, embora nem todos os seus feirantes/produtores produzem com os princípios das práticas agroecológicas, tal fato demonstra a preocupação em fomentar as bases de uma produção agroecológica.

CONCLUSÃO

A importância das Feiras significou a possibilidade de cooperação entre produtores e pesquisadores para a expansão do mercado produtor/consumidor. Realizar uma feira na cidade de Manaus com produtos provenientes da agricultura familiar se tornou um dos focos do projeto OSIM. Para a realização desse novo ideal, foram realizadas as primeiras reuniões na Universidade Federal do Amazonas-UFAM, por meio do Núcleo de Socioeconomia (NUSEC). Estiveram presentes parceiros como a Secretaria de Produção Rural (SEPROR) e Instituto Federal do Amazonas (IFAM), instituições que contribuíram e nortearam a realização da Feira denominada AGROUFAM.

A rede ambiental AGROUFAM e seus territórios produtivos, conseguiu entre outros resultados, o incentivo e valorização de produtos agroecológicos, resgate e conservação da cultura dos produtores rurais, fortalecimento, a médio e longo prazo, da organização sócio-política por meio das capacitações, inclusão social com geração de emprego e renda, trocas de saberes (popular/científico).

Portanto, a noção da rede ambiental AGROUFAM como uma comunidade política territorial, isto é, com a identificação de redes políticas territoriais advém da sua formação que potencializou o desenvolvimento endógeno, pautada nas características e ações dos sujeitos locais.

REFERÊNCIAS

ANTEAG. Autogestão e Economia Solidária - Uma Nova Metodologia. São Paulo, ANTEAG, 2004.

BNDES. Entendendo as microfinanças no contexto brasileiro. Rio de Janeiro, BNDES, 2001.

BOCAYUVA, Pedro C.C. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares/COPPE/UFRJ. In: Redução da pobreza e dinâmicas locais. São Paulo, FGV/Banco Mundial, 2.000, pp. 246-255.

FRAXE, T. J. P. “Cultura cabocla-ribeirinha: mitos, lendas e transculturalidade”. São Paulo: Annablume, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. A Racionalidade dos Formatos Produtivos Auto-gestionários. In: Revista Sociedade e Estado. Brasília, v.21, n.2, p. 513-145, maio/ago 2006.

LEBOUTTE, P., Economia Popular Solidária e Políticas Públicas - A Experiência Pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, EspalhaFato, 2003.

LEFF, Enrique. Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. (Coleção Educação Ambiental)

MASCARENHAS, G.; DOLZANI, MCS. “Feria Livre: Territorialidade popular e cultura na metrópole”, in. Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v. 2, n. 2, agosto/2008, UFG/IESA, 72-87pp.

MOTT, L. “Feiras e Mercados: pistas para a pesquisa de campo”. In: Ferretti, Sérgio (org.), “Reeducando o olhar – estudo sobre feiras e mercados”. São Luiz: Editora UFMA; PROIN(CS), 2000.

PEREIRA, M. S.; NASCIMENTO, L.R.C. “O Escoamento da Produção Agrícola: A Microregião de Manaus e as Estratégias dos Produtores para Superar Entraves”. Manaus, Editora Valer, 2012.

SANTOS, B. Souza (Org). Produzir Para Viver: Os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Coleção Reinventar a emancipação social para novos manifestos Vol. 2)

_____. Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção Reinventar a emancipação social para novos manifestos Vol. 1)

_____. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006. (Coleção Para um novo senso comum Vol. 4)

_____. As vozes do mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

(Coleção Reinventar a emancipação social para novos manifestos Vol. 6)

RHODES, R.A.W.; MARSH, D. 'Policy Network in British Politics,' in Marsh and Rhodes (eds.). 1992a. 1-26.

SINGER, Paul e SOUZA, André R. (org.) A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

TEDESCO, João Carlos. O futuro do passado: comércio em feiras, vida rural e tradições culturais. Alguns apontamentos. In: ZANINI, Maria Catarina C. (Org.). *Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 67-91.

WITKOSKI, A. C. Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

WITKOSKI, A.C. Territórios e Territorialidades na Amazônia: formas de sociabilidade e participação política. Manaus: Editora Valer, 2014. 324p.

ZANINI, Maria Catarina C.; SANTOS, Miriam de Oliveira. Políticas públicas e trabalho familiar na agricultura do Sul do Brasil. In: ZANINI, Maria Catarina C. (Org.). *Mercados, campesinato e cidades: abordagens possíveis*. São Leopoldo: Oikos, 2015, p. 123-139.

CAPÍTULO 3: A PARTICIPAÇÃO AMBIENTAL TRADUZINDO AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA REDE AMBIENTAL AGROUFAM

INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma análise sobre o tecido social das organizações sociais que integram a rede ambiental AGROUFAM. Inicialmente, faz-se uma análise da participação no contexto das mudanças sociais e em seguida uma análise mais detalhada das organizações sociais constituintes, compreendendo a participação ambiental como potencializadora para liderar processos de desenvolvimento local sustentável. Assim, do macro para o micro uma visão global e complementar traduz as organizações sociais, toma forma e auxilia na tomada de decisão tática e estratégica da rede ambiental AGROUFAM.

A partir de meados dos anos 1980, a sociedade brasileira tornou-se o lócus de uma intensa efervescência política e social, cujo marco inicial é a restauração da democracia, a realização de eleições diretas e a promulgação da Constituição da Nova República, em 1988.

O mundo rural está igualmente, envolvido nesse ambiente de mudanças significativas, dentre as quais, destacam-se: (a) o revigoramento dos movimentos sociais rurais, o que inclui a consolidação do movimento sindical, sob a liderança da CONTAG, e a fundação do MST, que se constituem como portadores de um projeto alternativo de desenvolvimento rural; (b) a renovação dos quadros da burocracia estatal em diversos níveis e instâncias, novos rumos às políticas para a agricultura e o meio rural; (c) a multiplicação de associações e organizações rurais voltadas para uma grande diversidade de temas específicos; (d) a consolidação de inúmeros centros de pesquisa dedicados a produzir novas compreensões sobre o mundo rural contemporâneo; (e) a consolidação de programas de cooperação internacional em desenvolvimento agrícola, com importante contribuição da FAO, IICA, CIRAD, GTZ, entre outros (CAVALCANTI *et al*, 2014, p. 40).

Essas mudanças se expressam no aprofundamento da reflexão crítica sobre o modelo dominante da modernização da agricultura e suas interfaces com a concentração fundiária, exclusão social e degradação ambiental. Paralelamente, a confluência desse conjunto de fatores produziu novas concepções de desenvolvimento rural, ancoradas na formulação de políticas voltadas à reforma agrária, ao combate à pobreza, ao reconhecimento das comunidades tradicionais e ao fortalecimento da agricultura familiar.

A estratégia de desenvolvimento territorial brasileira buscou lançar novas dinâmicas que estimulassem a formulação e descentralização de projetos e políticas públicas. Estas estratégias buscavam apontar novas formas de conceber políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável. E um dos eixos transversais dessa discussão foi a noção de território e suas múltiplas dimensões, considerando o fato de que o território passou a ser visto não apenas como uma estrutura física, mas como uma unidade político-administrativa que envolveu aspectos como a gestão social e a descentralização de políticas territoriais sustentáveis.

Estas iniciativas políticas partiam do pressuposto de desenvolver novas óticas de análise com relação aos alcances das políticas públicas e sociais existentes entre os diferentes sujeitos envolvidos na gestão territorial. Tratava-se de impedir o avanço da pobreza e da marginalidade por meio de políticas de alcance social, focadas no fortalecimento da cidadania e da democracia.

Para entender as relações complexas que se materializam no ambiente, é utilizado o conceito do *paradigma da complexidade sistêmica*, de Edgar Morin (1996), que obsta a abordagem compartimentada dos fenômenos e propõe a interação da infinidade de sistemas e seus fenômenos constituintes a partir da organização sistêmica. A importância desta teoria se dá pela quebra da dicotomia proposta entre sociedade-ambiente, além de permitir a aproximação dos sujeitos sociais envolvidos no trabalho. Neste sentido, a partir dos objetivos propostos no âmbito dessa pesquisa é que as agricultoras, os agricultores, artesãs e artesão têm a percepção de pertencimento aos processos, ampliando o efeito multiplicador do projeto coletivo a partir do empoderamento destes grupos sociais.

A nossa análise se centra em torno do fortalecimento da rede ambiental AGROUFAM, no espaço público e na abertura da gestão pública à participação da sociedade civil na elaboração de suas políticas públicas; e na sempre complexa e contraditória institucionalização de práticas participativas inovadoras que marcam rupturas com a dinâmica predominante na gestão pública e, especificamente, na gestão ambiental.

Em suma, esta análise deve fornecer uma leitura do tecido socioinstitucional local, especialmente no que diz respeito ao tema da participação ambiental das organizações sociais no ordenamento territorial da rede ambiental AGROUFAM.

1.0 Metodologias participativas

A participação social tornou-se, nos anos 1990, um dos princípios organizativos, aclamado por agências nacionais e internacionais, dos processos de formulação de políticas públicas e de deliberação democrática em escala local. Fomentar a participação dos diferentes sujeitos políticos e criar uma rede que informe, elabore, implemente e avalie as políticas públicas são, hoje, ferramentas essenciais nos discursos de qualquer política pública com enfoque na participação.

A necessidade de atualização dos princípios ético-políticos da democracia, na qual o fortalecimento do tecido associativo potencializa o fortalecimento da democracia no resto das esferas da vida social. Segundo Putnam (1994), as práticas sociais que constroem cidadania representam a possibilidade de constituir-se num espaço privilegiado para cultivar a responsabilidade pessoal, a obrigação mútua e a cooperação voluntária.

Seja no ambiente urbano ou rural, o que temos são pessoas que, embora vivam em situações distintas, devem ter em foco que o desenvolvimento sustentável social, ambiental e econômico é o ponto de partida para transformações benéficas à sociedade. A relação entre as desigualdades e a pobreza exige ações diferenciadas e orientadas para o futuro. Certamente estas ações devem levar em consideração alternativas inovadoras de desenvolvimento, passando por soluções participativas.

2.0 Desenvolvimento rural

A suscetível preocupação com projetos políticos de desenvolvimento no plano regional e nacional trouxe, ao longo de um processo histórico, uma reflexão acerca de modelos que possibilitassem crescimento econômico e desenvolvimento social sob a prerrogativa da articulação entre desenvolvimento de tecnologias adequadas, modos de produção, apropriação e gestão dos recursos naturais. Partindo desse pressuposto, a ideia de desenvolvimento sempre acarretou em si um processo de priorização das questões econômicas que de início ocupavam lugar central nos objetivos dos modelos políticos vigentes, viabilizando desenvolvimento pela perspectiva da rentabilidade (LEFF, 2000), descaracterizando a legitimidade e o reconhecimento políticos dos grupos sociais afetados diretamente.

Ao longo deste processo tem-se verificado que a incompatibilidade teórica e prática de modelos desenvolvimentistas baseados em possibilidades de uso dos recursos naturais e inovação de tecnologias que se adéquam à lógica de produção para o mercado, trouxe para o cenário regional, inúmeros problemas, que foram gerados pela irracionalidade do modelo de apropriação de recursos naturais. Assim, esse modelo se tornou hegemônico e diante da possibilidade de um debate no cenário internacional sobre a crise ou escassez dos recursos primários, emergiu a discussão sobre a própria capacidade de desenvolvimento e as estratégias de organização política frente à autonomia das comunidades na região amazônica, no que diz respeito à gestão dos recursos, incorporando a ideia da *sustentabilidade local*.

Refletindo sobre a preocupação com as novas estratégias que potencializam a apropriação dos recursos naturais objetivando incorporar uma nova racionalidade, emergiram propostas que articulam a capacidade de produção e desenvolvimento em correlação com a criação de mercados locais aliados ao crescente fortalecimento da organização social de moradores rurais da região amazônica.

Desta forma, tornou-se imprescindível viabilizar projetos que não só venham possibilitar o desenvolvimento econômico, mas que apresentem propostas e alternativas de legitimidade e autonomia política para as comunidades rurais do Amazonas, respeitando as relações e interações sociais presentes na localidade e proporcionando o fortalecimento das organizações sociopolíticas e institucionais, alinhando desenvolvimento e sustentabilidade ambiental.

Sabemos que em toda a região Amazônica, a organização social nas comunidades rurais dá-se de forma tradicional. Concretiza-se por meio da atuação de diversas instituições e se expressa por meios de sociabilidades que podem ser exemplificadas pelas festas religiosas e ainda pela formação de associações. Observa-se que as comunidades buscam a organização social por meio dessas instituições para promoverem o desenvolvimento local. Contudo, há certa dificuldade destas comunidades rurais em ampliarem suas redes de relações externas no que tange a diversificação produtiva, o acesso a novos mercados, a autonomia e a auto sustentabilidade.

Na década de 90, a abordagem ampliou-se ainda mais, passando a ser focalizada na capacidade tanto do estado quanto da iniciativa privada e da sociedade civil como sujeitos do desenvolvimento. Passou a ser crescentemente enfatizada a natureza democrática da governança, abrangendo os mecanismos de participação, de formação de consensos e de envolvimento da sociedade civil no processo do desenvolvimento.

Passou a ser reconhecido o papel desempenhado pelas organizações não governamentais, sendo reavaliado o papel desempenhado pelas instituições existentes, e passando a ser admitida a necessidade de se desenvolverem novas instituições, mecanismos e processos que desempenhassem funções necessárias para viabilizar essa nova concepção do desenvolvimento.

3.0 A formação de sujeitos sociais para a emancipação social (a construção do conhecimento agroecológico)

A AGROUFAM - Feira da Produção Familiar (Figura 44) é uma atividade promotora de sustentabilidade das comunidades rurais, é um espaço de

comercialização e valorização de produtos regionais provenientes da agricultura familiar amazonense, privilegiando produtores que se orientam por práticas e produção agroecológicas, especialmente aqueles produzidos em base solidária e sustentável e de inclusão social. Embora nem todos os produtores/feirantes produzam com bases agroecológicas.

Atualmente, a Feira foi institucionalizada por meio do projeto de extensão chamado “AGROUFAM: Feira da Produção Familiar”, que conta com uma bolsista fixa e diversos colaboradores. O projeto é ligado à pró-reitoria de extensão (PROEXT) e possui vigência, inicialmente, de um ano. Este fato corrobora com a força que a Feira possui hoje, iniciada com o projeto Pro-Rural e sem data de conclusão, tamanho esforço e comprometimento envolvido na construção física e simbólica da Feira no espaço da UFAM.

É realizada em Manaus no início do mês na Universidade Federal do Amazonas- UFAM participam aproximadamente 100 feirantes que se incluem produtores rurais, artesãos e feirantes que vendem iguarias e pratos regionais. Dentre os grupos organizacionais que compõem a feira, dezessete (17) são associações e três (03) são cooperativas, estes grupos atualmente compõem a AGROUFAM.

A prioridade é oferecer espaço para produtores da agricultura familiar, de preferência aos que seguem os desígnios da agroecologia. Contudo, não exclui os que ainda não produzem com esses princípios, pois ao não excluí-los, busca oferecer um intercâmbio com os produtores agroecológicos como forma de construção de aprendizagem que inclui produtores agroecológicos, convencionais e consumidores.

As parceiras que possibilitaram a AGROUFAM são provindas por meio dos projetos de extensão universitária PRO-RURAL, realizado pela sua linha Finalística OSIM, e do Parque Científico Tecnológico – PCTIs, Secretaria de Estado da Produção Rural do Estado do Amazonas-SEPROR, Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas-FAPEAM e Secretaria Municipal de Abastecimento de Manaus-SEMPAB e colaboradores que ao longo do tempo se integraram como alunos, professores e terceirizados.

A AGROUFAM busca mobilizar a população manauara, especialmente a comunidade acadêmica da UFAM, a conhecer e adquirir produtos oriundos da Agricultura Familiar de comunidades rurais amazônicas. Ela abrange cerca de 10 municípios do Amazonas como: Anori, Autazes, Careiro da Várzea, Careiro Castanho, Iranduba, Manaus, Maués, Rio Preto da Eva, Presidente Figueiredo. Ressalta-se a presença da etnia Apurinã, organizada na aldeia São Francisco.

A proposta é socializar estes princípios aos produtores rurais e, paulatinamente, garantir que esta feira se torne uma feira unicamente de base Agroecológica e/ou Orgânica.

Todos os meses são aplicados na AGROUFAM um formulário de comercialização de produtos e complementa-se por questões sobre o manejo da produção, como modo de conhecimento sobre as práticas de produção agroecológica e convencional.

Figura 44 - Feira AGROUFAM realizada em Manaus, na UFAM



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2016.

Para a realização e execução das atividades de fortalecimento da organização social dos participantes da AGROUFAM, foram definidas ações visando possibilitar a formação de multiplicadores e troca de conhecimento e saberes. Desta forma o projeto Centro de Agroecologia buscou trabalhar com a participação comunitária nas discussões realizadas por meio de reuniões mensais,

visando uma construção dialógica com debate de ideias entre os participantes, por meio da ecologia de saberes.

Além disso, a troca de conhecimentos em um espaço de interação social comunicativa tem por objetivo aumentar a participação por parte dos sujeitos sociais na construção de um processo de organização social da AGROUFAM. As reuniões mensais tornaram-se espaço para avaliar e planejar a AGROUFAM e gerar demandas de capacitação para os participantes. Nesse sentido, ocorreram oficinas de capacitação como: Associativismo, Cooperativismo, Formação de lideranças e palestra sobre o PRONAF e boas práticas de manipulação e venda de alimentos.

No advento da primeira edição da AGROUFAM, em janeiro de 2014, foi realizada uma oficina temática sobre o cultivo de hortaliças em pequenos espaços, ministrada na própria UFAM.

As atividades referentes à produção de hortas individuais por meio de técnicas agroecológicas surgiram com o objetivo de minimizar os impactos causados pelas cheias do rio Solimões nas comunidades rurais ribeirinhas. Assim, optou-se pelo reaproveitamento de embalagens de leite longa vida e de sucos, doados e coletados por servidores e estudantes da Universidade Federal do Amazonas. Este projeto tem como meta principal incentivar e proporcionar o cultivo de hortaliças e plantas medicinais em pequenos espaços localizados em áreas rurais (afetadas pelas cheias) e em áreas urbanas (pequenas moradias e apartamentos).

Durante esta oficina, os palestrantes tiveram a oportunidade de apresentar aulas teóricas e práticas sobre o tema (Figura 45). Primeiramente, fez-se uma abordagem sobre a importância nutricional das hortaliças como fontes de vitaminas e minerais, o modo de cultivos na região e também sobre o uso e benefícios das plantas medicinais, e informações sobre as técnicas de plantio e manejo em sistemas de plantio orgânico.

A produção de hortaliças tem destacada importância como atividade econômica, pois tem a capacidade de fixar o homem no campo, uma vez que gera, por hectare, de 3 a 6 empregos diretos e o mesmo número de indiretos, e servir como um meio de subsistência, o que por sua vez pode garantir a sustentabilidade e

promover o desenvolvimento local (FAULIN e AZEVEDO, 2003).

Atualmente com a intensificação de debates e pesquisas sobre a agricultura orgânica, embasada no desenvolvimento sustentável, devido à degradação e poluição ambiental, além do resgate do conhecimento tradicional, os pequenos e grandes agricultores tem procurado alternativas agrícolas, de baixo impacto ao meio ambiente, que contribuam para a qualidade de vida e geração de renda para as unidades produtivas.

Figura 45 - Oficina “Cultivo de hortaliças em pequenos espaços”



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2014.

Em outro momento da oficina, partiu-se para as atividades práticas, as quais foram executadas as seguintes ações: preparo da matéria orgânica (substrato) para a semeadura das sementes e mudas; preparo e confecção das embalagens (de leite longa vida e suco) para o preenchimento do substrato; semeadura das sementes de hortaliças e transplântio das mudas para as caixinhas; durante este procedimento foi explicado como as plantas devem mantidas e cultivadas e o tempo de produção destas (Figura 46).

Figura 46 - Hortaliças prontas para o transplântio, demonstradas na oficina



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2014.

O cultivo de hortaliças aproveitando-se pequenos espaços apresentam as seguintes vantagens: facilidade no transporte, irrigação e tratamentos culturais destas; a possibilidade de se cultivar uma diversidade de espécies em um mesmo local; otimização do tempo e uso de materiais recicláveis; colheita das plantas frescas e saudáveis, conhecendo-se a procedência destas; redução dos gastos com a compra de hortaliças em supermercados.

Algumas pessoas têm buscado a cada dia ter mais conhecimento sobre a origem dos produtos que consomem, da matéria-prima para a construção de sua casa ao alimento do dia-a-dia. Esta busca está relacionada ao aumento do conhecimento da sociedade sobre assuntos como qualidade de vida e a própria sustentabilidade. Em contraponto, a produção de resíduos não pára, juntamente com o desenvolvimento industrial e urbano (TESSARI & SANTOS, 2012).

Para Tessari e Santos (2012) o cultivo de hortaliças, como atividade integrada ao dia-a-dia, é uma forma de alcançar o bem-estar em meio à agitada vida urbana. Esta prática é refletida no estilo de vida de quem a pratica, afetando também o comportamento humano, vida em sociedade e relacionamento com o meio ambiente. Assim, mesmo aqueles que moram em apartamentos e se vêem em condições de espaço limitados, não se privam do prazer que alimentos orgânicos e frescos podem lhes proporcionar e têm cultivado suas próprias hortaliças onde

vivem, ainda que não aconteça da forma mais adequada.

Neste trabalho são desenvolvidos vários tipos de ocupação de espaços para cultivos (Figura 47). Os espaços ocupados podem ser varandas, sacadas, balcões, as hortas podem ficar sobre o chão ou suspensas.

Figura 47 - O cultivo de hortaliças em diferentes locais e espaços



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2014.

Segundo Menucci (2010, apud MARSON, 2010, p. 63), “as pessoas precisam resgatar o ato de cozinhar, de cultivar uma pequena horta, de viver o

prazer e a alquimia de preparar o próprio alimento.” A exploração do prazer e bem-estar na prática de atividades em contato com a natureza, como o cultivo de plantas em áreas residenciais, tem proporcionado a abertura de um novo nicho de consumidores que almeja a melhor qualidade de vida e para isso preocupa-se com os alimentos que consome, desde sua origem. Lewis (1996), afirma que mesmo utilizando vasos em pequenos espaços, como os apartamentos, é possível cultivar plantas de diferentes espécies, entre elas as hortaliças. Basta ajustá-las às condições que o local apresenta. Além disso, Clemente e Haber (2012), por exemplo, afirmam que se considerando o crescente interesse das pessoas em consumir alimentos frescos e saudáveis, o cultivo de hortas no ambiente doméstico torna-se uma boa opção para quem possui locais ociosos e está interessado em produzir hortaliças para consumo próprio.

A oficina foi finalizada adotando como exemplo simbólico as hortaliças e medicinais comercializadas naquela edição da AGROUFAM. Na feira, esta alternativa de cultivo de hortaliças e plantas medicinais são expostas e comercializadas mensalmente (Figura 48).

Figura 48 - Exposição da AGROUFAM, edição jan/2014





A) Exposição de plantas medicinais; B) hortaliças; C) e D) ornamentais. Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2014.

No período em que o evento é realizado, os feirantes recebem orientações técnicas sobre o manejo das plantas em pequenos espaços, além de serem orientados a cultivarem sob os princípios da Agroecologia. Ainda durante a visita ao stand, são informados que as hortaliças são essenciais para o consumo diário, por pertencerem ao grupo de alimentos conhecidos como reguladores ou protetores. Estes são ricos em vitaminas, sais minerais e fibras, importantes para regular as funções do corpo e protegê-lo contra vários tipos de doenças. Pela sua importância nutricional, as hortaliças são indispensáveis na alimentação diária, as quais devem se constituir de 4 a 5 porções por dia, de forma variada, para o funcionamento saudável do organismo. No Quadro 18, encontram-se as hortaliças que foram observadas em processo de comercialização na AGROUFAM.

Quadro 18 - Hortaliças comercializadas na Feira

Nome popular	Nome científico
Alface	<i>Lactuca sativa</i>
Salsinha	<i>Petroselinum sativum</i>
Rúcula	<i>Eruca sativa</i>
Couve	<i>Brassica oleracea var. acephala</i>
Tomate	<i>Lycopersicon esculentum</i>
Pimentão	<i>Capsicum annum</i>
Pimenta Malagueta	<i>C. frutescens</i>
Agrião da Terra	<i>Barbarea verna</i>
Coentro	<i>Coriandrum sativum L.</i>
Cebolinha	<i>Allium fistulosum</i>
Bertalha	<i>Basella alba L.</i>

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Em menos de 1 (um) ano de experiência, foi criada uma associação sob a qual os seus feirantes se organizam, a Associação dos Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas (APROARTES). Participam da feira cerca de 130 agricultores e artesãos vindos de comunidades rurais dos municípios de Anorí, Anamá, Autazes, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Caapiranga, Iranduba, Manacapuru, Manaus (incluindo área rural), Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Tapauá e Urucurituba. Estima-se em 270 a quantidade de visitantes e consumidores por dia de feira, totalizando 540 pessoas por mês (NUSEC, 2015).

Após os encaminhamentos da primeira reunião para formalizar tal atividade, deu-se início a organização da feira pela equipe OSIM, que se dividiu em comissões de logística, contato, secretariado e comunicação. Cada grupo desses buscou atender as demandas a partir de distribuição de cartas-convite, elaboração de material de divulgação como folder, cartazes, panfletos, além de entrevistas em programa de televisão e rádio. Além disso, atuaram na montagem das barracas e organização do espaço da Feira dentro da UFAM e assessoria técnica à APROARTES (Associação dos Produtores e Artesãos) com vistas a fortalecer esta instituição e torná-la independente. A AGROUFAM espera ser, assim, um palco de experiências de sucesso e exemplo de possibilidades futuras para a promoção de organizações sociais em prol de interesses coletivos para a melhoria na qualidade de vida.

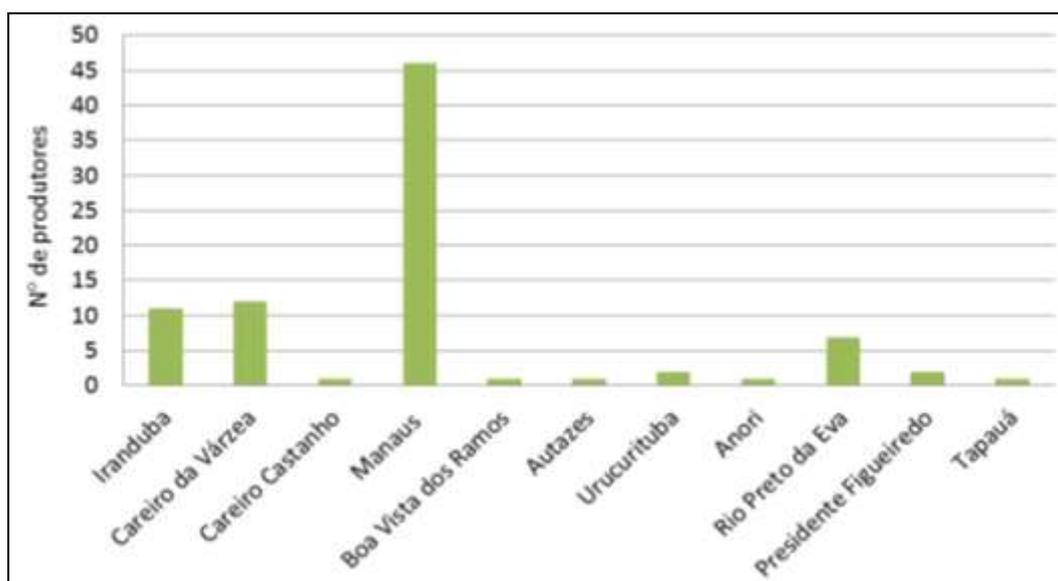
A primeira edição da AGROUFAM ocorreu em janeiro de 2014. Seu evento oficial de abertura teve a presença da Magnífica Reitora Márcia Perales Mendes Silva e do diretor da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), local que sedia a feira, Prof. Dr. Neliton Marques da Silva, além da coordenação da equipe do projeto OSIM. Eles destacaram a importância do projeto uma vez que este estreita os laços da Universidade junto às comunidades do interior do Amazonas por meio do tripé ensino-pesquisa-extensão. Da mesma forma é um convite à comunidade e população manauara em geral a visitar a UFAM e se tornar não um consumidor comum, mas um consumidor agroecológico.

A AGROUFAM é um espaço de comercialização e valorização de produtos

regionais provenientes da agricultura familiar amazonense, privilegiando produtores que se orientam por práticas e produção agroecológicas, especialmente aqueles produzidos em base solidária e sustentável e de inclusão social. Embora nem todos os produtores/feirantes produzam sob os desígnios das práticas agroecológicas, a proposta que se persegue é difundir as práticas agroecológicas para estes produtores rurais (e também apreender suas técnicas) e, paulatinamente, garantir que esta feira se torne uma feira unicamente Agroecológica e/ou Orgânica. Um dos objetivos da equipe OSIM/Residência Agrária é incentivar a produção regional compromissada com as práticas agroecológicas. A missão da AGROUFAM é o desenvolvimento rural sustentável articulado a extensão universitária, inovação tecnológica, inclusão social, diversificação da renda da agricultura familiar, fomento em ações agroecológicas, sustentabilidade socioambiental, nutrição e segurança alimentar.

Desde esta sua primeira edição, a AGROUFAM ocorre mensalmente nas primeiras quinta e sexta-feira (excetuando-se os feriados). Já são 15 edições que possibilitaram a participação de cerca de 130 expositores. Atualmente, a feira conta com 87 produtores cadastrados que, apesar das dificuldades de logística (incluindo a sazonalidade dos rios), compõem a feira mensalmente disponibilizando diversos produtos oriundos de várias comunidades amazônicas. Os expositores participantes são oriundos de alguns municípios e áreas rurais pertencentes à Região Metropolitana de Manaus – RMM e seu entorno, como ilustra a figura 49 Ressalta-se a presença da etnia Apurinã, organizada na aldeia São Francisco, representando o município de Tapauá.

Figura 49 - Municípios de origem dos produtores da AGROUFAM

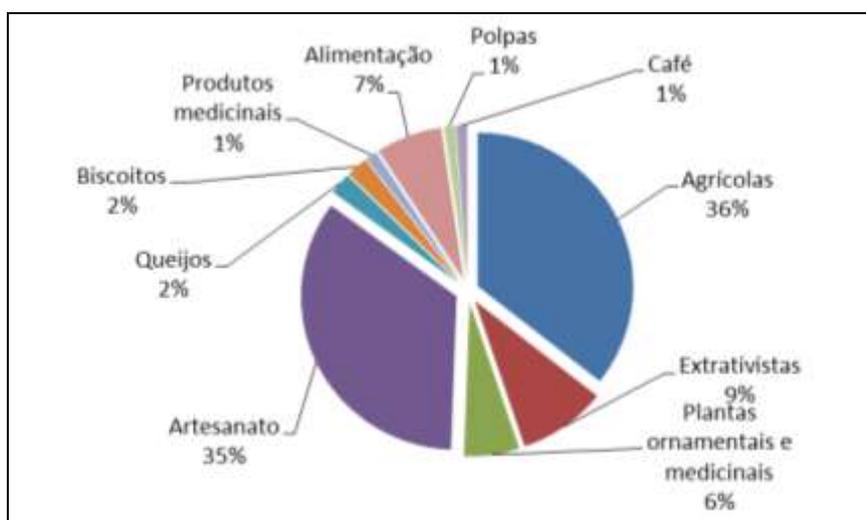


Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Não somente a diversidade de origem destes produtores são marcos da AGROUFAM, mas também a variedade de ramos produtivos dos mesmos (Figura 50). Ressalta-se que na categoria de extrativistas incluem-se os produtos oriundos da meliponicultura e da apicultura, açaí, castanha-do-Brasil e cacau e seus derivados.

Cabe análise quanto às motivações para o fato de o setor de artesanato ocupar um espaço simbólico tão grande quanto ao agrícola, que pode explicar também a fidelidade destes expositores em todas as edições da feira: a facilidade de transporte de sua produção, o fato de a grande maioria possuir transporte próprio e também, residir em Manaus e região metropolitana.

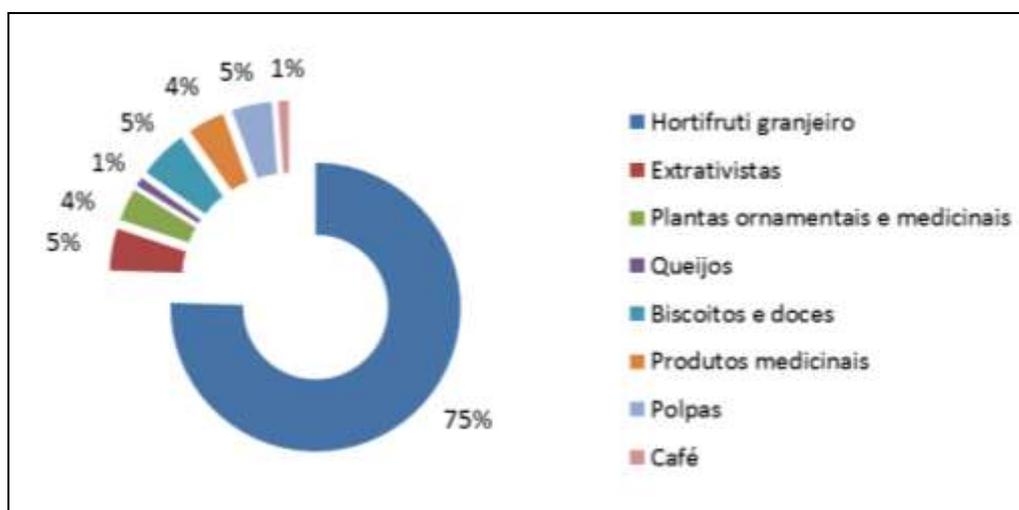
Figura 50 - Diversidade dos ramos produtivos ofertados na AGROUFAM



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

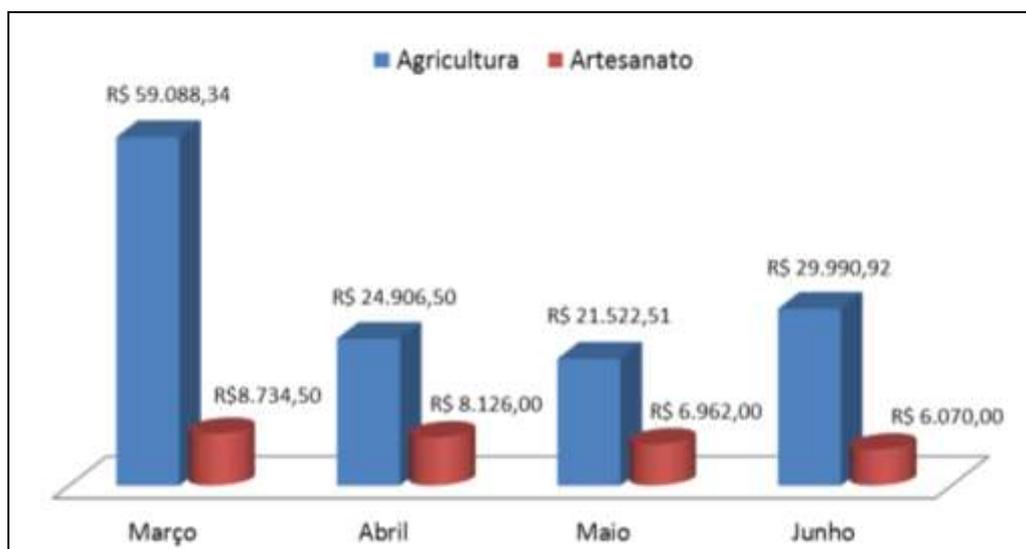
No que tange à quantidade média de produtos vendidos por setor nas feiras realizadas no ano de 2015, os números apresentaram-se expressivos para o setor agrícola de hortifrutigranjeiros, representando 75% do total médio de produtos de um quadrimestre (Figura 51). Tal dado nos aponta que, embora o espaço simbólico do artesanato venha chamando atenção, a agricultura segue, e de forma pioneira, sendo o setor de maior representatividade. Ademais, o setor também é o grande responsável pela alta circulação de moeda a cada edição da feira (Figura 52), superando em mais de 400% o faturamento médio do setor de artesanato.

Figura 51 - Quantidade média de produtos comercializados no setor agrícola



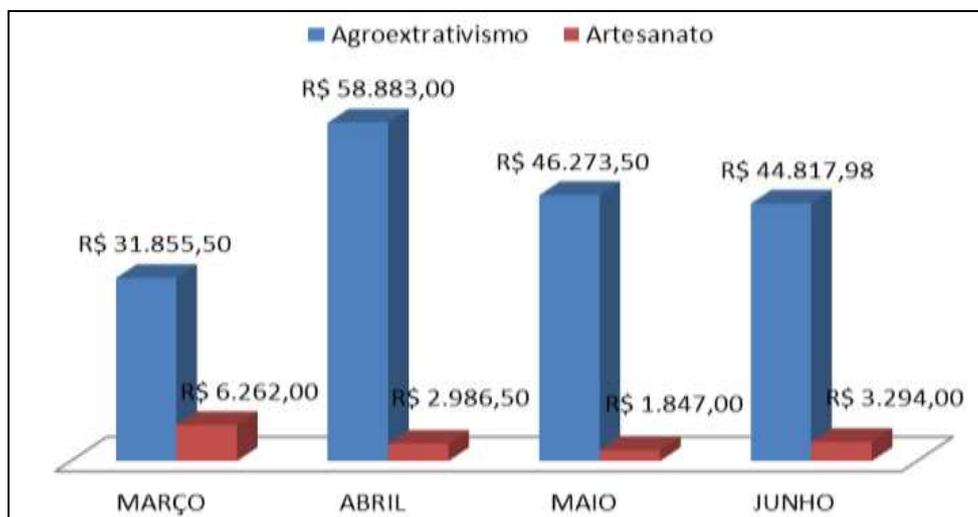
Fonte: OSIM/ PRO-RURAL, 2015.

Figura 52 - Faturamento total do quadrimestre de 2015



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Figura 53 - Faturamento total do quadrimestre de 2016



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2016.

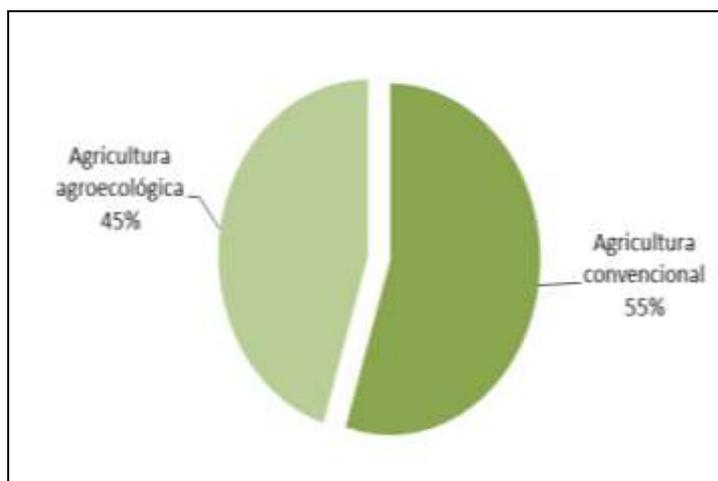
Podemos atentar para o alto faturamento expresso no mês de março em comparação com abril, uma diferença de 137% (Figura 53). O principal fator de influência foi a feliz convergência da data da feira deste mês com a realização do I Encontro Amazonense de Professores de Línguas e Literaturas – ENPROLL, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL da UFAM

juntamente à Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino do Amazonas – SEDUC-AM. O evento, que ocorreu no auditório Sumaúma, localizado no mesmo prédio onde a feira acontece, garantiu bom público visitante-consumidor e bom nível de comercialização, como confirmam os dados. Além disto, o dado nos reforça a importância das atividades e processos de divulgação da AGROUFAM, que devem ser ampliadas ainda mais como forma de garantia de público e vendas.

Faz-se importante salientar que as edições de 2014 da feira foram importantes para ajustes de organização, elaboração e aplicação de formulários pilotos para a coleta de dados de comercialização, no sentido de que, não somente a ferramentas de coleta, mas também toda a feira passava por constantes processos de adequações e aprimoramento. Este fato, portanto, representou uma insegurança estatística na utilização dos dados, uma vez que as bases e metodologias não alcançaram um estágio padronizado tal qual como é usufruído nas feiras de janeiro de 2015 aos meses atuais. Com tal cenário de nivelamento e padronização, é possível planejar a criação de uma série histórica de dados comerciais da AGROUFAM.

Tendo como pressuposto a disponibilização de recursos para viabilizar as viagens de campo pelo projeto, como planejamento para as próximas edições da feira, o foco das atividades específicas do setor agrícola será o de trabalhar o processo de transição agroecológica dos atuais produtores que utilizam técnicas de manejo produtivo baseadas na agricultura convencional, esta por vezes adepta ao uso de insumos químicos. Atualmente, o número de produtores convencionais supera relativamente os agroecológicos (Figura 54), porém há interesse por parte daqueles em conhecer as técnicas da agroecologia e realizar a tentativa de transição, fato que já permite maior facilidade de trabalho neste sentido.

Figura 54 - Percentual de agricultores convencionais e agroecológicos da AGROUFAM



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Considerando o escopo de atuação do NUSEC e do OSIM/Residência Agrária, algumas metas e objetivos são visados justamente por meio da realização das feiras mensais, sendo eles:

- Coleta de dados mensais por meio da aplicação de formulários produtivos, de vendas e, eventualmente, da situação das organizações sociais.

O intuito da coleta é não somente servir de base para a assessoria prestada aos feirantes, como também para subsidiar a elaboração de diagnósticos publicitados em boletins técnicos trimestrais a serem distribuídos tanto aos produtores quanto aos visitantes. Foi realizada a editoração e publicação de uma edição do boletim, porém como piloto. O planejamento é de que ainda no ano de 2015 sejam impressas e distribuídas duas edições dos boletins técnicos.

- Assessoria produtiva e de vendas junto aos feirantes.

Os agentes de extensão, seja no momento de aplicação de formulários ou de auxílio na organização das barracas, contribuem com os feirantes os assessorando na disposição dos produtos nas barracas e mesas, com dicas de embalagens, aparência e apresentação dos produtos, além de como agregar ainda mais valor à sua produção, melhorando as vendas.

- Estabelecimento de parcerias institucionais para apoio na organização, divulgação, atratividade de consumidores e/ou novos produtos.

A divulgação da feira cumpre um papel crucial para o bom funcionamento e circulação de pessoas. A equipe que se dispõe a lidar com o tema, estreitar relações diretas com diversas mídias, incluindo mídias que eventualmente fazem a cobertura do evento, realizando entrevistas nos dois dias. Esta mesma equipe é responsável pelo material visual e gráfico da feira, como cartazes, banners e panfletos.

Atenção especial às parcerias institucionais entre organizações governamentais e não governamentais, que conferem à feira não somente apoio organizacional e de mídia como também ainda mais diversificação dos produtos da feira. Exemplos disto são os espaços de exposição do Café Apuí Agroflorestal, da ONG Idesam, as Plantas Alimentícias Não Convencionais (PANCs) dos alunos do curso de agroecologia do IFAM e as castanhas-do-Brasil desidratadas da RESEX do Unini trazidas pela Fundação Vitória Amazônica (FVA). Além disso, são exemplos de boas experiências agroecológicas que demonstram como se pode agregar valor a produtos deste tipo. No que tange à segurança no preparo dos alimentos da praça de alimentação regional, os ofertantes contam com conselhos e indicações dos técnicos do Departamento de Vigilância Sanitária (DVISA) da UFAM.

No quesito apoio logístico, a organização da feira conta com grande suporte da Secretaria Municipal de Produção e Abastecimento (SEMPAB) e da Prefeitura do Campus da UFAM ao disponibilizar carros e caminhões para o escoamento da produção, garantindo a presença do agricultor na feira. Tal parceria é chave para que a AGROUFAM alcance um de seus maiores objetivos, visto as dificuldades logísticas do Amazonas: poder ofertar aos consumidores o acesso e diálogo direto com o produtor, sem quaisquer intermediários nesta cadeia de comercialização.

- Criação, organização e acompanhamento da associação de produtores e artesãos farão a gestão da feira de forma sustentada.

Os detalhes a respeito da fundação, organização e metodologias de acompanhamento da APROARTES, a associação de produtores e artesãos da

AGROUFAM, serão melhores descritos no capítulo 4.

- Constituição de espaço de troca de experiências, visitas técnicas e fortalecimento do movimento agroecológico no estado.

Outro objetivo da AGROUFAM, interligado à questão de contato direto com o produtor, é o de propiciar um espaço informal de troca de experiências entre os próprios agricultores e junto aos consumidores, visitantes, discentes, docentes e cidadãos. Além dos alunos do curso de agroecologia do IFAM, a feira recebeu recentemente a visita técnica de alunos do curso de Tecnologia em Logística da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) de Itacoatiara, que puderam dialogar com os produtores especificamente a respeito dos modais logísticos adotados para a participação na AGROUFAM, e suas dificuldades (Figura 55).

Figura 55 - Visita técnica dos alunos de logística da UEA Itacoatiara



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

- Promoção e orientação aos agricultores detentores de técnicas de cultivos convencionais a optarem pela produção agroecológica e/ou orgânica.

O foco da AGROUFAM é a agricultura familiar sob a premissa de práticas agroecológicas. Assim, as feiras dos produtos da agricultura familiar surgem como um espaço estratégico de mercado e divulgação da diversidade de produtos oriundos do extrativismo, dos agroecossistemas familiares e da diversidade cultural das populações rurais. Desse modo, potencializar ações para o estabelecimento dessa forma de mercado popular, contribui para o desenvolvimento sustentável das

comunidades rurais do estado do Amazonas.

Nesse sentido, como exemplo de ação, a equipe OSIM em parceria com o Núcleo de Socioeconomia (NUSEC), organizou uma oficina de hortas domésticas como parte da programação paralela da AGROUFAM. A oficina consistiu no aprendizado de técnicas para o cultivo de hortaliças e plantas medicinais em casa utilizando adubos orgânicos e reaproveitando embalagens que geralmente são descartadas no ambiente. A oficina contou com a participação de 100 inscritos, dentre produtores expositores da AGROUFAM e consumidores, com duração de dois dias. No primeiro dia os participantes tiveram palestras que aconteceram no Auditório Sumaúma, situado na Faculdade de Ciências Agrárias, bloco dois. Já no segundo dia, a aula ocorreu na área de produção vegetal de olericultura. Além disso, a feira permitiu um espaço de socialização entre pessoas, instituições e demais seguimentos envolvidos com a agricultura familiar. Adicionado a esses atributos haverá a oportunidade, também, do estímulo ao intercâmbio de conhecimento entre os agricultores e a comunidade acadêmica (Figura 56).

Figura 56 - Edições da AGROUFAM



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

O artesanato e empoderamento feminino na AGROUFAM

Embora a motivação principal da AGROUFAM seja o produtor familiar e seus produtos agroextrativistas, o artesanato conquistou seu espaço na AGROUFAM como um complemento e mesmo atrativo para chamar outros visitantes, sobretudo os jovens. O setor do artesanato cresce pouco a pouco a cada edição da AGROUFAM devido à sua versatilidade em se trabalhar a sustentabilidade. A procura de artesãos para participação na Feira é muito alta sendo preciso tato para selecionar quais artesãos de fato podem agregar à feira de acordo com sua missão. Entende-se aqui que o artesanato não é uma atividade que se oponha ao agroextrativismo, mas que o complementa. Para mensurar o peso do artesanato nesta Feira, o montante arrecadado pelo setor nas quatro últimas edições deste ano foi R\$ 29.892,50, representando uma média de R\$ 7.473,13 por feira.

Dos 15 artesãos e artesãs presentes na primeira edição da AGROUFAM as atuais 30 artesãs, os produtos artesanais são variados onde se podem encontrar artigos para o lar com diferentes técnicas de bordados à mão, artigos para presentes como bonecas de pano, sabonetes artesanais, adornos de beleza, diversos tipos de luminárias recicladas de canos de PVC, sacolas e bolsas com beneficiamento da juta (que se encontra fortemente ligada à linha finalística sobre a cadeia da malva e da juta), além do artesanato indígena com seus cestos, tapeçaria, brincos, colares e anéis. As biojóias também se apresentam como atraentes produtos regionais. Os artesãos mais antigos da feira também são produtores familiares, a exemplo da dona Neide, que produz biojóias e do senhor Duarte que vende *souvenirs* como chaveiros, colares, miniaturas de bichos em madeira, tapetes de juta e até painéis de barro (Figura 57).

Figura 57 - Setor de artesanato da AGROUFAM

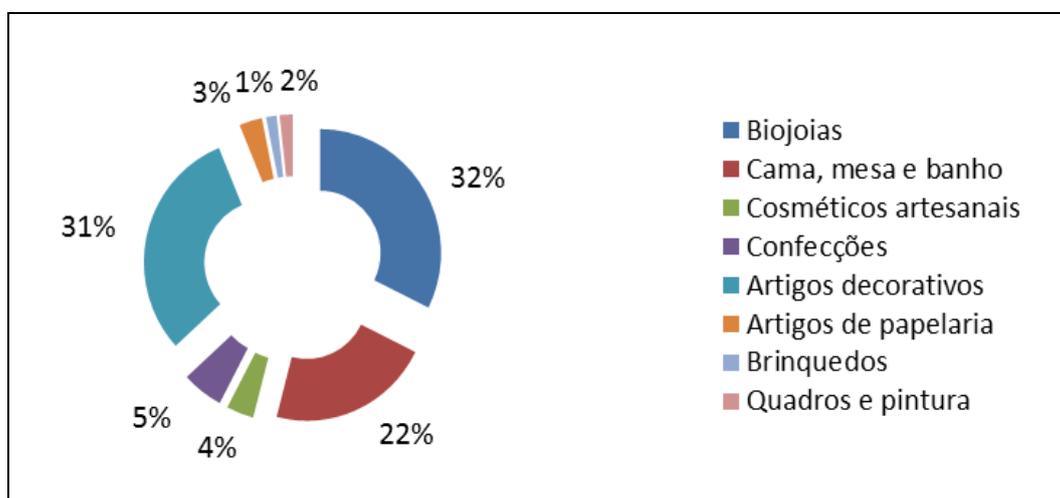
O artesanato e empoderamento feminino na AGROUFAM



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Dos produtos mais vendidos, estão as biojoias e os artigos decorativos, representando, respectivamente, 32% e 31% das vendas (Figura 58).

Figura 58 - Relação de produtos comercializados pelo setor artesanato na AGROUFAM



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

O setor de artesanato é composto, na sua maioria, por mulheres, a exceção de apenas um único homem artesão expondo suas artes amazônicas. Destas mulheres, 83% moram na capital do Amazonas e 17% no interior. Algumas possuem estreita relação com a vida no campo, pois vislumbraram no artesanato uma alternativa de renda complementar ao trabalho no campo, além de terem ganhado empoderamento. Elas costumam relatar que são nas feiras que costumam fazer amigos, trocar experiências e saberes, além de se sentirem valorizadas por um trabalho exclusivamente realizado por elas e que exprime em suas criações todo o imaginário feminino que possuem. É comum relatarem também que o artesanato não é apenas um meio de renda, mas uma terapia que as liberta do trabalho doméstico e lhes dá dignidade dentro da própria casa. Os momentos dedicados ao artesanato devem ser respeitados por maridos e filhos. Das barracas de exposição do artesanato, a Associação Jasmine do município de Iranduba, por exemplo, surgiu como forma de valorização da mulher contra o abuso e a exploração. O artesanato ora é alternativa de renda, ora incentiva o empoderamento feminino no campo, ora complementa a noção de sustentabilidade. De fato, tem sido feito um esforço para se compreender a dimensão do artesanato na AGROUFAM e no próprio universo dos produtores familiares. Tanto que no ano de 2015 foi criado um formulário específico para obtenção de dados desta atividade cujos dados parciais foram expostos nesta seção embora precisem de aprofundamento de análise a ser cumprida na próxima etapa do projeto.

O retorno do público-consumidor da AGROUFAM

O potencial de mercado das feiras não se baseia apenas na produção agrícola de seus feirantes, mas se reflete também por meio de seu público consumidor, destino final da cadeia. Com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da AGROUFAM e avaliar seu potencial presente e futuro, encontra-se em andamento estudo sobre os visitantes e consumidores da Feira. Os resultados parciais do presente estudo foram submetidos sob o formato “Relato de Experiência” na Revista Cadernos de Agroecologia para apresentação no IX Congresso Brasileiro de Agroecologia, em setembro do ano de 2015 e as reflexões a partir disto encontram-se aqui expostas. Ratifica-se aqui o caráter inovador da

AGROUFAM por ocorrer no ambiente institucional da Universidade Federal do Amazonas, redimensionando o papel da Universidade no que tange à Extensão Universitária.

A AGROUFAM não apenas serve à sociedade indo de encontro a ela, mas traz a sociedade para o espaço acadêmico. Atualmente, a feira apresenta um dos poucos espaços onde a população de Manaus pode adquirir produtos agroecológicos diretamente com o produtor familiar. A experiência adquirida não somente pode servir como combustível para o aprimoramento das atividades de organização e comercialização dos expositores e da coordenação no espaço físico e simbólico da feira, como também para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades dos agricultores familiares. De acordo com levantamento dos bolsistas do PRO-RURAL, estima-se em 270 o número de visitantes e consumidores por dia de feira em cada mês, totalizando cerca de 600 visitantes ao mês ou mais.

Diante disto, foi elaborado um formulário objetivando de traçar o perfil dos consumidores e visitantes da feira a fim de conhecer suas preferências e hábitos de consumo, grau de satisfação e suas respectivas visões sobre a ocorrência do evento em um espaço comumente voltado ao ensino. Os questionários foram aplicados entre os meses de março e abril de 2015, com visitantes e consumidores da feira AGROUFAM ao longo da ocorrência do evento, na UFAM. A estrutura do formulário foi fundamentada na pesquisa de Follman e Ciprandi (2005), que abordou os perfis do consumidor considerando dados pessoais como gênero, idade, grau de escolaridade e profissão e informações voltadas à sua relação com a feira: se é um consumidor habitual ou ocasional, preferências de consumo na feira, fatores que influenciam no consumo de produtos agroecológicos e disposição em pagar um preço adicional por esses produtos, percepções a respeito da apresentação geral da feira como aspecto visual, tipos de embalagem, higiene e atendimento, dentre outros, e suas considerações com críticas e sugestões para a melhoria da feira.

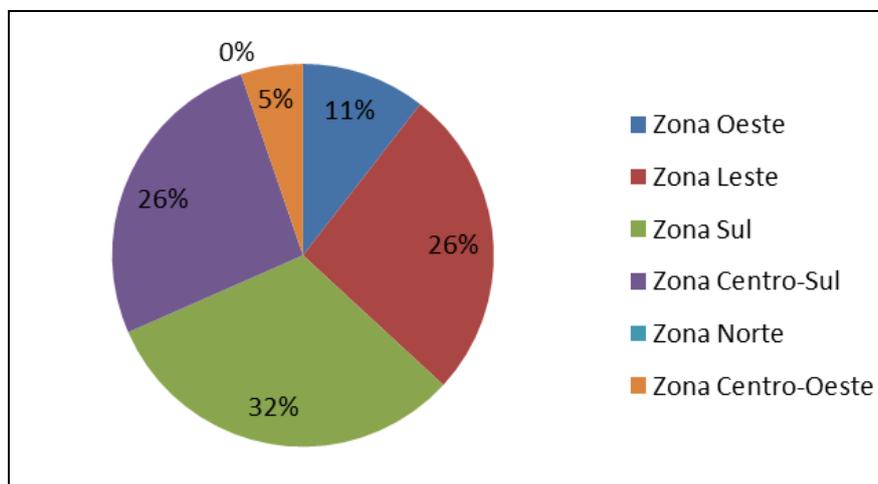
A partir dos resultados pretende-se obter subsídios para o futuro desenvolvimento de ações voltadas à melhoria da comercialização e fortalecimento da produção e das práticas agroecológicas. Pois se acredita que a agroecologia é alternativa econômica e também forma de resistência dos povos tradicionais da Amazônia, bem como alternativa ao insustentável modelo de agricultura moderna e

convencional que se impõe nas prateleiras dos supermercados e comprometem a saúde dos consumidores.

O levantamento inicial nos aponta que, entre os consumidores da feira AGROUFAM, 70% é composto por pessoas do gênero feminino. A média de idade entre o público entrevistado é de 40 anos. Com relação à escolaridade dos consumidores, 50% dos entrevistados possuem nível superior, fato que indica que muito dos consumidores e visitantes da feira costumam frequentar, em geral, o espaço acadêmico da Universidade.

Quanto à frequência de consumo na feira, os entrevistados se definiram como consumidores habituais em 65% dos casos, enquanto que 25% estavam tendo seu primeiro contato com a feira. A distribuição da frequência se aproxima da esperada, uma vez que a feira está estabelecida mensalmente há um ano. A assiduidade dos frequentadores é alta e aponta um cenário positivo de receptividade do evento. Em contrapartida, a estatística do grupo de iniciantes aponta que a feira continua em expansão não só de público como de divulgação na cidade de Manaus, pois aos feirantes e bolsistas do Pro-Rural pergunta-se, com frequência, sobre quando ocorrerá a próxima feira. No que tange ao bairro de origem dos consumidores, estes são oriundos dos bairros vizinhos ao da Universidade, o Japiim, localizado na zona sul da cidade, como Petrópolis, Coroadó, Aleixo (Figura 59).

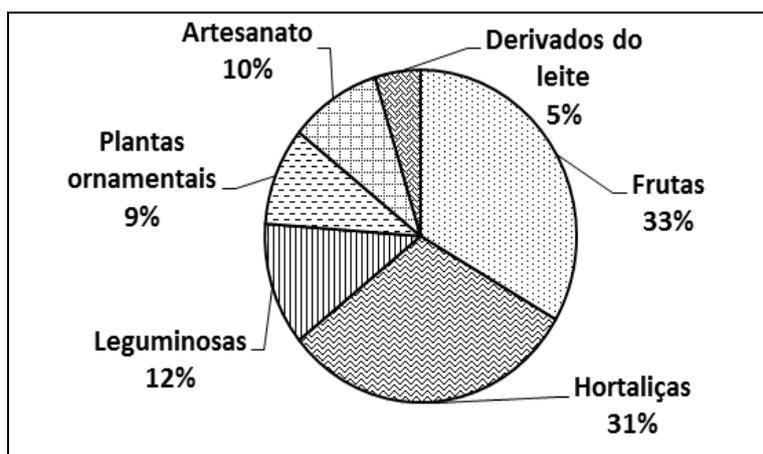
Figura 59 - Zonas de origem dos consumidores da AGROUFAM



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Quando questionados sobre suas preferências na feira, 33% dos entrevistados disseram buscar por frutas e 31% por hortaliças, seguidos de leguminosas, artesanato, plantas ornamentais e derivado do leite (Figura 60).

Figura 60 - Preferências de consumo dos visitantes da AGROUFAM



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Além da preferência de consumo dos visitantes, as abordagens coletaram ainda o que justifica a preferência em frequentar a AGROUFAM. As opiniões foram bastante convergentes, porém houve leve preferência do quesito variedade de produtos expostos, citado como fator conveniente à visita a feira para 24,4% dos consumidores abordados. Os demais fatores de conveniência e atratividade da feira propostos na entrevista, foram citados em números iguais de vezes, sendo eles a acessibilidade e localização da mesma, a possibilidade de contatar o produtor de forma direta e a confiabilidade dos produtos à venda.

Em relação ao preço dos produtos comercializados na feira, 60% dos entrevistados demonstraram-se satisfeitos sinalizando que os valores são bons. Os que consideram os preços ótimos representam 20% dos entrevistados. Os demais apontaram que a precificação dos produtos se encontra em patamar regular, fato que exige um aprofundamento da pesquisa em paralelo a ações de alinhamento junto aos produtores feirantes quanto aos processos de formação de preço e breve análise de mercado.

No que diz respeito às preferências para o consumo de produtos agroecológicos, 95% dos consumidores apontaram disposição em pagar mais por estes produtos. Destes, 68% apontaram disposição a pagar um terço a mais do valor inicial por culturas que receberam técnicas agroecológicas de plantio devido, sobretudo, considerarem mais saudáveis e de maior qualidade. A preocupação ambiental, o fato de o produto ser mais natural e o apoio aos pequenos agricultores familiares agroecológicos são fatores que vêm seguidos da preocupação com a saúde humana.

Como sugestões, os visitantes e consumidores da AGROUFAM citaram a importância de convidar mais agricultores, para que desta forma aumente a diversidade e a quantidade de produtos na feira, inclusive incentivá-los a trazerem produtos regionais, que não são encontrados com tanta facilidade em outros locais. Indo além, foi mencionado também que os agricultores identificassem esses produtos e sugerissem como ele poderia ser consumido. Uma vez conhecidos, a feira estimularia a aquisição destes, incluindo o de Plantas Agrícolas Não-Convencionais (PANCs).

A AGROUFAM passou a contemplar estes produtos a partir da feira de Maio de 2015, com a barraca do IFAM e do Uberê, que trouxe subprodutos para demonstrar as formas de uso desses alimentos “exóticos”, como a geleia de cubiu. Outra sugestão por parte dos consumidores é a de que deveria haver uma parceria entre a universidade e as escolas públicas para que houvesse um intercâmbio entre os alunos e os agricultores, na disciplina de Ciências, por exemplo, para que estes pudessem apreender acerca das experiências dos agricultores. Por coincidência, a AGROUFAM de Junho de 2015 recebeu a visita de alunos do curso de Tecnólogo em Logística da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) de Itacoatiara que aplicaram questionários para um exercício de avaliação. Da mesma forma, a AGROUFAM incentiva os alunos do curso de Agronomia da UFAM que também são produtores a venderem seus produtos em barracas destinadas a eles. Portanto, a AGROUFAM, ocorrendo no espaço acadêmico, ressignifica as formas de uso da universidade por parte dos feirantes e de seus visitantes e considera as atividades de ensino, pesquisa e extensão como missão institucional universitária.

O contato realizado diretamente entre produtor e consumidor e o estímulo a

se estabelecer uma relação mais cooperativa entre estes dois atores, são exemplos empíricos dos benefícios diretos da feira no que tange a transferência direta de renda ao agricultor, isto é, sem a presença de agentes de comercialização. Além da valorização de seu trabalho, da segurança de sua saúde e de seu modo de trabalho ao dispensar o uso de químicos. Sob a ótica dos consumidores, os ganhos principais são a garantia da qualidade do cultivo, sua segurança alimentar e nutricional, além da acessibilidade devido a preços atrativos.

A XX Edição da AGROUFAM

Entre os dias 05 e 06 de Novembro de 2015, a Feira AGROUFAM chegou em sua vigésima edição. O marco corrobora para o sucesso de uma das ações mais expressivas do OSIM e para consolidação do evento no calendário mensal da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), da Universidade Federal do Amazonas. Tamanha é a importância da AGROUFAM para o projeto em questão, os bolsistas dedicaram-se, entre os meses de Setembro e Outubro, à elaboração de uma programação especial para a XX Edição da AGROUFAM, onde os laços entre bolsistas e produtores pudessem ser estreitados a fim de solidificar esta parceria e valorizar a produção e o trabalho das famílias produtoras e expositoras que vem colaborando com o sucesso desta atividade. A programação especial, ocorrida na manhã de 05 de Novembro contou com o apoio do Cerimonial da SEPROR e da direção da Faculdade de Ciências Agrárias da UFAM.

Tal programação buscou contemplar os diversos segmentos que compõem a feira. Para o setor de produção agrícola familiar houve a premiação das melhores barracas, em quatro categorias: 1) Simpatia no atendimento; 2) Organização da barraca; 3) Qualidade do produto e 4) Feirante mais popular. Os votos foram registrados por um grupo de bolsistas responsáveis pela organização da premiação através de pesquisa de opinião com os consumidores e entre os próprios produtores, durante a AGROUFAM de Outubro. Os vencedores, de acordo com os votos registrados, foram: S. Rui Mário, da barraca da comunidade Nossa Senhora Perpétuo Socorro, localizada no rio Autaz Mirim, no Careiro da Várzea, na categoria “Simpatia no Atendimento”; na categoria “Organização da barraca”, o vencedor foi o S. Mário Jorge, da barraca da comunidade São Francisco, no Careiro da Várzea; já

na categoria “Qualidade do Produto”, D. Maria Rocineide, mais conhecida como D. Neyde, da Associação Desenvolvimento Sustentável, de Vila Nova, em Iranduba foi a campeã e, por fim, na categoria “Feirante mais popular”, S. Áureo, também vindo da Comunidade São Francisco, em Careiro Da Várzea. Estes produtores ganharam placas especiais com seus nomes e a categoria vencedora em homenagem, produzidas em madeira, com logotipo comemorativa em alusão à XX Edição AGROUFAM. Os demais produtores e associados da APROARTES participaram do sorteio de brindes diversos, como “kit para pesca” (com isopor, isca, linha, etc) e utensílios domésticos. A obtenção destes itens para sorteio foi proveniente de doações de pesquisadores do Núcleo de Socioeconomia e professores da Universidade Federal do Amazonas simpatizantes ao evento (Figura 61).

Figura 61 - Profª Therezinha Fraxe entrega placa comemorativa da XX AGROUFAM



Foto: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

O setor de artesanato foi contemplado com um desfile de moda regional, evidenciando as formas de uso, a beleza e a qualidade de peças artesanais exclusivas encontradas somente com as artesãs associadas da APROARTES e participantes da AGROUFAM. A realização do desfile serviu como uma “vitrine viva” para mostrar ao público visitante a potencialidade de peças capazes de traduzir as diversas identidades do nosso Amazonas. Portanto, a bolsista responsável pela curadoria do desfile procurou demonstrar que o setor de Artesanato é capaz de agradar diversos públicos, em diversas ocasiões. A cuidadosa seleção das peças a serem desfiladas e da escolha do perfil dos modelos mostrou que o artesanato pode

ser usado desde criança, passando do público mais jovem, como estudantes universitárias, à mulheres mais velhas e clássicas. Além da tentativa de impulsionar as vendas, o desfile foi uma forma de homenagear essas talentosas artesãs que, em sua maioria, nunca haviam tido a oportunidade de ver suas peças em uma passarela. Os modelos participantes foram voluntários, em sua maioria, colaboradores do projeto OSIM. A passarela foi feita com a colagem de folhas secas, lustre de cesto de palha e tecidos de chita, denotando um aspecto camponês, mas ao mesmo tempo despojado e em consonância com os ideais de sustentabilidade e identidade regional que perpassam a filosofia da equipe OSIM (Figura 62).

Figura 62 - Desfile de peça de uma artesã feirante



Foto: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Por fim, a programação especial da XX AGROUFAM, teve apresentação cultural do grupo Puxirum da Universidade Federal do Amazonas. A apresentação do grupo teve a participação especial do cantor parintinense David Assayag, trazido pela Vimi Naturales, patrocinadora da XX AGROUFAM, o que atraiu público à Feira, marcando mais ainda a celebração deste marco (Figura 63).

Figura 63 - Grupo Puxirum e David Assayag



Foto: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

CONCLUSÕES

A rede ambiental AGROUFAM apresenta um dos poucos espaços onde a população de Manaus pode adquirir produtos agroecológicos diretamente com o produtor familiar. A experiência adquirida não somente será combustível para o aprimoramento das atividades de organização e comercialização dos expositores e da coordenação da rede no espaço físico e simbólico da feira, como também para o desenvolvimento e fortalecimento das atividades dos agricultores familiares e dos artesãos.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

AMARAL, Luiz. **História Geral da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, volume 1, 2^a. ed.

BAIARDI, Amílcar. **Formas de agricultura familiar, à luz dos imperativos de desenvolvimento sustentável e de inserção no mercado internacional**. In: XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, Danilo R. D. Aguiar e J. B. Pinho (orgs), Anais... Foz de Iguaçu: SOBER, 1999.

BRASIL, Presidência da República. Decreto nº 1946, de 28 de junho de 1996. **Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF**, e dá outras providências. Disponível em: www.pronaf.gov.br. Acesso em 24 fev. 2003.

BRASIL, Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**. A nova face política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Escravo ou Camponês? O Protocampesinato Nero nas Américas**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **O trabalho na Colônia**. In: LINHARES, Maria Yedda (org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000, p. 95-109.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

FRAGOSO, João Luis. **Economia Brasileira no Século XIX: Mais do que uma Plantation Escravista-Exportadora**. In: LINHARES, Maria Yedda (org.). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2000. p.144-184.

_____. **Homens de grossa aventura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 29^a. ed, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

INCRA/FAO. **Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília,

1996

_____. **Novo Retrato da Agricultura: o Brasil redescoberto.** Brasília: MDA, 2000.

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução: ângela Maria Naoko Tijiwa. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1993.

LINHARES, Maria Yedda e TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **História da Agricultura Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Terra Prometida.** Uma História da Questão Agrária no Brasil. Rio de Janeiro, Campus, 1999.

_____. **Terra e Alimento: Panorama dos 500 anos de Agricultura no Brasil.** Brasília: Embrapa, 2000.

_____. **A agricultura familiar: comparação internacional.** Tradução: Frédéric Bazin,. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1986.

PORTO, Stela Grossi (org.). **Politizando a Tecnologia no Campo Brasileiro.** Dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

PRADO JUNIOR, Caio. **A Revolução Brasileira.** 2^a edição. São Paulo: Brasiliense, 1966.

_____. **História Econômica do Brasil.** 43^a. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998,.

_____. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

PUTNAM, Robert. **Making Democracy Work.** New Jersey: Princeton University Press, 1994.

ROCHA, Luiz. **Modernização e Diferenciação Social: o caso do Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal (PAD/DF).** Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Setembro de 1992. Dissertação de mestrado em Sociologia.

SOARES, Adriano Campolina. **A Multifuncionalidade da Agricultura Familiar.** Revista Proposta, no. 87, Dezembro/Feveireiro 2000/2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 9^a. Edição, 1976.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro.** In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2^a ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

CAPÍTULO 4: TRANSIÇÃO AGROECOLÓGICA E A ARTICULAÇÃO DA GOVERNANÇA DA REDE AMBIENTAL AGROUFAM

INTRODUÇÃO

As feiras de produtores familiares, agroecológicos ou não, enquadram-se de forma justa à ideologia de uma técnica de cultivo sustentada em si mesmo, além de convergir com o sistema de circuitos curtos de comercialização e, de forma mais abrangente, aos ideais da economia solidária. Há quem aponte as dificuldades dos agricultores familiares em torno da manutenção de certa homogeneidade de produtos, porém, acredita-se que a diversidade embutida nos tratos culturais da agricultura natural seja um dos pontos cruciais para um movimento contra-hegemônico, divergindo do estabelecido mercado de *commodities* e de produtos com a aparência de natureza morta, tamanha artificialidade de cores, tamanhos, texturas e lustrosidade.

Ao explanar sobre as contradições do mundo globalizado, Santos (2001) aponta que há uma busca por uniformidade partindo do mercado homogeneizador, que se faz a serviço dos atores hegemônicos, estimulando o culto ao consumo, porém o reflexo disto nas sociedades locais é o de desunião e aprofundamento das desigualdades. A formação destas identidades hegemônicas reflete em grupos minoritários, como os da agricultura familiar. Porém, pode haver atos de resistência desses grupos em suas lutas políticas e sociais. A este movimento de resistência e sobrevivência de grupos minoritários, no seio da globalização hegemônica, Santos (2005) chama de movimento “contra-hegemônico”. O autor acredita em diferentes e contraditórios processos de globalização em curso posto que a própria globalização “se transforma num campo de contestação social e política” (SANTOS, 2005, p. 59). A contra-hegemonia leva à reflexão dos diversos efeitos da globalização sobre as minorias a partir do entendimento de que estes grupos não se

encontram isolados, mas que podem reorganizar-se estrategicamente dando respostas alternativas às constantes pressões globais.

Atenta-se para o fato de que as transformações ocorridas na agricultura familiar mediante a implementação de políticas públicas e pacotes tecnológicos no Amazonas, desde a Era da Borracha até os dias atuais, guardam estratégias de sobrevivência aos modelos globais de desenvolvimento. Neste sentido, enleva-se a contribuição da Agroecologia para desmistificar a dimensão dos modos de produção rurais perante as políticas públicas no estado do Amazonas, cujos seus formuladores e gestores guiam-se a partir de uma ótica urbana e tecnicista levando estas populações a adquirirem irresponsavelmente novos hábitos de produção e de trabalho, fazendo-as substituírem a riqueza de seus saberes pela lógica desenvolvimentista do mercado global.

1.0 Transição agroecológica na rede ambiental AGROUFAM

A expressão *transição agroecológica* tem sido frequentemente utilizada como chave de leitura no estudo das interações que se estabelecem entre processos sociais e processos ecológicos na co-produção do desenvolvimento rural. Com um foco mais restrito, busca integrar diferentes campos de conhecimento científico no estudo dos sistemas de produção agrícola e extrativa com base em uma perspectiva de sustentabilidade, e na aplicação de princípios ecológicos ao manejo dos agroecossistemas em contextos socioambientais específicos (SCHMITT, 2013, p.173).

A disseminação das práticas agroecológicas e o surgimento de feiras agroecológicas são considerados, de acordo com este contexto, movimentos da contra-hegemônicos. Além da importância do espaço da rede ambiental AGROUFAM para a conscientização do público às novas formas de consumo e de relação com os alimentos – no intuito de fomentar uma cultura de respeito às sazonalidades produtivas e as características naturais do produto, e, portanto, contrária à homogeneização e hegemonização – a feira objetiva ser um espaço alternativo de comercialização de caráter direto no município de Manaus quiçá tornar visíveis os conhecimentos tradicionais dos agricultores amazônicos e a contribuição dos mesmos para formas agroecológicas de produção. Tal fato

relacionado à venda direta é importante uma vez que o município, embora incentive e mantenha as feiras do produtor, estas são populares e criticamente conhecidas como *feiras do atravessador*, devido à raridade de haver agricultor praticando sua venda de forma direta. A AGROUFAM, ocorrendo no espaço acadêmico, ressignifica as formas de uso da universidade por parte dos feirantes e de seus visitantes. Por meio desta feira, a UFAM fortalece os laços com as comunidades do interior do Amazonas e cumpre a integração entre ensino-pesquisa-extensão, função que se espera de uma Universidade.

Neste contexto, a disseminação das práticas agroecológicas por meio de uma feira que tem como caráter prestar assessoria para a transição agroecológica, leva ao reflexo sobre o uso de insumos agrícolas nas propriedades rurais do Amazonas, como os agrotóxicos, as sementes geneticamente modificadas e a introdução de outras culturas alimentares inclusive sob a forma da monocultura. Entende-se que as promessas de aumento de produtividade por meio desses insumos são atraentes aos agricultores familiares, influenciados por uma prática global de assistência técnica rural que visa o melhoramento da produtividade com tecnologia de ponta, mas que também torna o produtor dependente do grande capital e refém de uma tecnologia agrícola considerada superior aos seus conhecimentos tradicionais. O imediatismo imposto pelo mercado global não só torna os agricultores familiares em produtores rurais no sentido de microempresários, alinhados aos interesses ferrenhos de uma bancada ruralista que compactua com conglomerados empresariais e acirra a desigualdade social no mundo, como também ameaça à soberania e segurança alimentar de povos tradicionais e das populações citadinas, pois é sabido que o consumo de alimentos oriundos da agricultura convencional coloca em risco a saúde da população global⁴, a variedade produtiva e a sustentabilidade do planeta.

4 Koifman & Hatagima apontam a diversidade de estudos epidemiológicos que tem documentado a correlação entre a exposição e consumo de agrotóxicos e o desenvolvimento de variados tipos de câncer em diversas faixas etárias, sobretudo em populações agrícolas expostas de forma direta e prolongada.

2.0 A construção da rede ambiental AGROUFAM: A criação da Associação Central dos Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas (APROARTES)

A caracterização identitária da rede ambiental AGROUFAM como nova forma organizacional para se compreender melhor as práticas sociais e como elas contribuem para construir e atualizar a identidade da rede. Identidade no indivíduo e de sua inserção em uma rede de vínculos que aí se criam a partir do compartilhar de um projeto coletivo.

De acordo com Truck (2001), no momento em que o sujeito passa a delimitar o seu lugar e sua identidade, cria laços, alianças e insere-se num espaço de grupo, junto a outros sujeitos com o mesmo interesse.

O desejo de estar com os iguais como uma forma de comparação social, permite que o sujeito se defina como único e semelhante, mas quando não é estabelecida uma mínima territorialidade (o sujeito define o que é dele e o que é do Outro) a coesão no grupo se torna mais difícil.

Ao atuar nos espaços sociais, o confronto com a diversidade pode constituir-se um alimento para a consciência crítica (tensão vital) do sujeito e, conseqüentemente, levá-lo ao engajamento político nas decisões de interesse público. Essa interação social pode favorecer o surgimento de novos espaços para práticas sociais, imbuídas de novas crenças e valores (BEZERRA *et al*, 2006).

Na experiência vivenciada pela rede ambiental AGROUFAM pode-se perceber de fato um tipo de organização institucional, social e produtiva alternativa ao mercado capitalista. Nesse sentido, faz-se uma analogia ao compartilhamento dos bens comuns dessa rede ambiental, à luz da reflexão trazida por *Bens comuns versus mercadorias* sobre as diferentes dimensões da noção de “bens comuns”, ou seja, a importância para todos os que pretendem recuperar o sentido da ação política na construção de futuros comuns em sociedades mobilizadas para suprimir as desigualdades:

(...) encarnam um sistema de relações sociais fundado na cooperação e na dependência recíproca. Nem sempre, porém, trata-se de recursos em sentido próprio, isto é, de bens físicos ou materiais – um campo para cultivo, um pasto, um curso de água, uma região pesqueira (RICOVERI,

A criação da associação auto gestora da rede ambiental AGROUFAM se dá sob o ideal de consolidação de uma rede de agrupamento autônomo, de estrutura descentralizada e participativa, composta por diversas outras organizações, no intuito de aproximar-se de um novo movimento tal como Leff (2006) caracteriza:

(...) se caracterizam por suas novas demandas de participação social, pela obtenção de bens simbólicos e pela recuperação de estilos tradicionais de vida, pela defesa de novos direitos étnicos e culturais, ambientais e coletivos. Reivindicam também o seu patrimônio ancestral de recursos ambientais. Suas lutas por dignidade e pela democracia (...) são, ao mesmo tempo, por um direito de reapropriação de seus territórios e de autogestão de seus recursos naturais (LEFF, p. 454, 2006).

A criação da Associação Central dos Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas (APROARTES) se consolidou a partir dos encontros realizados mensalmente com os agricultores e artesãos da AGROUFAM. Os encontros costumavam ocorrer uma semana após a realização da AGROUFAM, na sala Copaíba do Centro de Ciências do Ambiente (CCA), no minicampus da UFAM.

Essas reuniões tornaram-se espaço para avaliar e planejar a AGROUFAM e gerar demandas de capacitação para os participantes. Nesse sentido, ocorreram oficinas de capacitação como Associativismo, Cooperativismo, Formação de lideranças e palestra sobre o PRONAF, boas práticas de manipulação e venda de alimentos, Produção Orgânica. Nesse processo, sentiu-se a necessidade de formalizar os produtores participantes da AGROUFAM por meio da APROARTES.

A APROARTES tem como finalidade planejar e administrar a Feira AGROUFAM e organizar a produção familiar. Da mesma forma deve organizar eventos que beneficiem os mesmos, por meio de cursos de capacitação por meio de oficinas de preço mínimo, fortalecimento do etnoconhecimento e práticas de ajuda mútua nos agroecossistemas, incentivando a produção a partir de práticas agroecológicas, divulgação e intercâmbio de feiras.

A fundação da APROARTES ocorreu no dia 09 de outubro de 2014, no Auditório Sumaúma, bloco da Faculdade de Ciências Agrárias 01, mini campus, da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, contou com a presença de

agricultores familiares, artesãos, extrativistas de diversas comunidades participantes da AGROUFAM, visitantes e agentes de extensão da linha transversal OSIM, professores, discentes (Figura 64).

Figura 64 - Palestras na organização da APROARTES



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

A Feira AGROUFAM encerrou a última edição do ano de 2015 com participação de 87 agricultores, artesãos e extrativistas, oriundos de diversos municípios e comunidades do entorno de Manaus. Dentre os participantes da feira, 19 fazem parte de associação ou cooperativa que integram a APROARTES.

Os anos de 2015 e 2016, a APROARTES encontrava-se em fase de maturação para o reconhecimento e cadastramento de sua documentação em cartório. Essa etapa é consequência do processo grupal que ocorreu e da organização social formal para a autogestão da rede ambiental AGROUFAM (Figura 65).

Figura 65 - Assembleia de organização da APROARTES



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Na ocasião foi aprovado o Estatuto Social da Associação, bem como a eleição dos membros do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal (Quadros 19). A nomeação dos integrantes do Conselho Administrativo e fiscal da APROARTES se deu de forma democrática, prevalecendo o voto da maioria, obedecendo ao seu estatuto.

Quadro 19 - Quadro de componentes da Diretoria da APROARTES

ADMINISTRAÇÃO	Kariny Sanchez Vaz de Moraes	Presidente
	Junior do Nascimento Batista	Vice-presidente
	Gracimar Maria Moraes Batalha	Secretária
	Adamor dos Santos Bastos	1 tesoureiro
	Evandi da Silva Duarte	2 tesoureiro
	Maria da Silva Soares	Membros efetivos
	Darcilene Bezerra Pires	Membros suplente
	Ivanisia da Silva	Membro suplente
FISCAL	Maria Auxiliadora T. de Souza	Titular
	Carmozino Jamz Ribeiro	Titular
	Wanderly Mendonça	Titular
	Ozeas Cardoso Mendonça	Suplente
	José Rodrigues Pinto	Suplente
	Marly Silva	Suplente

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

Os municípios e organizações sociais, constituintes da rede ambiental AGROUFAM, estão listados no Quadro 20 e apresentam

Quadro 20 - Municípios e comunidades que integram a Feira AGROUFAM e APROARTES

Associação/Cooperativa	Município	Comunidade	Produção
Associação de Produtores Rurais da Costa da Terra Nova	Careiro da Várzea	São Francisco/São José	Agricultura
Associação ARAFNA	Irاندوبا	Nova Aliança	Agricultura
Associação dos Produtores do Bairro do Baixo Rio Santa Cruz	Rio Preto da Eva	São Lázaro	Agricultura
Associação de Agricultores do Projeto Assentamento Água Branca	Manaus	Água Branca do Ubêre	Agricultura
Associação Cacaulista do Município de Urucurituba – ACAMO	Urucurituba	Nossa Senhora Aparecida	Agricultura
Associação de Agricultores de Maroaga	Presidente Figueiredo	Maroaga	Agricultura
Associação do Feirão da SEPROR	Careiro da Várzea	Santa Luzia	Agricultura
Associação Produtora do Brasileirinho	Rio Preto da Eva	Brasileirinho	Plantas ornamentais e medicinais
Associação Flores da Eva	Rio Preto da Eva	Santa Vitória	Plantas ornamentais e medicinais
Associação FEART	Manaus		Artesanato
Associação Jasmine	Irاندوبا	São José	Artesanato
Associação de Desenvolvimento Sustentável Vila Nova	Irاندوبا	Vila Nova	Artesanato
Associação Nossa Senhora de Nazaré	Manaus	Compensa	Artesanato
Associação UPITA – União dos Povos Indígenas do Tarumã Amazonas	Manaus	Tarumã Mirim	Artesanato
Associação Cacaulista do Município de	Urucurituba	Nossa Senhora Aparecida	Agricultura

Urucurituba (ACAMO)			
Associação São Francisco do Igarapé do Passarinho	Careiro da Várzea	São Francisco	Polpa de frutas/Lanches variados
Organização Indígena do Médio e Baixo Purus (ONBP)	Tapauá	Com. Indígena São Francisco do Tauamirim	Fitoterápicos
COOPERATIVA UNIAGRO (União dos Agricultores de Iranduba)	Iranduba	Cachoeira do Castanho Estrada Manuel Urbano Km24	Agricultura
Comunidade Bom Fruto	Anori	Bom Fruto	Açaí

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

3.0 Planejamento estratégico da AGROUFAM – potenciais mercados Análise SWOT ou FOFA e da estrutura de referência de um novo modo de governança

A presente etapa buscou mostrar a utilização do método de análise SWOT (*strenghts, weaknesses, opportunities and threats*) ou FOFA (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameças) como ferramenta para estabelecer o nível do desenvolvimento dos empreendimentos da agricultura familiar. Esse exercício teve como referência a etapa de transição da AGROUFAM para a rede ambiental AGROUFAM, denominada REDE PORANGA (Figura 66).

Figura 66 - Utilização do método de análise SWOT



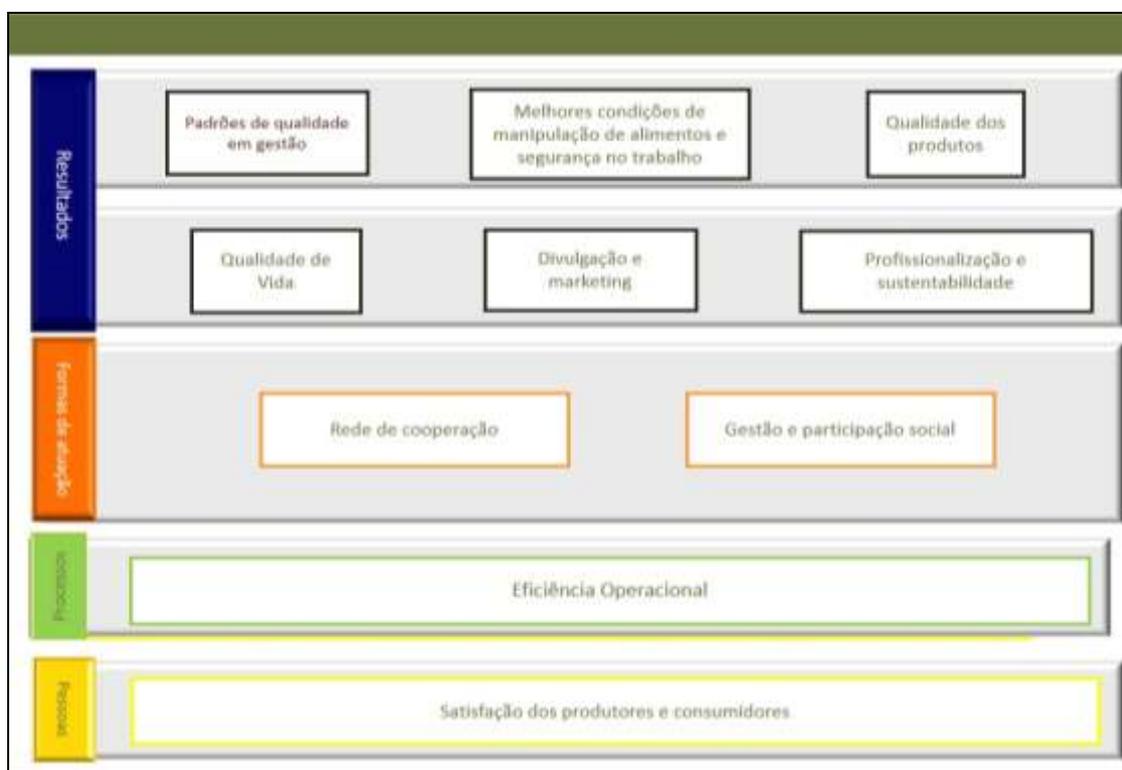
Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2016.

Para Chiavenato (2004), o planejamento consiste na tomada antecipada de decisões, antes de a ação ser necessária sob o aspecto formal, planejar consiste em simular o futuro desejado e estabelecer previamente os cursos de ação necessários e os meios adequados para atingir os objetivos. As atividades desenvolvidas pelos agentes de transferência tecnológica são coordenadas por um grupo de professores e pesquisadores colaboradores pertencentes ao Núcleo de Socioeconomia, os quais são responsáveis pelo planejamento de atividades mensais de todos os envolvidos.

3.1 Construção do Mapa Estratégico

É uma representação gráfica dos objetivos estratégicos, que evidencia os desafios que a organização terá que superar para concretizar sua missão e visão de futuro (Figura 67).

Figura 67 - Construção do Mapa Estratégico



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2016.

executadas no período de setembro de 2014 a junho de 2015 (Quadro 22).

Quadro 21 - Atividades planejadas e desenvolvidas no contexto de realocação

AÇÕES GERAIS
Aplicação de formulários socioeconômicos em comunidades rurais (diagnostico de mercados potenciais) em comunidades cuja a logística não implicasse em muitos gastos
Planejamento para ampliar a comunicação com as demais linhas finalísticas para a continuidade das atividades
ATIVIDADE DE MERCADO
Apoio técnico na logística dos feirantes da AGROUFAM
Aplicação de formulários socioeconômicos e focais entre os produtores familiares da Feira da AGROUFAM.
Apoio técnico na incubação do Grupo de mulheres artesãs pertencentes ao Projeto Chitas nativa
Apoio técnico na criação da Feira dos agricultores familiares em Autazes.
Apoio técnico na criação da Feira dos agricultores familiares em Caapiranga.
Diagnostico e assessoria participativa em unidades produtivas familiares seguindo os preceitos agroecológicos
APOIO E INCENTIVO A FORMALIZAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS
Apoio técnico na criação da Associação Central dos Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas - APROARTES.
Elaboração e ajustes do estatuto da APROARTES
Apoio na discussão e elaboração do regimento interno da APROARTES a respeito em particular da organização da AGROUFAM
APOIO NA CONFECÇÃO DE PRODUTOS DE COMUNICAÇÃO CIENTIFICA
Elaboração de cartilhas didáticas sobre tecnologias sociais e organizações sociais no Amazonas.
Elaboração e organização do Livro Sociedades amazônicas agroecológicas
Submissão a FAPEAM pelo Programa de apoio a eventos científicos e tecnológicos-Modalidade evento local do Primeiro Simpósio de Organização social mercado e sustentabilidade em comunidades rurais do Amazonas (sob enquadramento
Produção de comunicação científica – eventos nacionais e internacionais
PRODUÇÃO E PARTICIPAÇÃO DE CURSOS E OFICINAS DE CAPACITAÇÃO
Oficinas de capacitação com grupos de mulheres artesãs para a agregação de valor de fibras de malva e tecido de chita.
Curso de capacitação dos agentes de transferência tecnológica em percepção ambiental e métodos qualitativos no Centro de Ciências do Ambiente-UFAM
ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO DOS BANCOS DE DADOS
Elaboração preliminar da série histórica sobre a Feira AGROUFAM
Construção e adequação de formulários

Avaliação de metodologias de indicadores para aplicação na avaliação das linhas finalísticas do programa
Estruturação do banco de imagens do OSIM
Organização e ampliação do banco de dados dos formulários e arquivos, além de georreferenciamentos das áreas visitadas.

Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2015.

4.0 Rede Poranga – um espaço distinto da governança ambiental

Nessa seção faz-se uma análise de como são tomadas as decisões no âmbito interno da rede ambiental Agroufam, se existem comissões, assembleias, instâncias de diálogo, carta de princípios, etc. Além disso, procura entender como as ações propostas são efetivadas, se há algum controle em termos de análise dos resultados, ferramentas de avaliação, entre outros.

Tais processos incidem no interesse mútuo dos empreendimentos e grupos informais da AGROUFAM na construção de diálogos em relação a comercialização justa e solidária, bem como em seu processo de organização social por meio da Associação Central dos Artesãos e Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas (APROARTES).

A APROARTES se consolidou como entidade agregadora e mobilizadora da REDE PORANGA, enquanto espaço permanente de representação, diálogo, articulação, discussão, proposição, formação, troca de saberes e fomento aos empreendimentos econômicos e grupos informais que atuam na AGROUFAM.

A partir desse pressuposto, a criação da REDE PORANGA se insere como forma globalizada dos novos espaços de democratização dos processos de decisão e gestão, fundamental para a comercialização justa e solidária, tendo como referência os grupos constituintes da rede, dos seus princípios e regimento interno, e que estes comunguem do formato auto gestor, de forma a garantir assessoria especializada aos empreendimentos econômicos solidários, fomentar circuitos de produção, distribuição, comercialização, consumo e compras coletivas, estimular a criação de espaços permanentes de comercialização de produtos e serviços, e

promover a realização de feiras locais, regionais e nacionais.

Podemos citar a *rede* como um exemplo que evidencia as inter-relações, dentro de uma perspectiva de pertencimento a um grupo. A rede sugere vínculos, conexões, formas de organização e ações definidas na interação entre os indivíduos.

A compreensão do processo de governança amplia o debate sobre os mecanismos de participação dos sujeitos no cenário internacional, envolvendo segmentos diversos, tais como o sistema das Nações Unidas, o Banco Mundial (BIRD), o Fundo Monetário Internacional (FMI), GATT-WTO, os regimes internacionais setoriais e sujeitos distintos que representam o mercado, além da crescente participação de setores da sociedade civil, como as ONGs, que cada vez mais assumem um papel estratégico na implementação de políticas ambientais em nível local, regional, nacional e global, contribuindo para a conformação da política cívica mundial (WAPNER, 1996 *apud* SILVA, 2015).

Um conceito abrangente de governança está relacionado à

Totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições públicas e privadas administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só as instituições e regimes formais autorizados a impor obediência, mas também a acordos informais que atendam ao interesse das pessoas e instituições (NOSSA COMUNIDADE GLOBAL, 1996, p.2)

As reuniões da rede ambiental AGROUFAM ocorrem sistematicamente após a cada edição da feira, ou seja, mensalmente. Essa estratégia se apresentou como primordial para o processo de participação ambiental de todos os envolvidos no processo de governança.

Como foi visto, a delimitação territorial e a congruência de interesses específicos e geral da AGROUFAM devem sustentar o mecanismo de governança supracitado. Entretanto, os fios da teia AGROUFAM devem convergir para os objetivos propostos: ser um espaço de comercialização e valorização de produtos regionais provenientes da agricultura familiar amazonense, privilegiando a produção agroecológica, a economia solidária e autogestão.

Tais processos incidem no interesse mútuo dos empreendimentos e grupos informais da rede ambiental AGROUFAM na construção de diálogos em relação a comercialização justa e solidária, bem como em seu processo de organização social por meio da Associação Central dos Artesãos e Produtores Agroecológicos do Estado do Amazonas (APROARTES).

Pensando em ter um espaço permanente de representação, diálogo, articulação, discussão, proposição, formação, troca de saberes e fomento aos empreendimentos econômicos e grupos informais, em maio de 2016, foi criada a Rede de Comercialização Solidária dos Povos e Comunidades Tradicionais e Agricultores Familiares do Estado do Amazonas, denominada REDE PORANGA (Figura69).

Figura 69 - Identidade visual da Rede Poranga



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2016.

A REDE PORANGA, é um espaço permanente de comercialização justa e solidária dos povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares do estado do Amazonas, difundindo os princípios e práticas agroecológicas.

O quadro social da REDE PORANGA foi constituído por duas categorias de membros: Os Efetivos, formados por entidades ou grupo informal qualificadas como tal na data do ato de criação da REDE, ou as que solicitam sua filiação a REDE; Os Mantenedores, são aquelas entidades ou grupo informal que já solicitaram filiação, mas ainda não completaram as exigências para se tornar associado efetivo; e, os institucionais, são as instituições de ensino, pesquisa e extensão ou associações em geral, incluindo Organizações Não-Governamentais, inclusive estrangeiras, e

outras pessoas jurídicas de direito público e por meio de cadastramento em formulário próprio, aprovado pela assembleia geral.

A REDE PORANGA está em processo inicial de comercialização justa e solidária. Trata-se no instrumento de comercialização criado com a finalidade de continuar o apoio aos empreendimentos da agricultura familiar e do artesanato, acompanhados pelos agentes de socialização tecnológica. Os próximos passos da REDE PORANGA comungam um novo desenho de gestão da AGROUFAM, baseado na autogestão, além de garantir assessoria especializada aos empreendimentos econômicos solidários, fomentar circuitos de produção, distribuição, comercialização, consumo e compras coletivas, estimular a criação de espaços permanentes de comercialização de produtos e serviços, e promover a realização de feiras locais, regionais e nacionais.

Essa rede tecnológica de negócios sustentáveis toma como referência as Plataforma de Comercialização de Economia Solidária, por meio da qualificação dos produtos dos empreendimentos econômicos (associação, cooperativa e grupos informais). Essa plataforma tem como base uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego, divulgada em 24 de março de 2014, que instituiu o CADSOL (Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários). O cadastro tem como objetivo o reconhecimento público dos negócios, de modo a permitir o acesso às políticas e programas públicos de crédito e de fomento à Economia Solidária.

Com a criação do CADSOL, o registro passa a ser requisito obrigatório para a comprovação de formalização e para a inclusão do empreendimento no Sistema Nacional de Informações de Economia Solidária e no Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário.

É importante ressaltar que há demanda pelos produtos alimentares, medicinais, construção e outros por parte do setor empresarial, por outro, entretanto, os povos, comunidades tradicionais e produtores familiares estão excluídos das condições sociais de comercialização dos produtos como, os casos notórios dos gargalos da comercialização. De maneira geral, estes produtos são comercializados como matérias-primas, com baixa agregação de valor e grande dependência de atravessadores.

Diante da potencialidade de negócios da Amazônia, inúmeros agricultores familiares e artesãos têm buscado na rede ambiental AGROUFAM, a comercialização dos seus produtos.

A regulação do mercado interno, ou seja, da rede ambiental AGROUFAM, envolve determinados procedimentos – como a padronização de embalagens, a participação das organizações sociais pró-ativas, instituições municipais, estaduais e federais, a inserção do selo de procedência, a certificação participativa, etc. – que não podem estar centralizadas no núcleo territorial.

Esses objetivos necessitam da participação de todos os sujeitos que compõe a rede ambiental AGROUFAM.

Partindo dessa contextualização, a incorporação do conceito de governança à abordagem do desenvolvimento é relativamente recente. Até a década de 70 predominavam, ainda, as abordagens focalizadas na *ação do governo*, que viam na atuação do setor público o motor do processo de desenvolvimento.

Na década de 80, essa compreensão ampliou-se, passando a estar focalizada na *administração do desenvolvimento*, incorporando a avaliação da capacidade do estado para integrar e liderar o conjunto da sociedade.

A governança compreende os mecanismos, processos e instituições por meio dos quais os cidadãos e grupos articulam seus interesses, exercitam seus direitos legais, cumprem com suas obrigações e mediam suas diferenças.

A transformação social se implica na participação ativa dos envolvidos no processo de comercialização, atuando na construção social de uma nova relação de trabalho e de lógica de mercado. É preciso sensibilizar as pessoas para a compreensão de que há uma alternativa lógica e possíveis em contraposto a essa economia excludente, com o fortalecimento da autogestão e valorização das práticas coletivas. As ações devem ser construídas a partir da análise da situação de cada localidade, buscando alternativas para as superações, e o suporte que garantam o desenvolvimento (SDT, 2008).

A estratégia de apoio à comercialização trabalha principalmente para a superação dos pontos frágeis observados na maioria das feiras da agricultura

familiar, e nas temáticas que possam fortalecer as relações de cooperação. As ferramentas serão organizadas em ampliação e criação de uma rede tecnológica de negócios sustentáveis de povos, comunidades tradicionais e produtores familiares, composta de empreendimentos econômicos em parceria com instituições promotoras de desenvolvimento sustentável com vistas à maior inserção dos produtos regionais em mercados dinâmicos, nacionais e internacionais.

O instrumento encontrado para inserir a produção dos empreendimentos que comercializam na AGROUFAM em mercados nacionais e internacionais foi criação de uma plataforma de comercialização operacionalizada pela REDE PORANGA. Além disso, empreendimentos econômicos distantes da capital do Amazonas poderão comercializar os seus produtos por meio da plataforma, consolidando uma rede tecnológica de negócios sustentáveis que auxiliará no desenvolvimento dos produtos e marcas envolvendo a Universidade Federal do Amazonas, o Ministério do Desenvolvimento Agrário, iniciativa privada, empreendimentos econômicos, organizações não-governamentais para acesso ao mercado (Figura 70).

Figura 70 - Proposta do portal de comercialização da Rede Poranga



Fonte: OSIM/PRO-RURAL, 2016.

A continuidade do acompanhamento técnico dos empreendimentos incubados pelo OSIM se deu pela REDE PORANGA. Como primeira etapa, foi projetada a implementação da plataforma digital (online), denominada “Rede PORANGA”, tendo em vista que a rede viabilizará a comercialização dos produtos. Será necessário um programa de aprimoramento dos produtos para inserção no mercado regional, nacional e internacional, relacionado com a elaboração de planos de negócios, desenvolvimento de identidade visual, selos e marcas.

A Rede Poranga servirá para articular os diferentes empreendimentos com o objetivo de divulgar os produtos nas feiras regionais e nacionais. Esse objetivo poderá ser atingido através do apoio à participação da Rede Poranga em feiras visando a comercialização e divulgação dos produtos.

Trazendo para o contexto da formação de Rede Poranga, um dos princípios, como pré-condição da existência da rede, foi a participação voluntária. As pessoas participam da rede quando querem, sem imposição, sem obrigação. Entretanto, é necessário compartilhar de um projeto que tenha um caráter coletivo. Para acreditar e investir neste projeto é preciso despertar no participante o sentido de pertencimento, que pode fluir naturalmente, quando esse mesmo participante se reconhece como elemento indispensável no processo.

Cada vez que os membros de um conjunto de seres vivos constituem, com sua conduta (comportamento), uma rede de interações que opera para eles como um meio no qual eles se realizam como seres vivos e no qual eles, portanto, conservam sua organização e adaptação e existem numa coteriva contingente à sua participação na referida rede de interações, temos um sistema social (Maturana, 1985a: 76).

Quando os indivíduos participantes não têm uma visão sistêmica dos processos, ou mesmo familiaridade com o exercício de autoconhecimento, ou, por alguma razão estão mais centrados na potência de padecer que na de ação, não ocorrem a escuta sensível e o cuidado consigo mesmo e com o Outro, e os processos têm mais dificuldades de avançar.

5.0 Implantação do fundo solidário: caminhando para a economia ecológica

O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos produtores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Considerando essas características, a economia solidária aponta para uma nova lógica de desenvolvimento sustentável com geração de trabalho e distribuição de renda, mediante um crescimento econômico com proteção dos ecossistemas. Seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados pelos participantes, sem distinção de gênero, idade e raça. Implica na reversão da lógica capitalista ao se opor à exploração do trabalho e dos recursos naturais, considerando o ser humano na sua integralidade como sujeito e finalidade da atividade econômica.

Diante do exposto, a implantação do fundo solidário na rede ambiental AGROUFAM, foi previsto no planejamento estratégico e após várias reuniões do Comitê gestor da Rede Poranga, o fundo foi implantando e entrou em vigor a partir de julho de 2016 e operado pelo Instituto Acariquara.

CONCLUSÕES

Ao articular as temáticas: comercialização da agricultura familiar e feiras, é perceptível que esses espaços podem representar um elo permanente entre a vida dos agentes da produção da agricultura familiar, que vendem seus produtos e o consumidor do ambiente urbano, que compra esses produtos para sua alimentação e complemento de sua dieta, o que pode ser observado não somente pela tradição de comercialização nesses espaços, mas no frescor das frutas, hortaliças e legumes que demarcam um grande diferencial que nem sempre os supermercados, mercearias, tabernas ou outros centros de comercialização podem oferecer.

Outro fator significativo em relação às feiras se dá no fato que muitas vezes servem como espaços de comercialização direta dos agricultores aos consumidores, ou seja, pode suprimir a dependência de terceiros para escoar e vender suas produções. Ademais, as feiras em geral, por suas características peculiares transbordam elementos sociais e culturais compartilhados e fortalecidos por meio das relações estabelecidas entre o vendedor e consumidor, ou seja, ultrapassam o caráter comercial.

Na rede ambiental AGROUFAM participam cerca 130 pessoas entre agricultores e artesãos e oferta diversos produtos oriundos de várias comunidades da sociodiversidade amazônica que apesar das dificuldades de logística, se fazem presentes na feira os municípios de Anorí, Anamá, Autazes, Careiro da Várzea, Iranduba, Caapiranga, Careiro Castanho, Manacapuru, Manaus (e comunidades próximas como o Ramal do Brasileiro), Rio Preto da Eva, Tapauá (etnia Apuriña-aldeia São Francisco) e Urucurituba.

Assim, a rede ambiental AGROUFAM tornou-se um ambiente de

comercialização e valorização de produtos regionais provenientes da Agricultura familiar amazonense, privilegiando produtores com base em princípios e práticas agroecológicas, a comercialização da produção, diretamente aos consumidores, além de ser uma alternativa de mercado, que contribui para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais e urbanas, e em contrapartida das famílias que consomem os seus produtos.

A maioria dos produtos comercializados na rede ambiental AGROUFAM são baseados em princípios agroecológicos, ou seja, são produzidos com técnicas agrícolas que não agredem o meio ambiente, são cultivados com adubos orgânicos, assim como respeitando o período sazonal de cada cultura e a diversidade de produção. A produção de produtos orgânicos além de promover o desenvolvimento sustentável é uma alimentação saudável.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. **Agroecología**: Teoría y práctica para una agricultura sustentable. PNUMA, México: Série Textos Básicos para la Formación Ambiental. Ed. 1, 2000.

ANJOS, F. S. dos; GODOY, W. I. & CALDAS, N. V. **As feiras-livres de Pelotas sob o império da globalização**: perspectivas e tendências. Pelotas: Editora e Gráfica Universitária, 2005.

BELIK, W.; SILIPRANDI, E. **Hábitos Alimentares, Segurança e Soberania Alimentar**. In: VILARTA, R.; GUTIERREZ, G. L.; MONTEIRO, M. I., orgs. Qualidade de vida: evolução dos conceitos e práticas no século XXI. Campinas: Editora IPES, 2010. 206 p.

BEZERRA, A. B. C.; LAURENTI, A.L; DANSÁ, C.V.; SANCHES, E.; JÚNIOR, L.C.B.F.; AUCÉLIO, P.Q.; PIRES, P.; PORTUGAL, S.; MARRA, T. **Participação Social e Educação Ambiental**: em Busca da Emancipação Cidadã. III Encontro da ANPPAS, 23 a 26 de maio de 2006. Brasília-DF

BRASIL. **Diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Lei Nº 11.326, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm.

BRASIL. **Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário**. Decreto Nº 4.723, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4723.htm#art6.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico**. Trabalho originalmente preparado para curso de desenvolvimento econômico na Fundação Getúlio Vargas. 2006. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7conceitohistoricodesenvolvimento.pdf>

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia: alguns conceitos e princípios**. Brasília: MDA/ SAF/ DATER-IICA, 2004.

CASTRO, A. P. de; FRAXE, T. J. P.; MATOS, R. B. **O saber local dos caboclos-ribeirinhos sobre os sistemas agroflorestais: uma alternativa agroecológica para a conservação do meio ambiente**. III Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPAS). Brasília-DF, 2006. 15 p.

FOLLMANN, T. M.; CIPRANDI, Olívio. **Perfil dos consumidores da feira agroecológica de Lages**. UDESC em Ação, v. 1, p. 1-13, 2007.

GUILHOTO, J. J. M.; SILVEIRA, F. G.; AZZONI, C.; ICHIHARA, S. M.; DINIZ, B.P.C.; MOREIRA, G.R.C. **PIB da agricultura familiar: Brasil e Estados**. Brasília: NEAD/MDA/FIPE, 2007, 172 p.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. 2006, revisão 2009.

KITAMURA, P. C. **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação de Impacto Ambiental. – Brasília: Embrapa-SPI, 1994. 182p.

KOIFMAN, S.; HATAGIMA, A. **Exposição aos Agrotóxicos e Câncer Ambiental**. In: PERES, F.; MOREIRA, J. C., orgs. **É Veneno ou é Remédio? Agrotóxicos, Saúde e Ambiente** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. 384 p.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental: A Reapropriação Social da Natureza**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2006. 555p.

LITTLE, P. E. **Etnodesenvolvimento local: Autonomia cultural na era do neoliberalismo global**. Tellus, ano 2, n. 3, p. 33-52, 2000.

MORUZZI, P. E. **Embates em torno da segurança e soberania alimentar: estudo de perspectivas concorrentes**. In: **Segurança Alimentar e Nutricional**. Campinas: Unicamp, p. 78-87, 2010.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **A História da Luta pela Terra**. 2014. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>.

NOSSA COMUNIDADE GLOBAL. O relatório da Comissão sobre Governança

Global. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia, Universidade Federal do Amazonas. Fortalecimento da Organização Social e Identificação de Mercados Potenciais, visando Sustentabilidade Econômica em Comunidades Rurais do Amazonas. **Relatório Analítico Parcial**. 2014, 122 p.

NUSEC - Núcleo de Socioeconomia, Universidade Federal do Amazonas. Fortalecimento da Organização Social e Identificação de Mercados Potenciais, visando Sustentabilidade Econômica em Comunidades Rurais do Amazonas. **Relatório Técnico Parcial**. 2015, 190 p.

PAULILLO, L.F. Redes de poder & territórios produtivos: indústria, citricultura e políticas públicas no Brasil do século XX. São Carlos: Rima: Editora da UFSCar, 2000. 200p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os processos da globalização**. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Globalização: fatalidade ou utopia?** 3ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

SANTOS, M. **Por uma Outra Globalização** – Do Pensamento Único à Consciência Universal. 6ª edição. São Paulo: Ed. Record, 2001.

SILVA, A. T. **Amazônia na agenda ambiental global**. Belém:NUMSA/UFPA, 2015. 265p.

SAUER, S.; BALESTRO, M.V. (Orgs). **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. 2ª. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 328p.

VON DER WEID, J. M. **Qual a estratégia para o desenvolvimento rural?** In: Série Textos para Discussão nº 2, José Graziano da Silva, Jean Marc e Bianchini debatem O Brasil Rural precisa de uma estratégia de Desenvolvimento. Brasília: NEAD, 2001.

WAPNER, P. **Environmental activism and world civic politics**. New York: State University Press, 1996.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apostar no reconhecimento, valorização e potencialização dessa economia popular praticadas nas feiras como a rede ambiental AgroUfam, onde se pode perceber direta a presença do trabalho originário da agricultura familiar e do artesanato, e significa entre outras coisas: 1) Ampliar teias de vida e trabalho sustentáveis ambiental e economicamente que não privilegiam uma produção e competição de larga escala. 2) Fortalecer a oferta de produtos frescos e saudáveis para população urbana. 3) Alargar as condições para se eliminar a insegurança alimentar que teima em existir na região. 4) Multiplicar espaços de comercialização que privilegiam uma relação direta e de troca de saberes entre produtor e consumidor. 5) Ampliar a renda e consumo de agricultores, requalificando suas possibilidades de existência ao mesmo tempo que garanta a melhoria de sua qualidade de vida. 6) Garantir condições de higiene e sanitária dos produtos, desde o pós colheita até a venda ao consumidor final.

O fortalecimento articulado desses itens pela população em geral, (agricultores, feirantes e consumidores) e pelo Estado em particular, através de políticas públicas específicas, representa um ato contra-hegemônico face às relações e processos que caracterizam o “alto circuito” da economia, entre outros fatores que contribuem para uma economia mundial antidemocrática, socialmente excludente e irresponsável, e por fim, ambientalmente insustentável.

O contato realizado diretamente entre produtor e consumidor e o estímulo a se estabelecer uma relação mais cooperativa entre estes dois sujeitos, são exemplos empíricos dos benefícios diretos da rede ambiental AGROUFAM no que tange a transferência direta de renda ao agricultor – sem a presença de agentes de comercialização –, a valorização de seu trabalho, sua segurança salutar e de trabalho ao dispensar o uso de agrotóxicos e a possibilidade de maiores ganhos. Sob a ótica dos consumidores, a garantia da qualidade do cultivo, sua segurança alimentar e nutricional, além da acessibilidade a preços justos.

São inegáveis os avanços da agricultura familiar sendo reconhecida como ocupação e tendo uma série de políticas e programas para o seu fortalecimento.

Contudo, muito há que se avançar para que a agricultura familiar tenha condições adequadas de assessoria, acesso a insumos, escoamento e acesso a mercados para fomentar sua produção. E que esta seja pautada pela transição ou estabelecimento das práticas agroecológicas, utilizando o que o agricultor possui em sua localidade e reduzindo a dependência de insumos externos.

O uso de técnicas agroecológicas pelos agricultores em seus cultivares, e, na outra ponta, o consumo destes alimentos pela população são importantes ações que, embora aparentemente pequenas, são grandes em sua essência crítica para a transformação dos hábitos de consumo atuais, configurando-se em um movimento de contra hegemonia. Os benefícios são diversas vias de mão dupla: enquanto o produtor garante soberania e segurança alimentar da população, o consumidor retribui garantindo a soberania econômica e cultural do produtor, além de contribuir para a valorização do seu trabalho e produto.

Para que sejam garantidos, contudo, faz-se necessário modelos alternativos, contra hegemônicos, ao modelo dominante de homogeneização das culturas, mercantilização das terras, artificialidade dos organismos vegetais – geneticamente modificados em laboratório –, mecanismos de mercado para preços desleais ao pequeno produtor e alta industrialização dos alimentos. Modelos alternativos, portanto, que envolvam uma democratização ao acesso a mercado, resgate as técnicas originárias de cultivos, sanidade e responsabilidade ambiental dos cultivos e revisão racional de política de preços, envolvendo questões macroeconômicas estratégicas ao país.

Incidir sobre a questão da produção agroecológica, comercialização justa e solidária, foi consequência dos processos de construção de saberes ecológicos, os quais implicam em movimentos complexos e não lineares de incorporação de princípios ecológicos, mobilizando múltiplas dimensões da vida social, colocando em confronto visões de mundo, forjando identidades e ativando princípios de negociação entre distintos sujeitos.

A abordagem adotada nesta tese, buscou compreender a rede ambiental AGROUFAM, como resultado de uma construção eco-social que emergiu por meio das interações que se estabeleceram entre os sujeitos sociais, recursos, atividades e lugares nos processos de desenvolvimento rural.

A rede ambiental AGROUFAM, surge como resposta ao processo de mercantilização da agricultura ecológica e ao sistema convencional da comercialização em feiras. Por outro lado, quer integrar-se ao movimento agroecológico que tem por base a agricultura familiar, sendo que a rede ambiental AGROUFAM se constitui recentemente como uma organização que congrega iniciativas agroecológicas, funcionando como rede de fortalecimento da produção agroecológica através das organizações de controle social (OCS).

Face ao exposto, a relevância social da rede ambiental AGROUFAM é facilitar as comunicações e intercâmbios mútuos, por meio da troca de informações, da aprendizagem, da criação de significados, da inovação tecnológica, da articulação de interesses com bases ecológicas, bem como promover o “emponderamento”, a autogestão dos sujeitos sociais envolvidos, além de contribuir para a criação e fortalecimento de políticas públicas ambientais, direcionadas a sustentabilidade social, econômica, política , cultural na conjectura amazônica.

ANEXO I – Empreendimentos sociais

Nº: _____

Data: ____/____/____

Entrevistador

(a): _____

1. Tipo do empreendimento:

- () Associação
- () Cooperativa
- () Grupo de mulheres
- () Grupo de jovens
- () Grupo de idosos
- () Clube de mães
- () Sindicato
- () Outros _____

2. Nome do empreendimento:

3. Sigla ou marca comercial [se houver]:

4. Data de constituição [conforme ata]: ____/____/____

5. Número do CNPJ:

6. A organização possui DAP Jurídica?

- () Não
- () Sim, número _____

7. Qual é sua situação atual?

- () Ativa
- () Inativa, por que? _____

8. Possui serviços de contador?

- () Não
- () Sim, contato: _____

9. Endereço:

10. Município: _____ **UF:**

Amazonas

11. Lat: _____ **Long:** _____

12. Telefone de contato: _____

13. E-mail: _____

14. Representante legal em exercício:

15. Contato pessoal do representante:

16. Já ocupou cargo na diretoria do empreendimento anteriormente ao atual?

Não

Sim, quais? _____

17. Nível de escolaridade:

Alfabetizado

EF incompleto

EF completo

EM incompleto

EM completo

ET incompleto

ET completo

ES incompleto

ES completo

Pós Graduação incompleta

Pós Graduação completa

Não alfabetizado

18. Qual é a duração do mandato do representante [conforme estatuto]?

Um ano

Dois anos

Três anos

Quatro anos

Mais de quatro anos

19. Qual foi a maior motivação para a fundação da organização? Relatar brevemente o contexto de criação.

20. Qual é a atual situação financeira da organização?

- Adimplente
- Inadimplente, mas em processo de quitação
- Inadimplente, sem previsão de quitação

21. Caso se encontre inadimplente, há quanto tempo?

- 0-6 meses
- 7 meses a 1 ano
- De 1 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos
- Não soube informar

22. E qual é o valor da dívida atualmente?

- Entre R\$ 1,00 e R\$ 500,00
- Entre R\$ 501,00 e R\$ 1.000,00
- Entre R\$ 1.001,00 e R\$ 5.000,00
- Entre R\$ 5.001,00 e R\$ 10.000,00
- Mais de R\$ 10.000,00
- Não sei informar

23. Por qual motivo contraiu a dívida?

24. Em caso de a organização ser cooperativa, ela é registrada em alguma central de representação, tais como OCB e UNICAFES?

- Sim
- Não

25. A organização possui quantos membros registrados atualmente?

26. Quantos membros registrados participam de forma efetiva da organização?

27. O empreendimento dispõe de funcionários registrados?

- () Sim
() Não, a força de trabalho é somente de associados
() Não, mas trabalha com regime de contratações temporárias.

27.1 Se a resposta for NÃO, mas trabalha com contratações temporárias, quantos em média?

27.2 Se a resposta for SIM, quantos? _____

**28. Qual é o valor pago pelo membro da organização?
R\$ _____**

29. A taxa do Associado é paga por [periodicidade]:

- () Mês
() Bimestre
() Trimestre
() Semestre
() Ano

29.1 Se cooperativa, R\$ _____ quota-parte do cooperado [conforme estatuto]

30. Quantos membros estão regularizados quanto ao pagamento das mensalidades?

31. Qual é a atividade de abrangência do empreendimento definida em seu estatuto social?

- () Fruticultura
() Olericultura
() Criação animal
() Pesca
() Extrativismo vegetal
() Artesanato
() Outro _____

32. Quais são os PRINCIPAIS produtos comercializados pelo empreendimento?

Item	Produtos	Quantidade (kg)	Valor de venda (R\$)
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			

Item	Produtos	Quantidade (kg)	Valor de venda (R\$)
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			

33. Quais produtos tem agregação de valor?

Item	Produtos	Tipo de Agregação
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		

34. Quais os locais de comercialização dos produtos do empreendimento?

- Feira no próprio município / Comunidade
- Feira do bairro
- Atravessadores
- Supermercados / Tabernas
- Em sua propriedade
- Na via pública
- Em feira(s) de Manaus
- Outra(s) feira(s)
- Mercados institucionais
- Outros _____

34.1 Se _____ feira(s) _____ de _____ Manaus, _____ quais

34.2 Se _____ outras _____ (s) _____ feiras, _____ quais

35. Se a comercialização é realizada com atravessadores, como é vista sua presença na cadeia?

- Benéfica
- Maléfica
- Benéfica e maléfica
- Indiferente

Por _____ que?

36. A organização recebe algum tipo de assessoria ou assistência técnica?

- Sim
- Não

37. Caso afirmativo, é prestada por qual (is) órgão(s)?

- IDAM
- INCRA
- SESCOOP
- SEPROR/ADS
- SEMA/DEMUC
- FUNAI/CIMI/CTI
- SETRAB
- Sebrae
- Embrapa
- Outros _____

38. A organização já acessou alguma linha de crédito e / ou financiamento?

- Sim
- Sim, e ele está vigente
- Não
- Não, mas temos interesse
- Não soube informar

39. Se sim, qual (is) linha (s) de crédito e/ou financiamento?

- PRONAF
- Linhas de bancos privados
- Outras _____

39.1 Se _____ linhas _____ de _____ bancos _____ privados, _____ quais

33. Operado por qual instituição?

- Banco da Amazônia – BASA

- AFEAM
- Banco do Brasil
- Caixa Econômica Federal
- Bradesco
- Outras _____

34. Este recurso foi acessado com que finalidade ou para qual atividade?

- Aquisição de insumos produtivos
- Aquisição de maquinários
- Capital de giro
- Construção ou reforma
- Renegociação de dívidas
- Não soube informar
- Outros _____

35. A organização já acessou os programas de comercialização do governo estadual ou federal, tais como PAA, PNAE, PREME etc?

- Sim, já finalizado
- Sim, e ele está vigente
- Não
- Não, mas temos interesse
- Não soube informar

36. Se sim, quais programas?

- PAA - Programa de Aquisição de Alimentos [Conab]
- PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar [FNDE]
- PREME - Programa de Regionalização da Merenda Escolar [ADS-SEPROR]
- PGPM - Política de Garantia de Preço Mínimo [Conab]
- Programa Mesa Brasil [Sesc]
- Outros _____

37. Quantos contratos e quais os valores executados entre 2011 e 2015?

2011 _____ contrato (s) no ano / valor de R\$ _____

2012 _____ contrato (s) no ano / valor de R\$ _____

2013 _____ contrato (s) no ano / valor de R\$ _____

2014 _____ contrato (s) no ano / valor de R\$ _____

2015 _____ contrato (s) no ano / valor de R\$ _____

38. Quais os principais produtos comercializados conforme o programa contratado?

Programa PAA	Item	Produtos	Quantidade (kg)	Valor de venda (R\$)
	1			
	2			
	3			
	4			
	5			
	6			
	7			
	8			
	9			

	10		
	11		
	12		

Programa PNAE	Item	Produtos	Quantidade (kg)	Valor de venda (R\$)
	1			
	2			
	3			
	4			
	5			
	6			
	7			
	8			
	9			
	10			
	11			
	12			

Programa PREME	Item	Produtos	Quantidade (kg)	Valor de venda (R\$)
	1			
	2			
	3			
	4			
	5			
	6			
	7			
	8			
	9			
	10			
	11			
	12			

Programa MESA BRASIL	Item	Produtos	Quantidade (kg)	Valor de venda (R\$)
	1			
	2			
	3			
	4			
	5			
	6			
	7			
	8			
	9			
	10			
	11			
	12			

Programa (Outros)	Item	Produtos	Quantidade (kg)	Valor de venda (R\$)
	1			
	2			
	3			
	4			
	5			
	6			
	7			
	8			
	9			
	10			
	11			
	12			

39. Quais são as maiores dificuldades INTERNAS enfrentadas no cotidiano da organização?

	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Muito Baixa
Infraestrutura sede					
Relacionamento interpessoal					
Baixa adesão às reuniões					
Técnico-administrativo					
Inadimplência dos membros (taxas)					
Centralização de poder					
Articulação com órgãos externos					
Falta de comprometimento					
Capacitação/formação					
Outras:					

40. E as maiores dificuldades enfrentadas no ambiente EXTERNO à organização?

	Muito Alta	Alta	Média	Baixa	Muito Baixa
Acesso a mercados/comercialização					

Assistência técnica					
Aquisição de insumos					
Infraestrutura [ramal, energia elétrica, sinal de telefonia, internet...]					
Acesso a crédito/financiamento rural					
Transporte					
Armazenamento					
Beneficiamento					
Assessoria especializada					
Outras:					

41. Quais instituições, governamentais ou não, que sua organização mais se comunica ou tem parceria? E as que estão mais distantes?

Preencher em formato Diagrama de Venn.

Observações:

(Se possível, pontuar com palavras-chave)

IMPORTANTE: Existem anexos a este formulário [atas de posse, contratos, estatuto...]?

Sim, quais anexos?

Não

ANEXO II – Roteiro de Entrevista
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA

Form. N.: _____

Data: ____/____/____ Hora: ____:____ h

1. Na sua organização, há participação dos associados? 1. Sim () 2. Não (),
porque? _____

2. De que forma ocorre essa participação?

3. . (Caso não participe de associação) Na sua opinião, em que uma associação ou cooperativa poderia
ajudar no seu trabalho
(demandas)? _____

4. O que você acha que poderia fortalecer a entidade que você participa ? _____

5. Quais são as instituições mais próximas da associação ou comunidade: (governo, ONG, outros) e que tipo de apoio
fornecem? _____

6. Existem regras criadas entre os agricultores/produtores que poderiam ser aproveitadas pela associação ou governo
para melhorar o sistema de produção ou comercialização? () não () sim. Quais?

**ANEXO III – FUNDO SOLIDÁRIO DA REDE AMBIENTAL
AGROUFAM
MEMÓRIA DE REUNIÃO REDE PORANGA**

Data: 23 de maio de 2016 **Início:** 10:00 **Término:** 12:00

Local: Sala Copaíba

Assunto: Reunião de Planejamento da Rede Poranga.

Participantes:

Nome	E-mail	Assinatura
Clovis Farias Pereira	cloves.canarana@gmail.com	
Deise Mendes Pinheiro	dmpinheir@gmail.com	
Kariny Sanchez V. Moraes	karinysanchez@gmail.com	
Manoel Justiano de Seixas Neto	nettoexplorer@hotmail.com	
Maria da Paz Ribeiro	mariapaz136@hotmail.com	
Maria do Carmo R. da Silva		
Maria José Buzaglo		
Maria Roceneide Santos da Silva		
Maria Zila Pinto Lopes		
Rosália Teixeira Nascimento	teixeirarosalia1@gmail.com	

Resumo:

Iniciou-se a reunião de planejamento da Rede Poranga – segundo semestre de 2016.

Pauta da reunião:

Estratégia de arrecadação das contribuições para o Fundo Solidário;

Os espaços de Comercialização.

Ficou acordado que a coordenação a Rede encaminhará solicitação ao Instituto Acariquera para uso do fundo solidário.

Deverá ser apresentado o balanço mensal do Fundo Solidário nas reuniões da coordenação da Rede.

A coordenação aprovou a seguinte faixa de contribuição solidária.

Faturamento	Contribuição
R\$ 00,00 à R\$ 200,00	R\$ 10,00
R\$ 201,00 à R\$ 400,00	R\$ 20,00
R\$ 401,00 à R\$ 700,00	R\$ 30,00
R\$ 701,00 à R\$ 1.300,00	R\$ 40,00
R\$ 1.301,00 à R\$ 2.000,00	R\$ 50,00
R\$ 2.500,00 à ...	R\$ 60,00
Total	R\$ 1.700,00

Falou sobre a necessidade de implementação do planejamento estratégico da AGROUFAM. O destaque será para os programas de qualificação profissional e divulgação da AGROUFAM com a finalidade de aumentar o faturamento dos feirantes.

Após acordo da faixa de contribuição do Fundo Solidário, discutiu-se sobre os principais eventos que são realizados no segundo semestre de 2016. Iniciando um processo de

mobilização junto às instituições públicas para garantir espaços de comercialização da Rede. Próxima reunião no dia 06 de junho de 2016, para o agendamento de datas para as atividades da Rede

Encaminhamentos:

Atividades para serem estabelecidas junto as instituições para espaço de comercialização da Rede.

O que	Assunto	Evento	Quem
Elaboração do projeto da Rede Poranga	Quantos artesões e produtos		
Reunião com dirigente do ICHL	Feira do Artesanato da Rede Poranga	Julho	Kariny
Contato com representante da Associação do Bem-Estar dos Artesãos Cearenses	Feira Internacional de Artesanato e Cultura	Agosto (85)3242-4344	Cloves
Reunião com representantes do IFAM	Feira de Produtos da Agricultura Familiar (Fepagro)	05 a 08 de novembro	Maria da Paz
Reunião com representante da Rede Calderaro	Bazar da Cris	Dezembro	Zila e Maria da Paz
Reunião com secretário da MANASCUT	Rock'Rio Manaus		Neide
Reunião com os secretários do trabalho de Manaus e governo do estado	Rock'Rio Manaus Feiras		Cloves

Lista de Frequências



LISTA DE PRESENÇA: <input checked="" type="checkbox"/> REUNIÃO () CAPACITAÇÃO () OFICINAS () PALESTRA ()				
OUTROS _____				
NOME / TEMA / PAUTA: <i>Reunião da Lagroufem</i>				
LOCAL: <i>Salão Cepaibo</i>		DATA: <i>23 / 05 / 2016</i>		HORA: <i>10:00</i>
Nº	Nome Legível	E-mail legível	Telefone	Assinatura
1	<i>Kariny Sanchez Moraes</i>	<i>kariny Sanchez@gmail.com</i>	<i>982250335</i>	<i>Kmoraes</i>
2	<i>maria Tereza Pinho Lopes</i>		<i>92103144</i>	
3	<i>Maria Jeci Buzaglio</i>			
4	<i>M.ª do Paz Ribeiro</i>	<i>maria.paz33@hotmail.com</i>	<i>99205-8739</i>	
5	<i>Rosália Tereza Moreira</i>	<i>Rosalia L. Moreira@hotmail.com</i>	<i>98279682</i>	<i>R</i>
6	<i>Maria do Carmo R da Silva</i>	<i>do.carmo3@hotmail.com</i>	<i>992397574</i>	<i>Maria do Carmo</i>
7	<i>Desei Alencar Ximenes</i>	<i>daximenes@gmail.com</i>	<i>9100 1092</i>	<i>Desei</i>
8	<i>Daniel J. Seixas Neto</i>	<i>NETDURVAL@OUTLOOK.COM</i>	<i>99219-6825</i>	<i>Daniel</i>
9	<i>M.ª Rosemary Santos da Silva</i>	<i>Mobenedu@ig.com.br</i>	<i>992 16 9966</i>	<i>M.ª Rosemary</i>
10	<i>Clara Torres</i>	<i>clara.conceicao@ig.com.br</i>	<i>99135-1532</i>	<i>Clara</i>
11				
12				
13				
14				
15				

ANEXO IV

REDE PORANGA DE COMÉRCIO SOLIDÁRIO (Pré-Proposta)

OBJETIVO

Promover e fomentar a comercialização de produtos da sociobiodiversidade de empreendimentos de povos tradicionais e agricultores familiares agroecológicos do Amazonas, baseados nos princípios da economia solidária.

MISSÃO

- Permitir aos empreendimentos econômicos solidários do Amazonas o acesso a assessorias especializadas;
- Fortalecer as práticas agroecológicas em sua holisticidade;
- Conectar circuitos de comercialização;
- Contribuir para a autonomia econômica, política, social e cultural dos grupos produtivos;
- Valorizar dinâmicas locais, territoriais e saberes tradicionais.

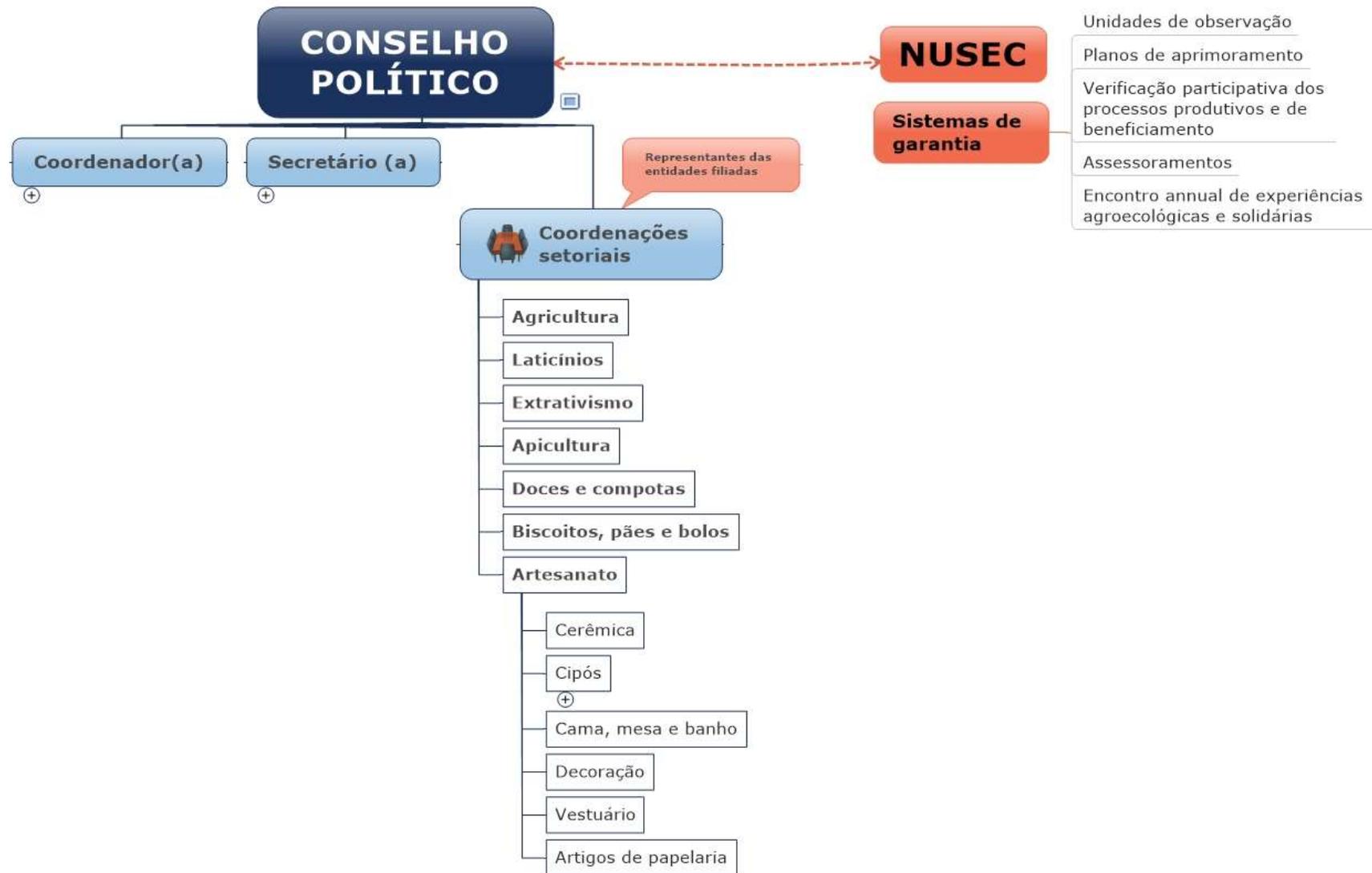
VISÃO

- Contribuir com a divulgação da economia solidária no Amazonas;
- Ser uma rede modelo de comércio justo e solidário de produtos da sociobiodiversidade;
- Formar multiplicadores;
- Contar com canais diretos em estados das demais regiões do país;
- Estabelecer parcerias sólidas com demais redes de comércio solidário.

VALORES

- Solidariedade
- Empoderamento
- Agroecologia
- Desenvolvimento socioeconômico sustentado
- Democracia participativa
- Autogestão
- Comércio justo

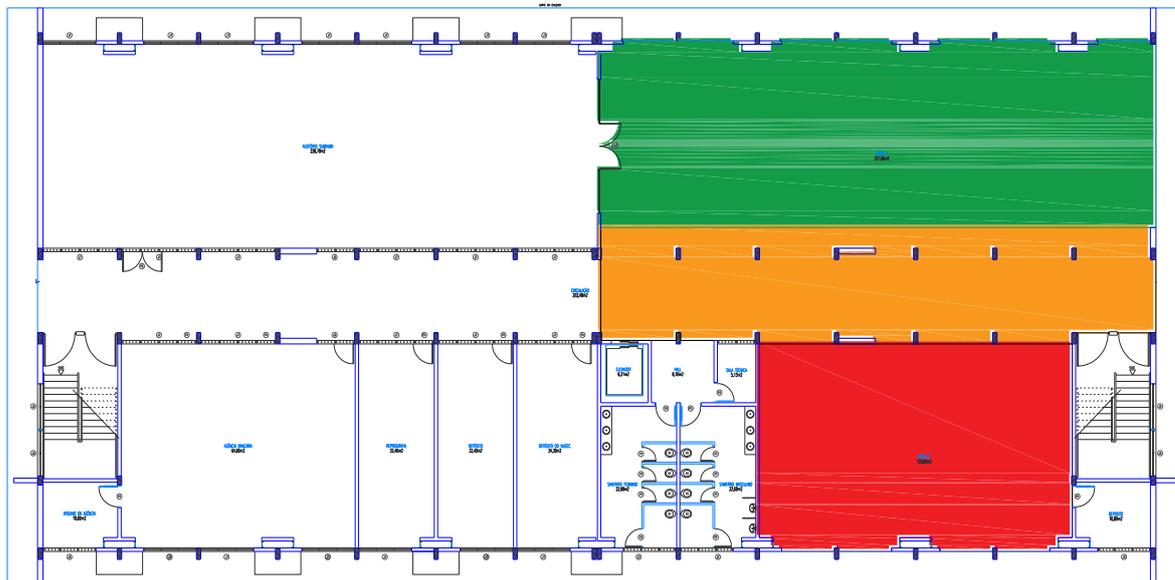
ORGANOGRAMA



PROPOSTAS DE TÓPICOS PARA REGIMENTO INTERNO

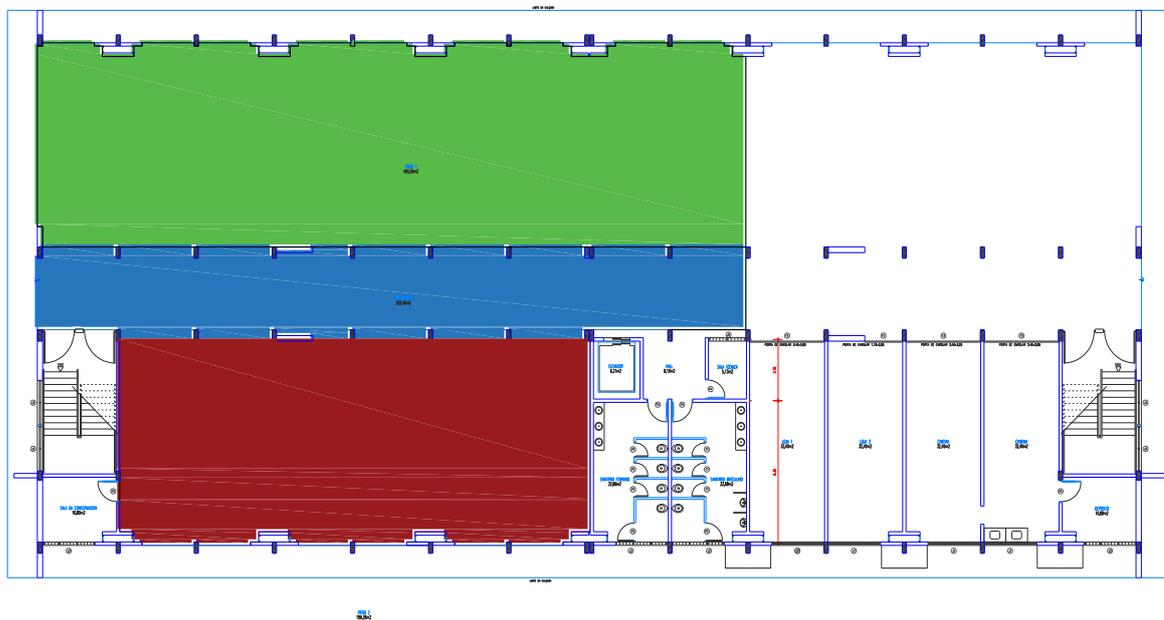
1. Da estrutura política
 - a. Organograma
 - b. Conselhos (e/ou colegiados)
 - c. Ponto de articulação
 - d. Pontos de apoio
 - e. Parceiros
 - f. Outras redes
 - g. Instâncias deliberativas (delegados/representantes de empreendimentos, quórum, pautas, atas...)
 - h. Estratégias de organização e divulgação cultural
2. Dos direitos dos membros
3. Dos deveres dos membros
4. Da inserção de novos
 - a. Mecanismos de avaliação do novato
5. Da renovação do quadro
6. Do desligamento de membros
7. Comunicação
 - a. Interna (Grupo de email? Telefone? Quem gerencia?)
 - b. Externa (Assessoria de imprensa, representação em eventos...)
8. Do fundo coletivo
 - a. Taxas obrigatórias
 - b. Fundo colaborativo
 - c. Captação de recursos (projetos, doações pj etc)
 - d. Doações pf

ANEXO V – FCA 1



-  Empreendimentos da transição agroecológica (Unidades de Conservação, OCS)
-  Empreendimentos da transição
-  Praça de Alimentação

ANEXO VI – FCA 2



 Empreendimentos da produção convencional

 Artesanato (mesas)

 Artesanato (barracas)

